



NASCER  
EM PORTUGAL



ROTEIROS  
DO FUTURO  
*Previdência da República*



**Roteiros do Futuro**  
**- Conferência “Nascer em Portugal”**

**Coordenação**  
Casa Civil da Presidência da República

**Autores**  
Vários

**Design Gráfico**  
Teresa Cardoso Bastos - Design

Tiragem de 500 exemplares,  
em papel couché semi mate de 150 gramas

Acabou-se de imprimir em Dezembro de 2012,  
nas Oficinas Gráficas da Imprensa  
Nacional-Casa da Moeda

Depósito Legal: 352033/12

Edição: 1019223

---

# ÍNDICE

---

## Sessão de Abertura

5. Sua Excelência o Presidente da República
9. João Lobo Antunes, Comissário da Conferência, “Nascer em Portugal”

## Fecundidade e desenvolvimento económico nos países da OCDE

15. Olivier Thevenon, INED/OCDE, “Fecundidade e desenvolvimento económico nos países da OCDE”
23. Pedro Pita Barros, Faculdade Economia/UNL

## Fecundidade e instituições na Europa

29. Gerda Neyer, University of Stockholm, “Estado providência, políticas de apoio à família e da fertilidade”
41. Karin Wall, ICS

## Fecundidade e contextos sociais: o caso dos países nórdicos

49. Gunnar Andersson, University of Stockholm, “Fecundidade e contextos sociais: o caso dos países nórdicos”
67. Ana Nunes de Almeida, ICS

## Nascer em Portugal

73. Maria João Valente Rosa, PORDATA,FFMS, “Fecundidade e Natalidade: Valores e Tendências”
83. António Barreto, FFMS

## Fecundidade e Natalidade: problemas e políticas sociais e de saúde

91. Maria Filomena Mendes, Universidade de Évora, “Declínio da fecundidade, adiamento e número ideal de filhos em Portugal: o papel das medidas de política”
111. Isabel Tiago de Oliveira, ISCTE/IU, “A Fecundidade em Portugal: uma análise segundo a ordem do nascimento”
131. Vanessa Cunha, ICS, “As decisões reprodutivas na sociedade portuguesa: elementos para uma reflexão sobre o alcance e os limites das políticas públicas de natalidade”
145. Maria do Céu Machado, Universidade de Lisboa “Fecundidade e natalidade: problemas e políticas sociais e de saúde”
153. Mário Leston Bandeira, ISCTE/IU, “O direito de procriar e algumas particularidades da população portuguesa”
159. Manuel Villaverde Cabral, ICS

## Homenagem ao Senador Professor Massimo Livi Bacci

165. Massimo Livi Bacci, “Declínio da Fertilidade Europeia e Portuguesa”
171. Sua Excelência o Presidente da República





---

# SESSÃO DE ABERTURA

---

SUA EXCELÊNCIA O PRESIDENTE  
DA REPÚBLICA, ANÍBAL CAVACO SILVA

## **Discurso do Presidente da República na Sessão de Abertura da Conferência “Nascer em Portugal” Palácio da Cidadela, Cascais, 17 de fevereiro de 2012**

É nos tempos mais difíceis que devemos ter a ousadia de pensar o futuro.

A dureza do presente não nos deve impedir de ver mais longe.

Todos conhecemos as dificuldades por que passam Portugal e os Portugueses no atual contexto de crise económica e financeira.

A opinião pública pode dividir-se quanto aos diagnósticos ou quanto às formas de encontrar as melhores saídas.

Porém, há um consenso muito alargado sobre os problemas que, no curto prazo, não podemos deixar de resolver.

Conseguimos criar uma alargada convergência política sobre um programa de assistência financeira que se tornou inevitável.

Dispomos de um orçamento de Estado para 2012 que, não obstante a dureza das medidas nele contidas, reuniu o apoio da maioria parlamentar e a abstenção do maior partido da oposição.

Conseguimos um acordo tripartido entre Governo, Sindicatos e Associações Patronais, onde se consagram algumas das reformas consideradas indispensáveis à melhoria da competitividade da nossa economia.



As instituições internacionais e os nossos parceiros europeus fazem uma avaliação positiva da execução dos compromissos que assumimos. Reconhecem os grandes sacrifícios que estão a ser exigidos ao povo português e sublinham o seu sentido de responsabilidade e a vontade de vencer as dificuldades.

Importa, no entanto, olhar o futuro para além do calendário do programa de ajustamento e construir uma visão de mais longo prazo.

Uma visão que vá para além dos ciclos políticos e partidários.

Uma visão que nos mobilize e nos una no fundamental.

Se hoje vivemos o presente possível, não temos de pôr de lado o sonho de construirmos um futuro de que nos possamos orgulhar.

Se hoje não aceitamos a resignação perante os tempos difíceis, o futuro exige de todos nós a ambição de construir os alicerces de um Portugal mais forte, mais próspero e mais justo, credível e respeitado na cena internacional.

Por isso se torna urgente promover uma reflexão prospetiva e multidisciplinar sobre os problemas da sociedade portuguesa.

É este o principal objetivo dos Roteiros do Futuro. Incentivar os portugueses a refletirem sobre o Portugal que queremos deixar às novas gerações.

Não estamos preocupados em inventariar soluções e anunciar medidas ou políticas.

Essa é uma responsabilidade dos órgãos de soberania que têm a competência de legislar e de governar.

Queremos compreender os problemas de Portugal em todas as dimensões da sua complexidade. Queremos saber para onde vamos. Só assim poderemos construir desígnios, definir objetivos e escolher os melhores caminhos para os alcançar.

O propósito destes novos Roteiros é o de ajudar quem decide e sensibilizar a opinião pública portuguesa para a urgência de olharmos em frente, para o longo prazo, e de construirmos, em conjunto, uma esperança fundamentada.

A esperança de quem sabe onde quer chegar e como quer chegar.

Nesta primeira Conferência, escolhemos um tema que de há muito me vem preocupando.

Em 1 de janeiro de 2008, na mensagem de Ano Novo, chamei a atenção dos Portugueses para a baixíssima taxa de natalidade que se registava em Portugal. Disse então: “se não nascem crianças, é o nosso futuro coletivo que está em causa”.

“Nascer em Portugal”, é, antes de mais, um desafio para podermos pensar sobre o que somos, mas, acima de tudo, sobre o que queremos e podemos ser.

Portugal, à semelhança de muitos países europeus, enfrenta um problema de sustentabilidade demográfica e, em torno dele, outros problemas emergem: a desertificação humana de vastas zonas do território, o declínio do nosso potencial produtivo, a continuidade do chamado Estado Social, a degradação do princípio da solidariedade entre gerações, enfim, o enfraquecimento dos laços fundamentais que conferem coesão à sociedade portuguesa.

São problemas que exigem rigor, espírito científico e sentido de futuro na sua abordagem.

Por isso decidimos reunir a comunidade científica nacional que tem refletido sobre estes problemas e convidar alguns dos melhores investigadores europeus para que, em conjunto, possamos identificar



as suas causas, compreender os contextos sociais e culturais em que se inscrevem, e, se possível, esboçar os cenários que se podem colocar na sua resolução.

O declínio tendencial da fecundidade não é um fenómeno exclusivamente português.

É, antes de mais, um problema europeu. Por isso, importa que privilegiemos a análise comparada e, a partir dela, consigamos identificar os exemplos de boas práticas no domínio das políticas públicas.

Deposito fundada esperança no contributo dos nossos convidados, na ajuda que eles nos podem prestar. Por isso, quero agradecer a vossa disponibilidade.

Aos investigadores estrangeiros que nos honraram com a sua presença e com o seu contributo, o meu muito obrigado.

Aos investigadores portugueses, devo dizer que gostaria que entendessem esta minha iniciativa como o reconhecimento público pelo esforço que têm desenvolvido na pesquisa, análise e reflexão sobre esta temática.

Uma última palavra aos jovens investigadores que estão entre nós.

Faço votos de que esta Conferência possa constituir um estímulo para iniciarem ou darem sequência a uma carreira de investigação que se ocupe deste e de outros temas igualmente decisivos para o futuro de Portugal.

A todos desejo uma conferência estimulante e um trabalho profícuo.  
Muito obrigado.





---

# SESSÃO DE ABERTURA

---

## JOÃO LOBO ANTUNES, COMISSÁRIO DA CONFERÊNCIA, “NASCER EM PORTUGAL”

Dos vários significados que o douto (e tão criticado) Dicionário da Academia atribui à palavra “*Roteiro*” o mais apropriado para a circunstância do tema e do local desta conferência é, quanto a mim, o seu sentido náutico. Quanto ao local, a razão é evidente. Estamos virados para a lindíssima baía de Cascais, que tanto inspirou o malditoso rei que aqui viveu, certamente dos artistas nossos o que mais e melhor pintou o oceano que aqui se abre, e toda a sorte de embarcações que o navegavam. Quanto ao tema, ele enquadra-se na definição lexical: descrição dos acidentes da trajectória de uma viagem, à qual se juntam outros dados de interesse para a navegação.

A viagem que hoje nos importa é a viagem da vida, e começa logo pelo simples risco de nascer. A primeira ameaça está desenhada friamente pelas estatísticas sobre a qual nos debruçaremos hoje em pormenor, que nos revelam que a natalidade diminuí para dois terços do número observado no início da década de 80. Assusta pensar que não está longe o tempo de cumprir a profecia funesta de que iremos ver nas nossas praças e ruas mais cadeiras de rodas do que carrinhos de bebé.

Há cerca de quatro anos, na abertura do colóquio sobre o envelhecimento que, sob o título “O tempo da vida”, decorreu na Fundação Calouste Gulbenkian, e que tão bons frutos veio a dar, o Presidente da República dizia, a propósito, duvidar “que a opinião pública e os cidadãos portugueses estejam suficientemente informados e conscientes das dimensões desse desafio, dos problemas que levanta, dos processos de mudança que exige e também das oportunidades que nele devem ser procuradas”.

Igual juízo aplica-se com maior pertinência ainda ao tema desta conferência. Eu diria mesmo, que se o envelhecimento do nosso povo é bem visível na sua dimensão social, económica e sanitária, o declínio da natalidade é um fenómeno esquivo, quase uma abstracção, que não parece tocar a sensibilidade ou a inteligência dos portugueses. E, no entanto, ele terá uma repercussão real naquilo que num discurso proferido na universidade de Coimbra em 2010 o Professor Cavaco Silva chamou a “República social”, cujo modelo é um dos alicerces da democracia contemporânea. Reconheceu então que a ameaça residia no facto de a quebra da natalidade ameaçar “a capacidade de cada geração assegurar as responsabilidades que lhe cabem para com a geração que a antecede e para aquela que se lhe segue”.

O objectivo desta conferência está claramente delineado no programa tão sabiamente montado pelo Prof. David Justino, e que exige uma reflexão aberta e sem preconceitos, sólida na evidência que analisa, plural nas contribuições dos especialistas, livre na expressão das ideias, ciente da complexidade do tema e da urgência das propostas para inverter uma tendência que pode ameaçar a sobrevivência desta nação tão antiga da Europa. Esperamos que esta reunião inspire uma reflexão proveitosa para os decisores políticos, e os desperte para a necessidade de enfrentar esta questão com uma visão mais lúcida, mais informada e mais pragmática.

Senhor Professor Cavaco Silva: creio que nos mais de 1800 dias que conta já como Presidente da República, não lhe terá sido possível dedicar muitos deles por inteiro a um debate académico como o que hoje irá ocorrer. Recordo muitas vezes que Jacques Barzun, o sábio professor da Universidade de Columbia que já conta 104 anos, dizia que “académico” significa essencialmente reflectir antes de agir. E, no entanto, esta é, naturalmente, a sua primeira vocação, aquela em que melhor se realiza o espírito universitário que o moldou. Várias vezes me tem afirmado como gosta de ouvir, disposição tão útil no governar, no ensinar e no aprender. Afinal ouvintes somos todos os que aqui estamos, desembarcados de naus de diferentes saberes. Creio que exprimo o regozijo e a gratidão dos presentes, por o termos connosco, professor e investigador no meio da sua gente.

Numa altura em que o país vive um tempo tão áspero é importante transmitir também aos portugueses a mensagem que a preocupação com a “res publica”, não se pode esgotar na aflicção dramática desta tormenta. Portugal tem de ser pensado inteiro e numa dimensão temporal que se estende muito para além do prazo da satisfação das obrigações da nossa dívida. Parece-me pois exemplar que se dê a conhecer para a edificação de outros, que num dia deste Inverno em que o sol parece ser o único consolo da alma portuguesa, aqui se reuniram inteligências e boas vontades, para ajudar a pensar o futuro do país num tempo, que pelas leis da vida, muitos de nós não irão conhecer.



FECUNDA  
E DESE  
MENTO  
MICO NO  
PAISES D  
OCDE

ODDIDADE  
VOLVI  
ECONÓ  
OS  
A

FECUNDIDADE  
E DESENVOLVIMENTO  
ECONÓMICO NOS PAÍSES  
DA OCDE



---

# FECUNDIDADE E DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO NOS PAÍSES DA OCDE

---

**OLIVIER THÉVENON**  
(INED, OCDE)

Em primeiro lugar gostaria de agradecer este convite, é uma grande honra ter a oportunidade de apresentar o trabalho que tenho desenvolvido com alguns colegas da OCDE, mas também do INED, o Instituto Francês de Investigação Demográfica. Basicamente, a minha apresentação é sobre este trabalho que temos vindo a desenvolver.

Vou apresentar-vos os resultados do trabalho que temos vindo a realizar sobre as tendências de fertilidade na OCDE e o impacto daquilo que pode ser designado como desenvolvimento económico, mas também o que está subjacente ao desenvolvimento de políticas de apoio à família.

Vou começar a minha apresentação dando-vos uma noção das principais tendências de fertilidade. As principais diferenças entre países no que diz respeito às tendências de fertilidade, mas também, em pano de fundo, a evolução das políticas de apoio à família e depois apresentar-vos-ei a nossa abordagem para mensurar ou analisar o impacto do desenvolvimento económico e das políticas de apoio à família nestas tendências e tentar explicar as diferenças entre países no que diz respeito a estas tendências de fertilidade.

Vamos então começar com uma imagem sobre as tendências das taxas de fertilidade totais em toda a OCDE, tal como podem observar a tendência média é de diminuição das taxas de fertilidade nas últimas décadas, mas em média, na OCDE, é possível constatar que esta diminuição sofreu um abrandamento, tendo-se verificado seguidamente um ligeiro aumento na média da OCDE, mas nalguns países da OCDE, sobretudo nos EUA, mas também nos países europeus nórdicos verificou-se aquilo que pode ser designado como uma recuperação das taxas de fertilidade, pelo menos uma

inversão das tendências e um ligeiro aumento das tendências de fertilidade. Por exemplo, em França, que não é aqui ilustrada, também é possível observar, desde meados dos anos 90, um ligeiro aumento das taxas de fertilidade, o que contrasta com o que se pode observar, por exemplo, em Portugal em que a diminuição nas taxas de fertilidade ocorreu mais tarde do que na maioria dos outros países europeus, mas foi mais acentuada, mas agora perdura uma baixa taxa de fertilidade, tal como noutros países do sul da Europa, mas também no Japão ou na Coreia.

Gostaria de fazer uma advertência antes de continuar, o que vou desenvolver, na minha apresentação, baseia-se no que aconteceu às tendências de fertilidade antes da recessão económica, porque o que podemos observar é que esta recuperação, esta inversão das taxas de fertilidade, em muitos países da OCDE, sofreu uma interrupção, nalguns destes países, desde a crise económica, por exemplo, nos EUA, em Espanha ou na Letónia havia uma tendência de aumento das taxas de fertilidade, mas verificou-se uma interrupção ou até mesmo uma inversão desta tendência. Verificou-se uma interrupção deste aumento noutros países europeus e noutros não há uma tendência clara desde o início da crise e não sabemos a história completa e não sabemos qual será, até ao momento, o impacto desta recessão nos comportamentos de fertilidade.

Então o que é que está subjacente a estas tendências de diminuição das taxas de fertilidade totais. Em primeiro lugar, este indicador das taxas de fertilidade total depende muito das alterações do *timing* de fertilidade e o que pode estar subjacente a esta diminuição das taxas de fertilidade num período seguido por um aumento pode ser o adiamento na constituição da família. Aqui é possível observar a idade média das mulheres quando têm o primeiro filho, verificou-se um aumento em todos os países da OCDE, desde os anos 70. Verificou-se um adiamento na constituição da família em todos os países o que pode, parcialmente, explicar esta diminuição seguida por um aumento das taxas de fertilidade totais.

Outra alteração significativa, no contexto da fertilidade, é que em muitos dos países da OCDE é possível observar um aumento claro do número de nascimentos fora do casamento, aqui temos a percentagem de nascimentos fora do casamento e é possível observar que esta percentagem aumentou em muitos países da OCDE, desde o início dos anos 80. Algo que é diferente em países como a Coreia ou o Japão onde a fertilidade ainda está estreitamente ligada ao casamento, tal como se verifica também na Grécia ou na Suíça.

Em países com taxas de fertilidade mais elevadas podemos observar que a percentagem de nascimentos fora do casamento aumentou claramente nas últimas décadas.

O que também mudou é a relação entre fertilidade e as taxas de emprego feminino. Basicamente o que acontecia no início dos anos 80 era uma correlação negativa, embora ligeira, entre as taxas de emprego feminino e as taxas de fertilidade, ou seja, nos países em que as taxas de emprego feminino eram mais elevadas as taxas de fertilidade totais eram mais baixas. Mas, esta relação sofreu alterações ao longo das décadas e o que é possível observar actualmente é que existe uma divisão clara entre dois grupos de países. Mas, os países que apresentam taxas de fertilidade mais elevadas são os países em que as taxas de emprego feminino também são mais elevadas. Por isso, não existe necessariamente um conflito entre estes dois aspectos. Tendo-se verificado grandes mudanças nestes países com elevadas taxas de fertilidade e elevadas taxas de emprego dando a oportunidade de se combinar estas elevadas taxas de emprego feminino e as taxas de fertilidade.

Se tentarmos estabelecer uma ligação entre estas tendências de fertilidade e o que aconteceu no que diz respeito ao desenvolvimento de políticas de apoio à família, podemos observar aqui algo que ilustra os indicadores dos gastos gerais nas políticas de apoio à família, o que é gasto em abono de família, serviços de apoio à infância, prestações parentais, no seu conjunto, e o que é gasto por cada criança.

Podemos constatar que nas últimas décadas se verificou um aumento na média total despendida por criança, nas políticas de apoio à família e houve um aumento dramático desde o início do ano 2000. Este aumento verificou-se um pouco antes do aumento das taxas de fertilidade que é possível observar nos países onde se verificou um aumento das taxas de fertilidade.

Por isso, as despesas realizadas em políticas de apoio à família, eventualmente, influenciaram as tendências e este aspecto será considerado quando explicamos as diferenças entre os vários países.

Então quando tentamos analisar o impacto das políticas de apoio à família sobre as tendências de fertilidade é verdadeiramente importante considerar um vasto leque de políticas de apoio à família durante um período de três meses. Aqui, basicamente é considerada a mesma informação sobre as despesas em políticas de apoio à família, mas aqui foi feita uma divisão entre o que é gasto em serviços de apoio à infância, serviços pré-escolares, a azul, o que é gasto em prestações pecuniárias e também, nalguns países, como a França ou a Alemanha, parte do apoio dado às famílias é através de benefícios ou isenções fiscais. É possível constatar que ainda existem grandes diferenças em 2007 no que diz respeito aos montantes despendidos pelos países relativamente ao seu PIB e é possível constatar que Portugal ainda está um pouco atrasado em relação à média da OCDE.

Mas, é preciso ter em conta o leque de políticas de apoio à família e tradicionalmente dividimos os instrumentos de políticas de apoio à família em três tipos de instrumentos. Um destes instrumentos são as políticas de licenças parentais, nomeadamente a licença de maternidade, a licença de paternidade. Um segundo nível são as prestações pecuniárias, o apoio dado às famílias e um terceiro nível são os serviços de apoio à infância, também existe o apoio que é dado através do sistema fiscal que também tem de ser tido em consideração.

Quando tentamos considerar, no seu conjunto, todo este apoio e analisar as diferenças entre os vários países podemos constatar que existem diferenças significativas entre os países e esta imagem retrata as principais semelhanças e disparidades entre países.

Basicamente o que é possível observar é que, em primeiro lugar, há uma grande oposição entre este grupo de países que são os países europeus nórdicos, mas que não são todos semelhantes, mas que se opõem aos países que estão aqui no lado direito da imagem. Basicamente caracterizam-se, por oposição a estes países, por um maior apoio às famílias em que ambos os pais trabalham e com filhos com menos de três anos de idade. Há um grande apoio no que diz respeito às políticas de licenças de parentalidade, cuja duração não é muito prolongada, mas em termos monetários são muito bem pagas em comparação com o que acontece noutros países. Sobretudo no que diz respeito aos serviços de apoio à criança para os pais com crianças com menos de três anos de idade, com horários mais alargados no que diz respeito à prestação de cuidados a estas crianças.

Por oposição a este grupo de países temos os países de língua inglesa em que o apoio é dado sobretudo através de uma licença de curta duração, mas o apoio que é dado é através de prestações

pecuniárias, mas são sobretudo orientadas para as famílias de baixo rendimento, famílias pobres, e também o apoio no que diz respeito aos serviços de apoio à infância, que são sobretudo orientados para as crianças em idade pré-escolar e não para as crianças com menos de 3 anos de idade.

Seguidamente temos este grupo de países em que Portugal se encontra e em comparação com os outros países verificamos que há menos apoio no que diz respeito a todos os aspectos das políticas de apoio à família, licenças parentais, mas também prestações pecuniárias, o que está estreitamente relacionado com a erradicação da pobreza e a prestação de serviços de apoio à infância são inferiores em comparação com os outros países.

Gostaria de ilustrar, rapidamente, os diferentes instrumentos de políticas de apoio à família. Em primeiro lugar, tal como referi, é muito importante ter em conta as diferenças que existem relativamente às políticas de licenças parentais, a duração das mesmas, durante quanto tempo é que os pais se podem afastar do mercado de trabalho para cuidarem dos seus filhos de tenra idade. Mas, pode haver diferenças se considerarmos a duração total da licença parental ou se considerarmos apenas o número de semanas que são remuneradas durante a licença, ou seja, de facto, existe uma maior probabilidade dos pais gozarem apenas as semanas de licença que são remuneradas.

O outro instrumento que tentámos isolar é o montante despendido através dos benefícios de licença de parentalidade ou subsídios ao nascimento, porque prevalece a ideia, em muitos países, que para aumentar a taxa de fertilidade temos de oferecer subsídios de nascimento e assim há um impacto nas taxas de fertilidade. O que tentámos fazer foi separar este tipo de apoio, que é, de facto, um apoio a curto prazo, aquando do nascimento ou durante a licença de parentalidade, fazendo a separação de outras prestações pecuniárias que são mais regulares durante o ciclo de vida da criança.

Mas, podemos constatar que ainda existem, no que diz respeito a estas prestações pecuniárias que são pagas durante a infância, diferenças entre os países que são significativas e Portugal está aqui no fim da lista.

No que diz respeito aos serviços de apoio à criança para crianças com menos de três anos de idade é possível constatar que Portugal é um dos países da OCDE onde se verificou um aumento claro nos serviços de apoio à criança para crianças com menos de três anos de idade. Portugal surge, neste caso, no topo da lista de países com estes serviços de apoio à criança. Mesmo que haja, eventualmente, uma grande procura tendo em conta as elevadas taxas de emprego feminino que se verificam em Portugal.

Tendo em conta este contexto tentámos analisar os *drivers* das tendências de fertilidade durante as últimas décadas e o que explica as diferenças entre os vários países. Uma das perguntas que surgiu é a seguinte: como é que podemos explicar porque razão é que houve, nalguns países, um aumento das taxas de fertilidade sendo que noutros países o mesmo não se verificou.

Como é que se pode explicar este aumento das taxas de fertilidade.

Tal como havia referido há muitos demógrafos que argumentam que em termos mecânicos este aumento nas taxas de fertilidade se explica pelo adiamento da gravidez. Outros demógrafos argumentam que se verificou uma alteração profunda nas relações entre o desenvolvimento económico e a fertilidade, foi uma relação negativa nas últimas décadas e depois verificou-se uma alteração para uma relação positiva entre o desenvolvimento económico e a fertilidade. Para além disso, também

existem demógrafos que sublinham o papel dos factores institucionais, tais como uma mudança ao nível das atitudes, mas também uma mudança nas políticas.

Por isso, quando tentámos identificar quais são os principais *drivers*, realizámos uma análise em duas fases, gostaria de sublinhar este aspecto. Em primeiro lugar tentámos analisar as relações entre o desenvolvimento económico, ou seja, o crescimento do PIB per capita e as tendências de fertilidade, em relação a todos os países da OCDE e, subsequentemente, considerámos a influência dos pacotes de políticas de apoio à família sobre as tendências de fertilidade, para além da influência do aumento do PIB.

Para que possam compreender como é que avaliámos as relações entre o desenvolvimento económico e as taxas de fertilidade tentámos fazer uma estimativa da relação entre as taxas de fertilidade e a evolução do PIB, mas tendo em conta que pode verificar-se uma reversão na relação entre estes dois aspectos, a fertilidade e o aumento do PIB.

Basicamente o que foi possível observar é que confirmámos o que já havia sido referido, por um dos oradores anteriores, verificou-se uma inversão da relação, há uma curva G invertida, na relação entre o desenvolvimento económico e as tendências de fertilidade, ou seja, primeiro verificava-se uma relação negativa, mas depois observou-se uma relação positiva entre o crescimento do PIB e o aumento das taxas de fertilidade. Ilustrado por este gráfico, aqui temos, por exemplo, os resultados da nossa estimativa para os 26 países da OCDE em comparação com a avaliação das taxas de fertilidade que observámos em alguns países, muito embora não sejam aqui ilustrados os 26 países. Mas, basicamente em média observámos que a nossa estimativa se aplica a um grande número de países, sobretudo no que diz respeito ao Canadá, mas não se aplica, por exemplo, no que diz respeito às tendências que se observam nos Estados Unidos onde se verificou um aumento significativo previamente ao que foi estimado em função do PIB per capita e, nalguns países, durante todo o período, como, por exemplo, na Alemanha ou na Austrália as taxas de fertilidade permaneceram consideravelmente inferiores ao que seria de esperar tendo em conta o nível de desenvolvimento económico ou o PIB per capita, a curva é sempre inferior à média estimada.

Para tentarmos compreender, no âmbito do PIB per capita, quais são os aspectos que estão mais estreitamente relacionados com este aumento das tendências de fertilidade procedemos à decomposição do PIB per capita, nos três principais elementos do PIB, a produtividade laboral, horário de trabalho e taxas de emprego, todos divididos por género e considerámos a maior correlação entre a evolução destas componentes e a evolução das tendências de fertilidade. O principal resultado decorrente desta análise é que se verifica um aumento mais acentuado nas taxas de fertilidade em países em que a participação das mulheres no mercado de trabalho aumentou significativamente e contribuiu para o crescimento económico.

Na evolução do PIB, de facto, o principal factor que apresenta uma correlação com a evolução das taxas de fertilidade é esta correlação positiva que verificámos existir entre o aumento do emprego feminino e as taxas de fertilidade.

Por isso, passámos a ter uma correlação positiva entre o emprego feminino e as taxas de fertilidade, tal como podemos ver aqui confirmado.

Porque razão é que tal foi observado? Esta é a questão mais importante. Será que é devido ao facto destes países garantirem mais apoio para garantirem uma equilíbrio entre a vida profissional e a vida familiar? Este foi o segundo passo, considerar o que está subjacente ao PIB para explicar esta correlação positiva.

Ainda temos as relações estimadas entre a evolução do PIB *per capita* e as taxas de fertilidade, por isso, em termos teóricos os países deviam estar muito próximos desta linha, mas é possível observar que em 2006 há países que estão claramente acima destas tendências médias e países que estão claramente abaixo destas tendências, por isso há factores institucionais que deveriam explicar porque razão, para além do PIB *per capita*, é que ainda há diferenças consideráveis entre países.

Para explicarmos quais são os factores subjacentes ao desenvolvimento económico, PIB *per capita* que podem explicar as diferenças entre países no que diz respeito às taxas de fertilidade. Temos em primeiro lugar as políticas de apoio à família, mas também temos algumas mudanças na forma como o contexto é *gender-friendly*, ou seja, é sensível ao género, observámos um aumento considerável na educação das mulheres e na participação das mulheres no mercado de trabalho. Outro factor também referido na literatura é o impacto de um mercado de trabalho mais ou menos seguro nos países da OCDE e também a influência dos padrões no que diz respeito à idade reprodutora.

O que fizemos foi considerar a incidência das políticas de apoio à família, transferências de rendimento, separando transferências de rendimento regulares dos subsídios ao nascimento, dos subsídios das licenças parentais, o impacto de outros benefícios, o impacto da duração da licença e o impacto do nível das despesas com licenças e em relação aos serviços de apoio à infância. Considerámos a incidência das taxas anuais de crianças nos serviços formais de apoio à criança para crianças com menos de três anos de idade e também considerámos o impacto das despesas com os serviços de apoio à criança por criança.

O que foi observado, basicamente, está resumido nestes quadros, não vou fazer comentários sobre toda esta informação, o que observámos é que o maior impacto são, em primeiro lugar, as despesas com prestações pecuniárias, mas as prestações pecuniárias regulares ao longo do ciclo de vida da criança. Não aquelas relacionadas com a licença parental ou subsídios de nascimento. Aqui temos claramente o efeito mais pronunciado. Em comparação, pode observar-se que as despesas com subsídios de nascimento ou com as licenças parentais têm um impacto e não podemos rejeitar este impacto nas tendências totais de fertilidade, mas o seu impacto é muito baixo, muito mais baixo do que as outras prestações pecuniárias. De igual forma a duração da licença parental parece ter um impacto, mas parece ser muito baixo em comparação com os outros instrumentos políticos e por oposição constatámos que se verifica um grande impacto ao nível dos serviços formais de apoio à infância para crianças com menos de três anos de idade, trata-se de um impacto significativo ao nível das tendências de fertilidade.

Tentámos comparar os nossos resultados com outros resultados já disponíveis na literatura e basicamente não vou tecer comentários, mas se estiverem interessados poderão analisar em pormenor este aspecto.

De facto, o que pretendíamos com a nossa análise, devido à escassez de dados disponíveis, não foi analisado, e existem muito poucos estudos que tenham analisado em conjunto o impacto das licenças

e das políticas de apoio à infância e tenham tentado incluir os dois aspectos e confirmámos que, de facto, as políticas de licença parental não têm um efeito muito significativo nas taxas de fertilidade, mas o que parece ser mais importante são os serviços de apoio à infância, o que está em sintonia com os factos apresentados anteriormente, ou seja, países com as taxas de fertilidade mais elevadas são os países que têm taxas de emprego feminino mais elevadas, por isso, conseguem promover a conciliação entre a vida profissional e familiar através dos serviços formais de apoio à infância.

As conclusões chave: em primeiro lugar, observámos, em todos os países da OCDE, um aumento da educação feminina, da participação feminina no mercado de trabalho o que tem conduzido a um adiamento da gravidez, mas o aumento da fertilidade, observado nalguns países, está parcialmente relacionada com o fim do adiamento da gravidez nestes países. Também confirmámos que este novo aumento da fertilidade está relacionado com a relação existente entre as taxas de fertilidade e o desenvolvimento económico que tem sofrido alterações ao longo das últimas décadas e o aumento das taxas de emprego feminino são um aspecto importante e também está estreitamente relacionado com este desenvolvimento económico, os países desenvolveram políticas de apoio à família que ajudam as famílias a conciliar a vida profissional e a vida familiar.

Quanto ao papel do contexto institucional, ou seja, sobretudo ao nível das políticas de apoio à família observámos a importância do mix político de apoio à infância, de licenças remuneradas, transferências financeiras para as famílias, todas parecem ter um impacto positivo nas tendências de fertilidade, mas quando tentámos fazer um *ranking* dos três tipos de instrumentos observámos que os maiores efeitos são decorrentes das transferências pecuniárias no âmbito da infância e a cobertura de serviços de apoio à infância, por outro lado o número de semanas remuneradas ou a duração da licença parental têm um impacto menor. Penso que é importante ter este aspecto presente, porque o que nos foi possível observar na União Europeia, por exemplo, com a Presidência húngara da União Europeia, prevalecia a ideia que a maioria dos países da Europa de Leste enfrentam uma baixa fertilidade e uma ideia que circulava durante a Presidência húngara era a seguinte: a estratégia mais eficiente para mudar estas tendências de fertilidade seria ajudar as mulheres a ficarem em casa e a terem filhos o que observamos, aqui, a longo prazo, é que eventualmente não é a estratégia mais eficiente. A estratégia mais eficiente será, eventualmente, ajudar as famílias a conciliar as suas vidas profissionais e familiares, ajudar as mulheres a conciliarem a sua vida profissional e familiar, porque observámos, em geral, que as licenças parentais que ajudam as mulheres a ficarem afastadas do mercado de trabalho durante um longo período de tempo, dando-lhes prestações pecuniárias, não parece produzir um grande impacto nas tendências de fertilidade a longo prazo, por outro lado um maior apoio ao nível da conciliação entre a vida profissional e familiar através de serviços de apoio à infância parece ser uma perspectiva mais eficiente a longo prazo.

Muito embora não tenha comentado até agora o que também foi possível observar, no âmbito dos nossos resultados, foram as correlações positivas entre o aumento no número de nascimentos fora do casamento e as tendências nas taxas de fertilidade, parece que uma maior aceitação dos nascimentos fora do casamento também tem um impacto nas tendências de fertilidade.

Muito agradeço a vossa atenção.



---

# COMENTÁRIO

## FECUNDIDADE E DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO NOS PAÍSES DA OCDE

---

**PEDRO PITA BARROS**  
(FACULDADE DE ECONOMIA - UNL)

O desafio apresentado pelo autor é claro: qual relação entre desenvolvimento económico e fecundidade, e como tem evoluído nos anos mais recentes.

Tradicionalmente, esta tem sido vista como uma relação negativa: conforme o rendimento *per capita* aumenta, o número de crianças reduz-se. Mas mais recentemente alguns países de rendimento elevado reverteram a tendência – quando o rendimento é suficientemente elevado, a relação entre fecundidade e rendimento passa a ser positiva. A análise foi feita antes da actual crise internacional, pelo que poderá ter sofrido, ou não, alguma alteração. E também não é claro o sentido que essa alteração possa ter, como se discutirá adiante.

A situação do nosso país, por seu lado, registou uma importante evolução. Portugal em 1980 tinha uma taxa de fecundidade acima do valor médio dos países da OCDE para a taxa de emprego feminino que apresentava, mas está substancialmente abaixo no valor de 2007. O que carece de explicação e conhecimento. Há, claramente, outros factores para além da actividade profissional das mulheres, da taxa de emprego feminino, a influenciar fortemente esta evolução.

Porquê esta evolução internacional, e em particular a inversão da tendência que se começou a observar em alguns países? O autor identifica como principal factor a existência de mecanismos sociais e legais que permitem conciliar o trabalho feminino com a vida familiar.

Como regularidades, identificou vários aspectos. Parou o adiamento da idade do primeiro filho. Mudou a atitude perante nascimentos fora dos laços do casamento. Efeitos de medidas adoptadas.

O papel do aumento da taxa de participação feminina no mercado de trabalho.

Destas relações é fácil passar para a discussão de quais os instrumentos que estão disponíveis para aumentar a natalidade.

A primeira constatação é a de que diferentes países têm adoptado instrumentos diferentes:

- Europa continental/Norte – licenças parentais, maternidade e paternidade generosas, creches e apoios similares
- países de língua inglesa – horários de trabalho flexível e apoios no local de trabalho

Para ver com mais detalhe, os autores usam uma base de dados de 1982 a 2007 sobre medidas de apoio à família.

Consideram o impacto de cinco tipos de medidas sobre a taxa de fecundidade:

- A) despesa em licenças de maternidade, paternidade e outros pagamentos do tipo, por nascimento, como proporção do PIB *per capita*
- B) despesa em transferências por criança abaixo dos 20 anos em % do PIB *per capita*
- C) despesa em serviços de apoio a crianças com menos de 3 anos, em proporção do PIB *per capita*
- D) número de semanas de licença pagas (maternidade e paternidade)
- E) proporção das crianças com menos de 3 anos que frequenta instalações de apoio

Procuram ver o impacto destas medidas na taxa de fecundidade, e numa taxa de fecundidade ajustada para o adiamento do nascimento do primeiro filho. Utilizam métodos estatísticos avançados para concluir que :

- A) os principais instrumentos – os que têm mais efeito – são os apoios de médio e longo prazo, as medidas B) e C) acima

- B) de qualquer modo, o seu impacto quantitativo parece não ser muito grande

Há vários comentários que podem ser produzidos.

Tomemos primeiro os factores económicos: o custo de ter e criar uma criança – face ao rendimento; e o custo de oportunidade em termos do tempo retirado à actividade laboral e lazer.

Em que medida as políticas ou as variáveis usadas capturam estes efeitos? Os exemplos de medidas alternativas que podem estar mais próximas: apoio concedido face ao custo de ter e criar uma criança; salário médio das mulheres em idade fértil/idade em redor do tempo do primeiro filho.

Os resultados indicam que medidas com “permanência” no tempo têm mais efeito. Os apoios financeiros duradouros parecem ser de alguma forma incorporados numa noção de rendimento permanente.

Dois outros aspectos são claros: a incerteza criada pela possibilidade de desemprego tem um efeito negativo bastante visível – as estimativas indicam que um aumento de 1% na taxa de desemprego teria de ser compensado por um aumento de 1% no PIB *per capita* dedicado a apoiar crianças abaixo dos 20 anos. Mas curiosamente não é a protecção no emprego que faz a diferença. É mesmo a capacidade de encontrar emprego.

A aceitação de nascimentos fora dos modelos de família tradicional correspondendo a mudança de normas sociais é favorável a uma maior taxa de fecundidade (não é incentivar estes nascimentos, e sim retirar a carga social negativa que lhes possa estar associada).

Apesar desta evidência, há uma lista de pedidos de mais conhecimento e informação.

Seria interessante ter também uma visão do tempo que as medidas demoram a produzir efeitos.

Seria interessante saber o papel da credibilidade das medidas de apoio em cada país (com que frequência mudam as regras e os valores, por exemplo).

Seria interessante ter para cada país quanto teria que ser usado de cada medida para que fosse alcançada a taxa de reposição natural da população (o que parece ser extrapolar para fora do domínio de valores usado na estimação).

Seria interessante saber se o efeito de imigração em cada um destes países com aumento de taxa de fecundidade é crucial.

Tomando Portugal nos dias de hoje, podemos caracterizar rapidamente a situação como tendo:

- elevada taxa de participação feminina no mercado de trabalho;
- elevado desemprego e dificuldade de jovens em encontrar emprego;
- incerteza quanto à duração de apoios estatais (em geral) não permitindo a sua integração num conceito de rendimento permanente;
- baixos salários, fazendo com que o custo de ter e criar uma criança seja elevado face ao rendimento (mais do que compensando o baixo custo de oportunidade de cuidar de uma criança);
- cultura de presentismo no local de trabalho, dificultando a conciliação trabalho – família;
- Por outro lado, o apoio dos avós é relativamente comum;

Dos estudos internacionais não é claro o que possa promover uma alteração da situação atual, com baixos custos, nos países do sul da Europa. Os aspectos que surgem como determinantes são a perspectiva de longo prazo e a influência sobre estilo de vida (e decisões) dos jovens.

Há que atacar pelo menos dois problemas: condições financeiras e custo de oportunidade – não só salarial, mas de tempo, actividades lúdicas, incluindo viagens, por exemplo. Tendo-se mais do que um objectivo, será necessário, em geral, mais do que um instrumento.

Os apoios monetários atacam as dificuldades financeiras, não resolvem o aspecto do tempo e do seu custo de oportunidade. Conciliar vida familiar e trabalho só tratam do custo de oportunidade do trabalho. Falta lidar com o custo de oportunidade do lazer: pais irem ao cinema ou ao teatro ou ao campo de futebol; pais fazerem viagens curtas. Como? Facilitar apoio de avós, facilitar cooperação entre jovens são desde logo ideias que surgem, mas outras ideias diferentes se podem apresentar?

Quanto às outras opções:

- aumentar licença de maternidade/paternidade? Mas também aumenta a distância (tempo fora) face ao mercado de trabalho;
- não estamos mal em apoio em serviços às crianças com menos de 3 anos;
- dar mais dinheiro – não será a ideia mais popular nos tempos que correm;

Porque não é fácil alterar a situação? Mudar opções de vida não é fácil, é delicado e não é rápido. Há que ter a capacidade de desenhar as políticas, a perseverança para as aplicar de uma forma consistente e duradoura, e a paciência para esperar que produzam os seus efeitos. São estas as três palavras chave que retiro das análises produzidas: capacidade, perseverança e paciência.

FECUNDA  
E INSTU  
NA EURO

FECUNDIDADE  
E INSTITUIÇÕES  
NA EUROPA

FECUNDIDADE  
E INSTITUIÇÕES  
NA EUROPA



---

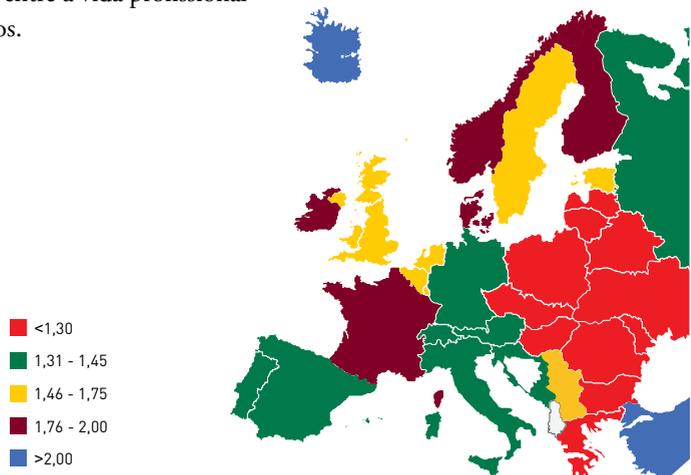
# ESTADO PROVIDÊNCIA, POLÍTICAS DE APOIO À FAMÍLIA E DA FERTILIDADE

---

**GERDA NEYER**  
(UNIVERSITY OF STOCKHOLM)

## Fertilidade e Políticas na Europa

- Baixa fertilidade (TFT) na Europa: Uma preocupação política cada vez maior.
- Na maioria dos países europeus: Medidas políticas para aumentar a fertilidade.
- União Europeia: Conciliação entre a vida profissional e familiar, igualdade entre géneros.



## Mudança na percepção das questões de fertilidade

- A evolução da maternidade, de assunto individual para assunto determinado por factores institucionais.
- De políticas populacionais / inexistência de políticas até ao estado providência e políticas familiares.

## Mudança na Percepção da Fertilidade pelo Estado Providência

- Mudança dos “riscos sociais antigos” para “novos riscos sociais” .
- Da mudança centrada no sexo masculino para a mudança centrada na família, no indivíduo, no género.

riscos sociais antigos	novos riscos sociais
doença	ter filhos / pertencer ao sexo feminino
idade	acesso a / manter o emprego
desemprego	Formação académica ineficiente
perda do ganha pão masculino	

Mudança do estado providência para novos grupos do estado  
Expansão do estado de providência – mulheres e crianças

## Mudança nas Políticas Familiares

- Mudança para emprego-cuidados-généro.

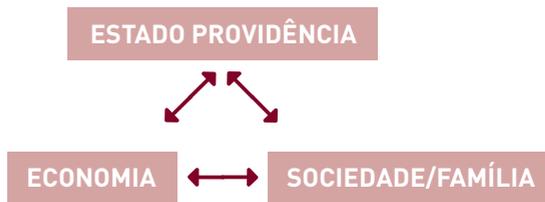
Anos 60	Anos 90
apoio da família / casamento	equilíbrio entre vida profissional – pessoal / género
direito da família /	licença maternal /
impostos	licença parental
benefícios pecuniários	licença de apoio à família
apoio à habitação	serviços de apoio à criança
benefícios pecuniários para os filhos	benefícios pecuniários

## Alteração das políticas familiares – forma e enfoque da expansão das políticas de apoio à família.

### Perguntas para Investigação e Definição de Políticas

- As diferenças nos níveis de fertilidade e no comportamento de procriação na Europa devem-se a diferenças ao nível dos Estados Providência?
- As políticas de apoio à família afectam o comportamento de procriação e os resultados ao nível da fertilidade?

### Estado Providência e Fertilidade



O Estado Providência usa as políticas sociais para estruturar os mercados de trabalho, a sociedade e a família;

As políticas de apoio à família: estruturam as relações privadas, parceria e parentalidade.

## Estado providência – Emprego - Cuidados - Género

Políticas de Apoio à Família e ao Emprego das Mães



Reduzir apoio, exc. Eslovénia

- Mercado
- Elevado
- Médio
- Baixo

Política de protecção da criança



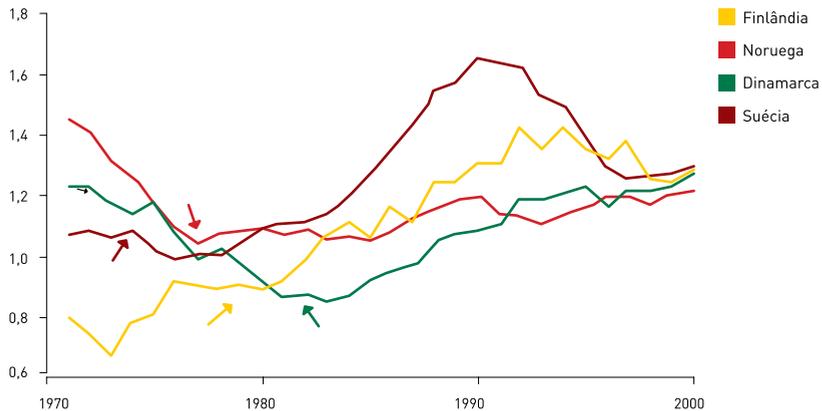
Substituir esta política por privados

- Mercado
- Muito elevado  $\geq 30$
- Elevado  $20 < 30$
- Baixo  $6 < 10$
- Muito baixo

## Estado providência, Políticas de Apoio à Família e Fertilidade

### 1. Efeito das políticas de licença parental sobre a procriação. Benefício da licença parental directamente relacionado com o rendimento.

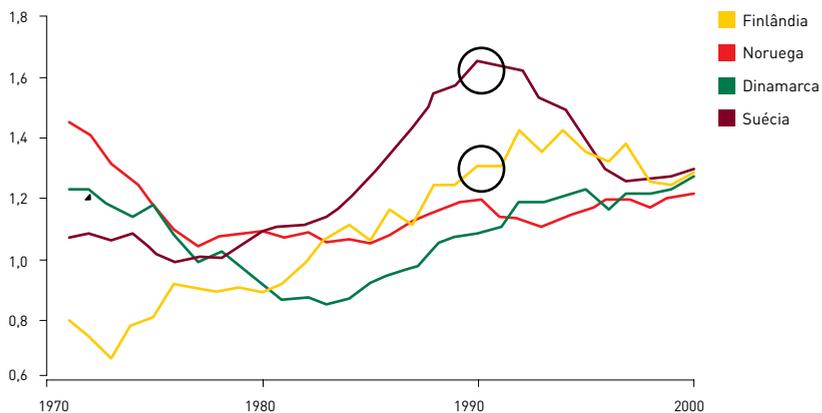
Efeitos dos benefícios de licença parental relacionados com o rendimento sobre as taxas de nascimento do segundo filho



Taxas relativas à Suécia em 1977  
Fonte: Neyer, Andersson, Rønsen, Hoem, Vikat 2006

### 2. Interação entre as políticas e o desenvolvimento do mercado de trabalho. Diferentes políticas de licença parental em contextos semelhantes.

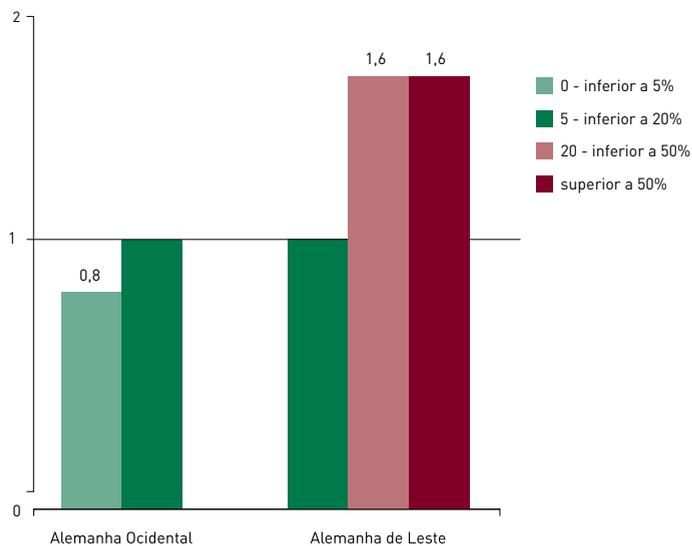
Impactos da políticas de apoio à família e desenvolvimento económico sobre riscos do nascimento



Taxas relativas à Suécia em 1977  
Fonte: Neyer, Andersson, Rønsen, Hoem, Vikat 2006

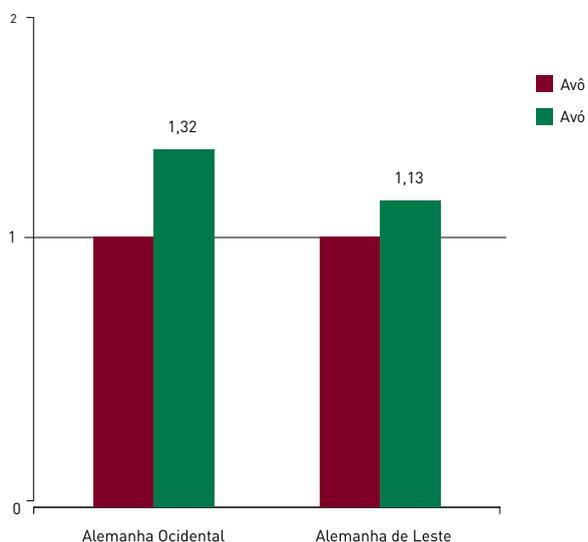
### 3. Impacto das políticas de protecção da infância na procriação. Interação entre normas culturais e políticas.

Taxas de natalidade por prestação de cuidados à infância (0-3 anos)



Fonte: Hank/Kreyenfeld 2004

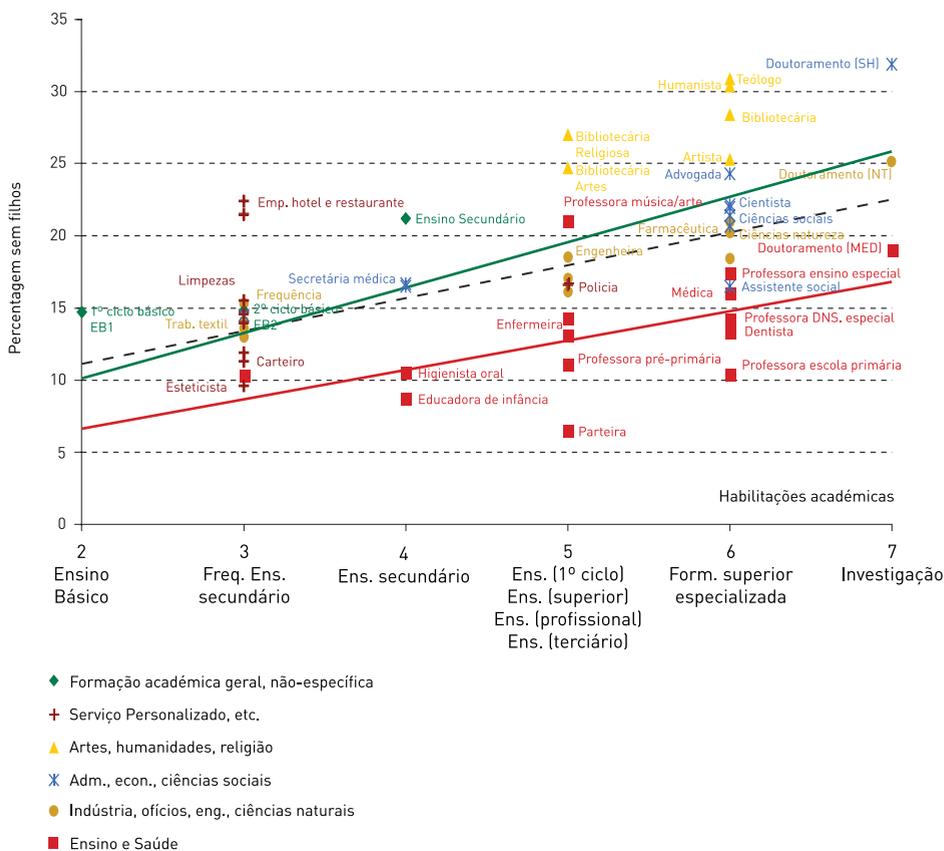
Taxas de natalidade e disponibilidade de cuidados de apoio à infância (0-3 anos) na Alemanha



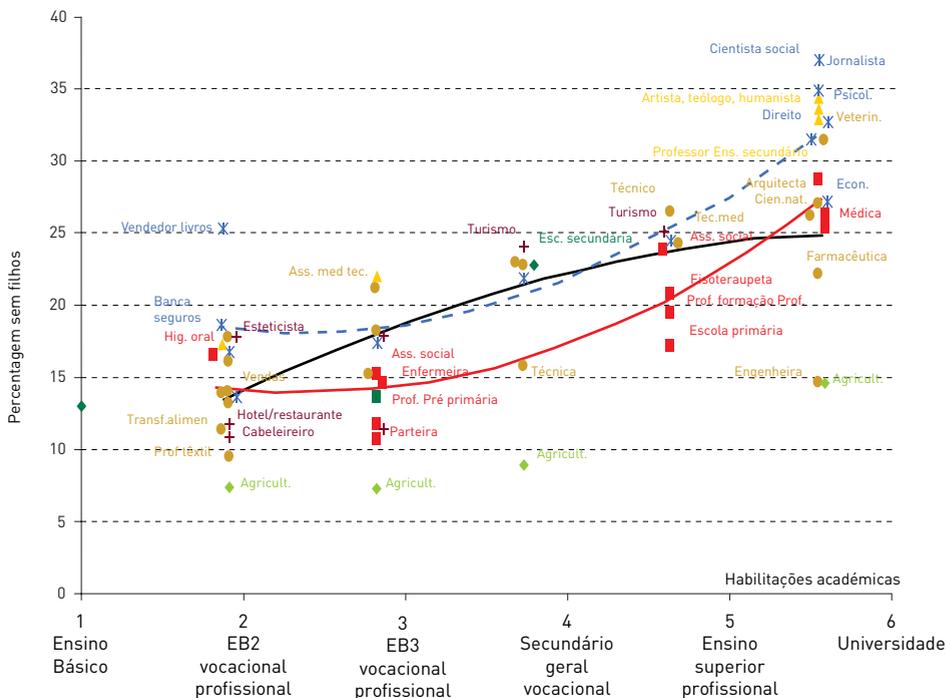
Fonte: Hank/Kreyenfeld 2004

## 4. Interação estado de providência /configurações das políticas de apoio à família: Políticas diferentes e orientações políticas. Políticas de educação - mercado de trabalho - família

Percentagem permanentemente sem filhos, por grupo de qualificações académicas; suecas nascidas entre 1955-59

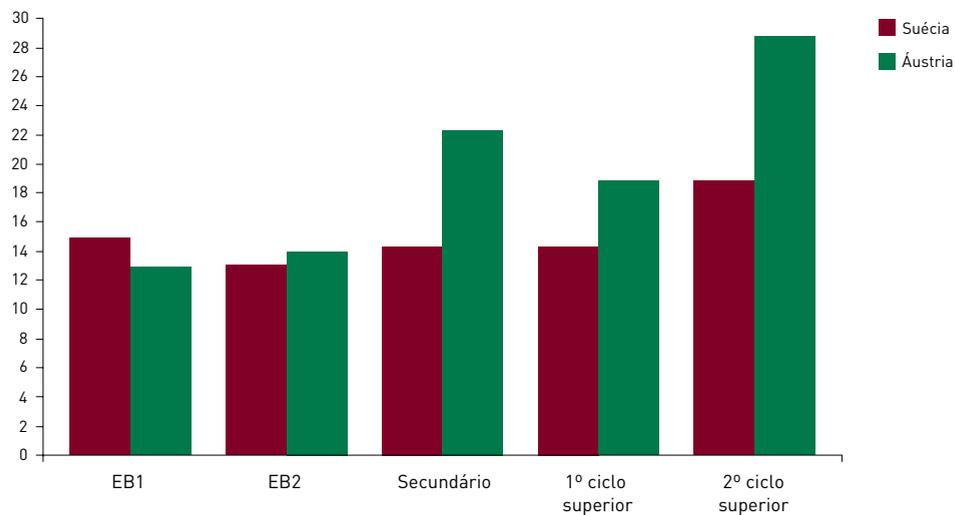


Percentagem permanente infecundidade, por grupo de qualificações académicas; mulheres austríacas nascidas entre 1955-59



- ◆ Geral
- Ensino e Saúde, ação social
- ▲ Artes, humanidades, religião
- ✕ Economia, finanças, adm, direito, ciências sociais
- Indústria, ofícios, eng., ciências naturais
- ◆ Agricultura
- + Serviços personalizados

Sem filhos por qualificações académicas. Mulheres Suecas e Austríacas. cohort 1955-59



## Explicações – Diferenças Institucionais

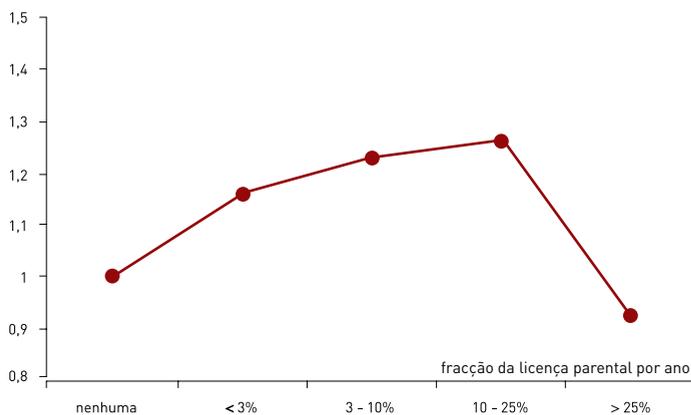
	Suécia	Áustria
Sistema educativo	- flexível - orientado para a igualdade de género	- sem flexibilidade - orientado para a classe
Mercado de trabalho	- sem diferenças de género - igualdade de género vertical	- sem diferenças de género - predomínio masculino vertical
Estado de providência	- orientado para a igualdade	- orientado para as classes / conservador
Políticas de apoio à família	- compatibilidade - igualdade de género	- incompatibilidade/escolha - orientada para a mãe/escolha

## Conclusão

- Factores institucionais determinam o comportamento de fertilidade.
- Interação entre o estado de providência, o mercado de trabalho, as políticas de apoio à família e a fertilidade.
- Expansão das políticas, além das “principais” políticas de apoio à família com um enfoque no emprego - género - família
- Mudança do estado providência em relação à igualdade de género, manutenção do emprego, conciliação entre a vida profissional e familiar.

## Exemplo 3 – Igualdade na prestação de cuidados

2º filho possibilidade do pai gozar a licença parental com o primeiro filho



Fonte: Andersson / Duvander 2006





---

# COMENTÁRIO

## FECUNDIDADE E INSTITUIÇÕES NA EUROPA

---

**KARIN WALL**  
(ICS)

Eu queria começar por cumprimentar o Senhor Presidente da República bem como o Comissário das Conferências, o Professor João Lobo Antunes, e os participantes desta mesa, o Professor João Borges de Assunção e a Professora Gerda Neyer. Quero ainda agradecer à Presidência da República o convite que me fez para comentar esta sessão e para participar nesta conferência, que representa uma oportunidade importante para reflectir sobre os desafios das transformações demográficas em Portugal e na Europa.

Como referiu a Professora Gerda Neyer, esta é uma reflexão que, a nível europeu, tem vindo a ser aprofundada e pensada desde os anos noventa. Por uma razão fundamental, que é bem conhecida: as tendências de evolução demográfica têm implicações não só para o modelo social europeu mas também para o próprio modelo de crescimento económico na Europa. Trata-se, por isso, de uma questão que diz respeito em primeiro lugar à vida privada e às opções dos indivíduos e das famílias e também, por outro lado, de um problema que extravasa o domínio privado e diz respeito ao domínio público.

Por isso, esta é uma problemática que tem estado no topo não só da agenda política de todos os países-membros e da Comissão Europeia (tendo a Comissão Europeia produzido, em 2006, um Livro Verde muito interessante sobre os desafios das mudanças demográficas para as relações intergeracionais) mas também no topo da agenda científica. Tem havido um esforço sistemático, por parte da comunidade científica, para, por um lado, mapear as mudanças demográficas e da família e, por outro, para perceber melhor a relação entre as políticas públicas e estas mudanças. Claro que

no cerne desta problemática está uma pergunta fundamental (e que foi aquela que foi levantada pela Professora Gerda Neyer na sua apresentação): será que os diferentes modelos de estado-providência e as políticas de família têm algum impacto nos níveis de fecundidade? Será que os principais tipos de apoio às famílias que querem ter ou têm filhos (ou seja: os apoios económicos, as licenças, e os serviços) podem influenciar e fazer aumentar os níveis de fecundidade?

Como se depreende da apresentação da Professora Gerda Neyer, a resposta a esta questão não é fácil. Mas a sua abordagem e metodologia de questionamento ajudam-nos a pensar de uma forma mais sistemática no tipo de investigação que é preciso fazer para responder a esta pergunta.

**O meu primeiro comentário vai portanto no sentido de realçar alguns aspectos mais relevantes da abordagem apresentada pela Professora Gerda Neyer relativamente à melhor maneira de abordar e estudar o impacto das políticas públicas na fecundidade.**

- Um primeiro ponto importante diz respeito à necessidade de analisar as políticas públicas no contexto de outras variáveis macro-sociais e económicas. O impacto das medidas é mediado pelo tipo de Estado-providência, por variáveis sociais como as relações de género ou o contexto laboral, e pelo contexto económico. Sabemos que o impacto de uma medida será sempre diferente se for introduzida numa altura de crise económica ou de crescimento económico: por exemplo, o significado e o impacto de uma medida introduzida recentemente no abono de família - o corte de 2 escalões do abono de família - quando Portugal já estava em período de recessão económica vai com certeza ser diferente do que se fosse introduzida numa época de crescimento económico. Temos portanto de perceber os contextos para conseguir avaliar os possíveis ou os reais efeitos das políticas públicas nos comportamentos das famílias. Gostaria no entanto de colocar uma pergunta.

Há uma variável que a Professora Gerda Neyer não mencionou mas que tem sido enfatizada por vários autores: tem a ver com a influência do contexto e do tempo histórico (“*historical pathway*”), ou seja, o percurso que foi seguido ao longo de várias décadas quer do ponto de vista das mudanças na família quer do ponto de vista das políticas públicas. É extremamente importante ter em conta o processo político e histórico que precedeu e induziu uma determinada medida política. Em Portugal, por exemplo, é impossível percebermos as famílias e os comportamentos demográficos sem nos referirmos ao modelo de família instituído durante o Estado Novo e às mudanças na família e na conjugalidade no pós 25 de Abril. Por isso gostaria de lhe perguntar em que medida é que devemos recuar no tempo para conseguir perceber o impacto das políticas públicas na fecundidade no momento actual?

- Existe um segundo aspecto que dificulta a análise da relação entre políticas públicas e os comportamentos demográficos: a falta de certo tipo de dados e de estudos. A Professora Gerda Neyer no seu artigo “Consequences of Family Policies on Childbearing Behavior: effects or artifacts?” (publicado no *Population and Development Review*, vol 34, 4, 2000) mostra que precisamos de olhar para as variáveis macrosociais mas também assinala que precisamos de ter mais dados e mais informação ao nível dos indivíduos: sobre as suas trajetórias reprodutivas e familiares, sobre a percepção que os indivíduos têm dos constrangimentos actuais para ter e educar uma criança. Neste domínio ainda há muito a fazer do ponto da investigação. Precisamos de ter mais bases de dados longitudinais e

precisamos também de estudos em profundidade sobre as perspectivas dos indivíduos e das famílias. Como é que a Professora Gerda Neyer pensa que a investigação deve tentar resolver esta falta de dados? Que tipo de estudos, que bases de dados é que precisamos de construir para conseguir fazer um bom trabalho comparativo a nível europeu?

- Um terceiro ponto importante da abordagem da Professora Gerda Neyer diz respeito à necessidade de compreender a “*configuração específica*” das políticas sociais e de família. Isto significa que, por um lado, temos de analisar de forma aprofundada as várias dimensões de uma política de família (o apoio económico, o apoio em licenças, o apoio em serviços) e procurar avaliar os seus efeitos; por outro lado, também é importante olhar para as políticas de família como um todo para perceber se as diferentes medidas se encontram ou não articuladas e se são coerentes do ponto de vista do apoio às famílias, e como interagem com outras políticas públicas.

**O segundo comentário** que gostaria de fazer prende-se com o facto de haver uma visão política e sociológica diferente da questão da baixa fecundidade no passado e no presente: no passado, pelo menos até aos anos 80, a questão era analisada em primeiro lugar como um problema “reprodutivo” (que dizia respeito às mulheres) e no quadro de um modelo tradicional de família em que o homem era o principal provedor. A partir dos anos 90, o problema da baixa fecundidade passa a ser considerado e analisado como um problema da família e passa-se a sublinhar, também, a relação da baixa fecundidade com as dificuldades das famílias “duplo emprego” (em que os dois membros do casal trabalham) em conciliar a vida familiar e a vida profissional. Daí a ênfase colocada no Estado-providência e nas políticas de família para influenciar a fecundidade. No entanto, não parece existir hoje um consenso generalizado à volta desta abordagem e isto poderá dificultar a implementação e a coerência das políticas de apoio à família. Surge assim uma dúvida e a minha pergunta. Não será que existe neste momento alguma tensão entre estas duas perspectivas no discurso e nas agendas políticas relativas à queda da fecundidade na Europa? Por exemplo, não acha que o centramento na mãe e nos cuidados prestados pela mãe nalguns países europeus e por alguns sectores da sociedade civil revela alguma ambiguidade relativamente a uma política de conciliação ?

**O terceiro comentário que gostaria de fazer diz respeito ao caso português e à interpretação que fez da sua posição no contexto dos outros países europeus.**

Eu sei que a Professora Gerda Neyer não queria analisar em detalhe o caso português (que é complexo devido à sua especificidade), mas de qualquer maneira gostaria de comentar a forma como classificou Portugal do ponto de vista das políticas de família ver página 32:

(No quadro/lado esquerdo) Portugal está descrito (juntamente com os outros países europeus da Europa do sul) como um país que tem políticas que dão um apoio baixo e incentivos baixos ao emprego das mães. Ora em Portugal, como se sabe, temos uma taxa de emprego feminina elevada (61% em 2011) e uma taxa de emprego das mães que é também muito elevada (é importante lembrar que a taxa de 61% sobe para 88% no caso das mulheres entre os 25 e os 45 anos). Por outro lado, se há um objectivo que tem sido sublinhado de forma sistemática tanto nas políticas relativas ao mercado de trabalho como nas políticas de conciliação e de igualdade de género é a promoção da independência económica da mulher e da sua participação no mercado de trabalho. Por isso eu gostaria de

perceber melhor os indicadores que utilizou para classificar os países deste ponto de vista. Claro que o caso português tem de ser visto numa perspectiva histórica. De facto, partimos, nos anos 70, de um modelo de família centrado no homem provedor e na desigualdade de género, mas as políticas incentivaram e convergiram, a seguir ao 25 de Abril e com base num amplo consenso social e político, num modelo de família centrado no duplo emprego e na partilha da função ganha-pão.

Ainda no Quadro (lado direito), Portugal aparece, juntamente com a Itália, como um país que dá pouca importância ao “*child care*”, isto é, à integração das crianças em creches e no pré-escolar. Mais uma vez partimos, no que diz respeito aos equipamentos para crianças, de níveis baixíssimos nos anos 80: é importante lembrar que, em 1985, apenas 29% das crianças portuguesas estava no pré-escolar. Mas em 2010 a taxa de cobertura para as crianças entre os 3 e os 5 anos é de 84% e a maior parte das crianças frequenta o jardim de infância a tempo inteiro (se compararmos com outros países da EU, temos uma taxa de: 74% na Finlândia, 99% em França; 67% na Holanda; 92% no Reino Unido). Por outro lado, do ponto de vista dos cuidados para as crianças dos 0 aos 2 anos, os últimos dados da OCDE dizem-nos que a taxa de cobertura é de 47% em Portugal (comparado com 29% na Itália, 17% na Alemanha, 42% em França). Dito isto, não quero de maneira nenhuma dizer que as políticas de família e de conciliação estão suficientemente desenvolvidas, mas apenas apontar para o facto de Portugal não se encaixar bem nem no modelo familialista e residual do Estado de Bem-estar da Europa do Sul nem no modelo continental conservador. Combina características e traços específicos de vários regimes de bem-estar, e isto é um desafio importante não só para o debate público sobre a queda da fecundidade mas também um desafio difícil para a investigação.

Assim, considero que a reflexão sobre a relação entre políticas públicas e a baixa fecundidade não pode ignorar alguns aspectos que tem a ver com a **especificidade do caso português**, e só vou mencionar 4 aspectos que considero mais importantes:

- a) em primeiro lugar, as taxas elevadas de actividade feminina e a tempo inteiro;
- b) em segundo lugar, o desfasamento entre uma maior igualdade do ponto de vista da participação no mercado de trabalho e uma menor igualdade de género na divisão do trabalho não pago;
- c) terceiro, o facto de a baixa fecundidade estar sobretudo ligada ao problema da transição para o segundo filho. É um aspecto importante que convém sublinhar: ao contrário de outros países de baixa fecundidade, Portugal tem uma proporção baixa de “infecundidade” (*childlessness*), ou seja, de mulheres que não tem filhos.
- d) e, finalmente, políticas de conciliação que evoluíram de forma lenta, que ainda são recentes e que estavam a ser reforçadas no momento em que se iniciou um período de grave recessão económica e de cortes num estado-providência ainda pouco consolidado. Mesmo assim, temos níveis médios de “*child care*”, e sabemos que isso tem um impacto considerável na transição para a parentalidade.

Deste ponto de vista, portanto, eu concordo plenamente com a abordagem compreensiva e multi-dimensional proposta pela Professora Gerda Neyer: para compreender a baixa fecundidade e para perceber o impacto das políticas, não chega olhar para as políticas de família. Temos de analisar um conjunto grande de variáveis: a relação das políticas de família com outras políticas (de emprego, de

igualdade), o contexto económico, os valores e as normas relativas à família e ao género, ou, ainda, as trajectórias reprodutivas que predominam em detrimento de outras.

**Gostaria de fazer um último comentário** muito breve relativamente à análise que foi feita sobre o impacto das “licenças parentais” na última parte da apresentação ver página 38.

A Professora Gerda Neyer falou do caso da Alemanha. A Alemanha introduziu uma nova política de licenças em 2007 – em vez de uma licença parental longa de dois anos e com pagamento muito baixo, introduziu uma licença parental de um ano compensada a 67% do salário anterior. Gostava de perceber melhor o impacto desta “mudança de paradigma”, como alguns autores lhe chamam: a Professora Gerda Neyer disse que esta política de licenças não produziu “imediatamente” um impacto no índice de fecundidade. Gostaria de saber qual é que tem sido o impacto desta mudança, e se de facto produziu algum efeito na fecundidade? Ou se acha que esta política poderá ter menos impacto devido a um contexto normativo, predominante na Alemanha, que continua a colocar alguma ênfase na “mãe em casa”?

Para terminar, uma última pergunta. Alguns países europeus (nomeadamente a Finlândia, a Noruega, a França) introduziram, como referiu, o “*home care allowance*” – ou seja, uma licença, que dá direito a um pequeno subsídio, para a mãe ficar em casa a tomar conta de uma criança com menos de 3 anos. Foi uma política que apoiou muitas famílias em período de crise económica, mas foi uma política que também contribuiu para reduzir a participação das mães no mercado de trabalho. A minha pergunta é a seguinte: num futuro próximo, como é que a Professora Gerda Neyer acha que vão evoluir as políticas de família nestes países? Vão manter esta opção, ou vão tentar reduzir o impacto desta licença na actividade profissional das mulheres?

Dear Professor Gerda Neyer, thank you very much once again for your presentation and contribution.

FECUNDE  
E CONTI  
SOCIAIS  
DOS PAÍ  
NÓRDIC

FECUNDIDADE  
E CONTEXTOS SOCIAIS:  
O CASO DOS PAÍSES  
NÓRDICOS



---

# FECUNDIDADE E CONTEXTOS SOCIAIS: O CASO DOS PAÍSES NÓRDICOS

---

**GUNNAR ANDERSSON**  
(UNIVERSITY OF STOCKHOLM)

## Resumo

Numa Europa em que a maior parte dos países apresenta uma fecundidade baixa ou “abaixo de baixa”, a experiência da Suécia e dos seus vizinhos Nórdicos tem vindo a tornar-se de interesse crescente para os criadores de política e cientistas na área social, preocupados com as causas e consequências da baixa fecundidade. A fecundidade Nórdica pode ser rotulada como a “mais alta entre as baixas”: o nível de fecundidade na Suécia e países vizinhos encontra-se a baixo do nível de reposição, de 2.1 filhos por mulher mas, mesmo assim, elevada quando comparada com muitos outros países desenvolvidos. A fecundidade na Suécia tem apresentado flutuações ao longo das últimas décadas mas, tal como nos outros países Nórdicos com implantações idênticas do estado de bem estar social, tem-se mantido bem acima da média Europeia. Este capítulo fornece panoramas internos dos desenvolvimentos recentes da procriação na Suécia e debate o papel das políticas familiares na formação comportamental na procriação. São fornecidas provas de que os factores institucionais mostram ser muito mais decisivos do que os factores culturais em influenciar o comportamento da procriação, e demonstra-se que existem alguns impactos específicos de políticas familiares na dinâmica da procriação. A este respeito, é importante notar que as políticas familiares suecas nunca foram directamente direccionadas para o encorajamento dos nascimentos. O seu principal objectivo foi antes apoiar a participação das mulheres na força laboral e promover a igualdade dos sexos: qualquer impacto de

estimulação da fecundidade tem que ser visto como um efeito secundário destas políticas. A conciliação da vida familiar e laboral das mulheres na Suécia é apoiada pelo plano do sistema de impostos do país, da sua segurança social e sistemas de férias parentais, e o fácil acesso aos cuidados infantis de alta qualidade subsidiados.

## Introdução

A Suécia evidencia-se frequentemente como um país de referência na pesquisa demográfica. Este facto tem a sua origem numa combinação de factos. Em primeiro lugar, a Suécia tem sido uma precursora no desenvolvimento de aspetos importantes do comportamento demográfico da família; em segundo lugar possui alguns dos melhores dados demográficos que existem no mundo para detetar esses desenvolvimentos. Possui uma história de séculos relacionada com os registos meticulosos de acontecimentos demográficos da sua população residente. A experiência da Suécia é, igualmente, de interesse porque tem sido inovadora em termos de política de desenvolvimento relacionada com a vida familiar. Nas décadas de 70 e 80 do século passado, as alterações da posição da mulher na sociedade motivou a introdução de um vasto leque de políticas com o objectivo de se conseguir uma maior compatibilidade das mulheres com as suas famílias e os papéis por elas desempenhados no meio laboral. Assim sendo, as políticas públicas continuaram a apresentar como objectivo a promoção da igualdade dos sexos, mas também com o enfoque incidindo de forma mais explícita nos homens e a sua conciliação da família com a actividade laboral.

É muito comum relacionar a relativamente alta fecundidade da Suécia e dos seus vizinhos Nórdicos com a implantação das suas políticas e as características do regime de bem estar social Nórdico. A recuperação dos níveis de fecundidade que se verificou nos países Nórdicos na década de 80 do século passado é, frequentemente, considerada como estando relacionada com a introdução e expansão de várias políticas relativas à família. Durante o início da década de 90 do século passado, chamava particularmente a atenção o então notável nível de alta fecundidade na Suécia. O papel do aumento de compatibilidade entre o emprego feminino e a paternidade na Suécia – e em outros lugares da Escandinávia – tem sido enfatizado por uma grande quantidade de autores, tal como testemunhado por uma longa sequência de publicações relacionadas com o assunto em décadas recentes: consultar, por exemplo, Moen (1989); Sundström (1991); Haas (1992); Pauti (1992); Sundström e Stafford (1992); Bernhardt (1993); B. Hoem (1993); Ellingsæter e Rønsen (1996); Rindfuss e Brewster (1996); Hoem e Hoem (1996, 1999); Brewster e Rindfuss (2000); Oláh (2003); Rønsen (2004); Hoem (2005); Neyer et al. (2006); Oláh e Bernhardt (2008). No início dos anos 90, Bernhardt (1991) fez referência à experiência sueca como sendo um exemplo positivo a ser seguido por outros países da Europa, e na opinião de Pinelli (1995), a Suécia exemplificava a possibilidade de encorajar, num país, o aumento da fecundidade. A importância das alterações institucionais que proporcionam facilidades às mulheres para poderem conjugar a produção e a reprodução tem sido igualmente enfatizada pelo Eurostat. Num certo número de projecções populacionais, esta instituição tem feito

com que os níveis de fertilidade futura nos países da UE dependam da possível implementação dessas políticas (para um debate recente desta natureza, consultar Joshi 1996).

É importante ter em consideração que a política da família na Suécia nunca foi especificamente direccionada para o encorajamento da procriação, mas teve, antes, como objectivo reforçar o interesse das mulheres pelo mercado de trabalho e promover a igualdade dos sexos e social. O enfoque incidiu, essencialmente, em permitir aos indivíduos prosseguirem com as suas vidas familiares e ocupacionais sem ficarem demasiado dependentes de outros indivíduos ou constrangidos por diversos factores institucionais. As políticas estão explicitamente direccionadas para os indivíduos e não para as famílias como tal. Em termos de procriação, o objectivo é permitir às mulheres e homens criarem tantos filhos quantos desejarem ter.

Inquéritos feitos aos jovens suecos revelam que, em média, as mulheres e homens suecos pretendem ter bem mais que dois filhos. Em consequência destes resultados, as autoridades suecas ficaram particularmente preocupadas com a dinâmica da procriação em épocas em que se manifestaram períodos de decréscimo de fecundidade com um nível de reposição populacional muito baixo, de 2.1 filhos por mulher. Foi este o caso no final dos anos 70 e, mais uma vez, a partir de meados e até aos finais da década de 90. Em ambas as ocasiões, as baixas taxas de fecundidade de então levaram as autoridades suecas a dar início a investigações quanto ao que poderia ser feito para proporcionar ao povo sueco ter o número de filhos que diziam pretender ter. (Para esta última investigação, consultar o Ministério da Saúde e Assuntos Sociais Sueco, 2001). Em ambas as ocasiões, a diminuição da fecundidade era vista como sendo uma questão de bem estar social, e a finalidade das investigações destinava-se a detectar o tipo de obstáculos na sociedade que poderiam, possivelmente, dificultar que as pessoas prosseguissem com os objectivos das suas vidas. No entanto, o desejo de uma mais elevada fecundidade como tal, na Suécia, mostrou uma articulação mais explícita nestas duas ocasiões do que durante outros períodos calendarizáveis. Em ambos os casos, a fecundidade começou a aumentar de novo pouco tempo após as investigações terem sido concluídas. A título de anedota, note-se que as investigações têm um precedente histórico numa ambiciosa investigação relacionada com políticas da família e fecundidade realizada por Myrdal e Myrdal na década de 1930. Assemelham-se à sua antecessora no seu efeito de “estimulação da fecundidade”: a fecundidade começou a aumentar pouco tempo depois dos Myrdals terem publicado o seu trabalho em 1934.

## Desenvolvimentos recentes da fecundidade na Suécia

A situação generalizada da taxa de fecundidade relativamente alta na Suécia tem, por vezes, sido um pouco vaga pelo facto da procriação na Suécia ter apresentado grandes flutuações em décadas recentes. Uma apresentação sobre as tendências conjuntas da procriação nos quatro principais países Nórdicos, conforme submetida num período de Taxas de Fecundidade Totais (TFT)<sup>1</sup>, revela que

---

1 Total Fertility Rates (TFR) – Taxas de Fecundidade Totais (TFT)

a fecundidade sueca apresentou um modelo do tipo montanha russa (Hoem e Hoem 1996), com variações próximas da média dos países Nórdicos (ver Figura 1). O panorama geral da fecundidade Nórdica mostra que houve um aumento na década de 80 seguido de uma convergência entre países, movendo-se no sentido da actual média Nórdica de TFT de cerca de 1.8 – 1.9 filhos por mulher. Numa comparação internacional, um tal nível de fecundidade pode ser rotulado de “elevado-baixo”: encontra-se abaixo do nível de reposição de 2.1. filhos por mulher, mas mesmo assim elevado comparativamente a muitos outros países desenvolvidos.

Flutuações recentes em período sueco de fecundidade total apresentam uma tendência para cima a partir de 1983 até 1990, uma quebra significativa entre 1992 a 1997 e uma recuperação entre 1999 e 2010: as estatísticas mensais das Estatísticas Suécia (Statistics Sweden) revelam que a fecundidade sueca recuou em 2011. Porém, como medida de fecundidade, a TFT é um indicador muito incipiente. Está melhor adaptada para descrever a maternidade e paternidade na coorte de nascimentos do que os desenvolvimentos da fecundidade num dado período. Em vez disso, apresentei em várias publicações as tendências de procriação em dados períodos com diferentes ordens de nascimentos de mulheres na Suécia (consultar Andersson 1999 com actualizações em Andersson 2004a e Andersson e Kolk 2011) e outros países Escandinavos (Andersson 2002, 2004b), através da aplicação de métodos estatísticos mais avançados aos dados de registo populacional longitudinal. No seguimento de uma abordagem que foi, em primeiro lugar, sugerida e descrita por Jan Hoem (1991, 1993a), isto resulta numa versão moderna de padronização indirecta, o que permite (i) a descrição desagregada da mudança demográfica, apresentando tendências de fecundidade para importantes subgrupos de mulheres, (ii) a utilização eficiente dos dados disponíveis, controlando as alterações de composição das categorias demográficas disponíveis no momento, e (iii) a utilização de uma medida que seja apropriada para uma análise baseada num dado período, providenciando alterações ao longo do tempo quanto à propensão dos vários grupos de mulheres que irão dar à luz.

As Figuras 2 e 3 fornecem a descrição da dinâmica de procriação sueca através de um conjunto de taxas padronizadas de nascimentos anuais em mulheres sem filhos e mães, respectivamente. A Figura 2 apresenta como decresceu continuamente o primeiro nascimento em mulheres mais novas desde meados de 1960 até meados dos anos 80; a partir do início dos anos 80 subiu significativamente para as mulheres com idades entre os 30 e 40 anos, reflectindo, no seu conjunto, um adiamento geral da entrada na maternidade (consultar também Billari et al. 2007). Durante os anos 80, a propensão dos nascimentos cresceu igualmente para mães em diferentes paralelismos (Figure 3). Diferentemente, os anos 90 caracterizaram-se por fortes declínios em riscos de nascimentos. Tal como nos anos 80, esta tendência foi seguida por mulheres de todos os paralelismos. De uma maneira geral, as tendências evoluíram conjuntamente com o ciclo dos negócios (Hoem 2000; Andersson 2000). Observamos outra tendência uniforme de inversão nos finais dos anos 90: A propensão dos nascimentos por parte das mães (Figura 3) e de mulheres sem filhos com 31 anos e mais (Figura 2) registaram aumentos renovados depois de 1997. Também é possível verificar uma nova tendência para mulheres mais novas sem filhos (Figura 2), uma vez que a propensão para os nascimentos permaneceu estável desde 1998. Evidentemente, o adiamento da fecundidade em idades mais jovens registou uma paragem,

que conjuntamente com a recuperação continuada do primeiro parto em idades mais avançadas e a propensão aumentada para a procriação por parte das mães, apresentou tendência para impulsionar o aumento das medidas agregadas de fecundidade (Figure 1). É interessante observar que a inversão de tendências na propensão para os nascimentos nem sempre é imediatamente evidente nos agregados dos dados TFT (Andersson 2004a). Com a nossa apresentação, podemos chegar à dinâmica subjacente de diferentes subgrupos de mulheres, revelando com melhor precisão quando ocorreram alterações importantes no comportamento da fecundidade.

Uma comparação da dinâmica da fecundidade na Suécia tal como se demonstra nas Figuras 2 e 3 com as de outros países Nórdicos revela muitas similitudes em padrões e tendências e, de novo, que a fecundidade sueca registou maiores flutuações do que as taxas de nascimento correspondentes dos seus vizinhos (Andersson 2002, 2004b; Neyer et al. 2006). A recente similitude da fecundidade dos outros países Nórdicos sugere que os seus níveis de fecundidade podem ser vistos, até certo ponto, como um reflexo de um regime subjacente de fecundidade Nórdica no início do século vinte e um. Finalmente, a imagem de uma muito volátil fecundidade sueca enfraquece, se em vez disso, olharmos para as gestações completas de coortes de mulheres suecas, (Figura 4). As estatísticas desse tipo mostram que cada coorte feminina nascida na Suécia em 1940 e depois dessa data chegou a um número final de filhos muito perto de 1.9 - 2.0 filhos por mulher. (Para informações sobre padrões de fecundidade de coortes nos países Nórdicos, ver Andersson et al. 2009; ver também Frejka e Calot 2001 e Björklund 2006.). Apesar de períodos de flutuação, o resultado final em termos da média de número de crianças nascidas de coortes em mulheres suecas não foi afectado. A informação combinada de diferentes estatísticas de fecundidade, indicam mesmo uma estabilidade relativa de longa data da fecundidade sueca, com períodos curtos de flutuação que ocorrem tanto nas imediações dos seus próprios níveis de longo prazo de fecundidade de coortes, como nas imediações de uma média recente de um período de fecundidade Nórdica. Quando se comparam medidas de fecundidade de coortes nos países Nórdicos, a Suécia surge, por sua vez, como sendo o país com um nível final mais estável em número de filhos (Figura 4). Um aspecto interessante das tendências mais recentes em fecundidade de coortes nos países Nórdicos é que parecem indicar níveis crescentes de gestações completadas em vez da viragem descendente que a maioria dos prognosticadores previram.

## Comportamento na procriação no contexto sueco

Tanto a relativamente alta fecundidade da Suécia como as suas flutuações recentes necessitam ser vistas à luz da implantação específica do estado de bem estar social sueco. A sua orientação geral está direccionada no sentido da compatibilidade das actividades da família e da participação de homens e mulheres na sua força de trabalho, sendo tal existência evidente não apenas na relativamente alta fecundidade, mas também na forte ligação ao mercado de trabalho de mulheres e homens suecos. A conciliação da família e vida laboral das mulheres é facilitada por (i) sistemas de cobrança individual de impostos e segurança social igualmente numa base individual, o que torna menos atractivo para

os casais darem seguimento à segregação dos sexos a nível do trabalho e de cuidados, (ii) um sistema de férias parentais baseado numa reposição do rendimento, que proporciona incentivos às mulheres para se estabelecerem no mercado de trabalho mesmo antes de considerarem dar à luz, e (iii) cuidados infantis subsidiados, que lhes permitem regressar ao trabalho após um período de licença parental. Uma forte política com enfoque na igualdade dos sexos pretende não só elevar a posição das mulheres no mercado de trabalho, mas também encorajar os homens a ser mais activos nas tarefas relacionadas com a criação dos filhos dentro do círculo familiar.

A Figura 5 fornece alguma evidência dos efeitos da igualdade implantados pela política sueca, conforme se vê reflectido na dinâmica da procriação quando as mulheres suecas ultrapassaram os 30 anos, com diferentes níveis de educação. A figura mostra que o número médio de filhos que nascem quando as mulheres têm 30 anos é muito mais baixo para aquelas que possuem educação pós secundária do que entre as que possuem um nível educacional inferior. Isto não é nenhuma surpresa, pois as que possuem educação superior tiveram menos tempo para se estabelecerem no mercado de trabalho e provavelmente darão início às suas procriações mais tarde do que as mulheres que possuem apenas educação a nível primário ou secundário. O que é mais interessante é que as que possuem educação superior conseguem recuperar a sua fecundidade em idades mais tardias de forma que as diferenças educacionais em situações finais sem filhos (Andersson et al. 2009) e de fecundidade (Figure 5) desaparecem quando as mulheres atingem o final do seu ciclo de fertilidade.

De uma forma geral, é difícil determinar exactamente quanto, verdadeiramente, as políticas familiares afectam, num país, o comportamento da reprodução. Numa pesquisa empírica, tais políticas seriam tratadas como um factor nível-macro, e é, frequentemente, impossível isolar o efeito de um tal factor sobre o comportamento a nível individual da possibilidade de impacte competitivo de outros factores nível-macro. Comparações cuidadas, através do país, de padrões relacionados com os sexos na actividade do mercado de trabalho e da dinâmica familiar no âmbito dos diferentes regimes de bem estar social (Esping-Andersen 1990) na Europa, proporcionam, no entanto, apoio ao papel de factores políticos e institucionais na explicação do comportamento relativamente à procriação (para exemplos empíricos, ver as contribuições em Andersson e Neyer 2004 e Frejka et al. 2008). Encontramos apoio adicional para a importância desses factores através de exames em profundidade dos padrões sobre procriação para diferentes grupos de mulheres na Suécia. Andersson (2000) e Hoem (2000) demonstram, por exemplo, que as mulheres bem estabelecidas no mercado de trabalho e com um nível decente de rendimentos, têm uma propensão muito mais elevada de se tornarem mães do que mulheres sem filhos com um vínculo mais fraco ao mercado de trabalho. Este padrão sublinha que a paternidade e a actividade no mercado de trabalho, não é, de forma alguma, considerado pelas mulheres suecas como actividades concorrentes. É possível que o padrão seja reforçado pela concepção do sistema sueco de licença parental, com o seu carácter diferente de reposição de rendimentos, ou seja, um subsídio de férias que representa 80% do próprio rendimento da pessoa antes do nascimento. É possível que este sistema conduza a níveis de fecundidade mais elevados, na medida em que aumenta a compatibilidade entre ter filhos e estar empregado. Na Suécia, um nível decente de rendimento para uma mulher é, actualmente, visto como um pré-requisito para a sua procriação

e, certamente, não como um impedimento. Evidentemente, este sistema é igualmente sensível às tendências económicas; Andersson (2000) e Hoem (2000) demonstraram que as variações no ciclo dos negócios alimentaram os movimentos “montanha russa” da fecundidade sueca. Particularmente a viragem económica negativa na Suécia no início dos anos 90 despoletou o subsequente declínio de fecundidade durante essa década. Presentemente, ainda está para ser visto qual o impacto que a mais recente volatilidade na Europa poderá vir a ter nas tendências de fecundidade na região Nórdica – e igualmente noutros locais da Europa (para um debate geral, ver Sobotka et al. 2011 and Kreyenfeld et al. 2012). De forma clara, em 2011, a fecundidade total registou um decréscimo em todos os quatro grandes países Nórdicos (Figura 1).

Os estudos sobre os padrões de procriação efectuados pela ligação existente do mercado de trabalho de pais suecos por Andersson, Duvander, e Hank (2005) e Andersson e Scott (2007) revelam ainda que os impactos dos rendimentos das mulheres e dos homens no comportamento de um casal durante a gravidez acabam por ser bastante idênticos. Isto sugere que existe pelo menos um certo grau de igualdade dos sexos na forma como os casais suecos encaram a construção da sua família.

A importância dos factores institucionais na formação do comportamento relativamente à procriação é ainda sublinhado por um estudo detalhado da dinâmica da procriação na Suécia em mulheres nascidas no estrangeiro. No caso de serem os factores culturais a ser mais importantes na formação do comportamento na procriação, então esperar-se-iam dinâmicas muito diferentes por parte das mulheres e dos homens originários de um leque variadíssimos de países de origem. É, porém, o oposto que permanece. Os suecos – e as mulheres nascidas no estrangeiro – mostram uma similitude notável tanto na forma como respondem aos efeitos de períodos recentes de fecundidade na Suécia (Andersson 2004c), e como a ligação ao seu mercado de trabalho interaje com o seu comportamento relativo à procriação (Andersson e Scott 2005, 2007). Assumimos isto como sendo indicações muito claras de que os factores institucionais parecem ser muito mais decisivos do que os culturais na formação da dinâmica da procriação.

## Consequências das políticas familiares: factos ou artefactos?

Quando se estuda o possível impacto das políticas familiares nos nascimentos, toma-se, preferencialmente, em consideração o pacote completo de políticas com relação ao seu contexto particular. Uma política específica não pode ser vista isoladamente, e o seu efeito noutro contexto pode vir a ser completamente diferente daquilo para o que foi inicialmente introduzida (Neyer e Andersson 2008). Contudo, vale a pena examinar até que ponto as políticas específicas podem ser verdadeiramente mostradas na forma como afectam o comportamento individual na procriação num dado contexto. Isto pode ser conseguido se uma política for retratada de tal forma que exista alguma variação entre indivíduos quanto à forma como realmente é implementada (Neyer and Andersson 2008). Assim sendo, estudei como os diferentes aspectos das férias parentais suecas e sistemas de cuidados infantis têm estado relacionados com a dinâmica da procriação entre os suecos.

Na Suécia, os sistemas de licença parental e cuidados na infância são, certamente, elementos chave da sua política familiar. O sistema de licença parental proporciona ligeiramente mais do que um ano de licença do trabalho paga após o nascimento de uma criança, a qual pode ser partilhada entre os pais e utilizada de forma muito flexível. O subsídio pago durante a licença baseia-se nos ganhos do trabalho obtidos antes do nascimento da criança do mesmo modo que a reposição do rendimento é proporcionado a pessoas que se encontrem de baixa por doença ou desempregados. O rendimento é reposto em 80% dos ganhos até um teto anual superior a 30.000 Euros (considerados como ganhos antes de impostos, mas após contribuições para a segurança social). Além disso, o plano proporciona uma oportunidade generosa de ficar em casa para cuidar dos filhos doentes depois da licença parental ter terminado.

O sistema de licença parental na Suécia foi estabelecido nos anos 70 e prorrogado nos anos 80, tendo os outros países Nórdicos seguido a mesma evolução da Suécia, embora a um ritmo mais lento. Uma componente específica do actual sistema sueco, o chamado “prémio de velocidade” (“speed premium”), foi igualmente introduzido nos anos 80 e contribuiu para o aumento da fecundidade durante essa década. A partir de 1986 (1980), os regulamentos estipulam que a reposição do rendimento do intervalo de um nascimento anterior pode ser igualmente solicitado para um irmão mais novo caso a próxima criança nasça dentro dos próximos 30 (24) meses. Em algumas circunstâncias, isto cria incentivos para os pais terem os seus filhos com intervalos de nascimento mais curtos. Para ver demonstrações dos impactos com a introdução do “prémio de velocidade” (“speed premium”) no comportamento da procriação, consultar Hoem (1990, 1993b); Andersson (1999); e Andersson, Hoem, e Duvander (2006); particularmente, uma comparação através do país, dos efeitos no tempo na procriação por mães na Suécia, Dinamarca e Noruega, até à altura que vai desde o seu nascimento anterior (Andersson 2002, 2004b), oferece o caso raro em que um efeito causal nítido (cf Ní Bhrolcháin e Dyson 2007) pode ser demonstrado pela intervenção de uma política na dinâmica de procriação num país desenvolvido.

Muito do actual debate sobre o sistema de licença parental na Suécia incide sobre a taxa relativamente baixa da licença utilizada pelos pais (homens) (Haas e Hwang 1999; Sundström e Duvander 2002; Bygren e Duvander 2006; Duvander e Johansson 2012).

Os pais suecos (homens), com efeito, tiram mais de 20 por cento da licença parental total, a qual é consideravelmente superior à de qualquer outro país com excepção da Islândia (consultar Gíslason 2007), mas as autoridades suecas ainda consideram que o progresso é lento, no sentido de um maior aumento da participação dos pais no plano da licença paternal, como sendo um obstáculo à igualdade dos sexos. É igualmente comum esperar que o aumento do envolvimento do pai na criação dos filhos esteja relacionado com uma maior fecundidade. Estudos realizados por Duvander e Andersson (2006) e Duvander et al. (2010) sugerem que existe, na verdade, uma relação positiva, mas não directa, entre o assumir da licença parental e a propensão dos casais Escandinavos para terem um outro filho.

Na Suécia, os cuidados de dia para as crianças é considerado como uma componente essencial da generalidade do sistema de bem estar social e a sua orientação no sentido de um modelo de ganha-pão dual, igualdade dos sexos, e a promoção das mesmas oportunidades para as crianças de todos os

estratos sociais (Bergqvist and Nyberg 2002). A prestação de cuidados infantis públicos melhoraram substancialmente durante os anos 70 até aos anos 90, quando a expansão desses serviços se tornou num objectivo político geralmente aceite. Actualmente, praticamente todas as crianças na Suécia têm acesso a cuidados infantis de alta qualidade. Um estudo de Andersson, Duvander, and Hank (2004) examina se a variação local nas características dos cuidados infantis poderá estar relacionada com a dinâmica da fertilidade dos pais em diferentes municipalidades suecas. Não encontram indicações dessa natureza e interpretam a ausência de efeitos como um reflexo da generalidade do nível muito adequado de cuidados infantis na Suécia. Chegam à conclusão que “apesar de alguma variação regional na quantidade, qualidade, e preço dos cuidados diários, a cobertura total com as oportunidades dos cuidados infantis de alta qualidade disponíveis, encontra-se, aparentemente, num nível suficientemente elevado para permitir que os pais tomem as suas decisões de fecundidade de uma forma relativamente independente das características específicas da sua área local”. No que respeita a uma pesquisa relacionada com este assunto na Noruega, encontram-se, de facto, efeitos favoráveis na disponibilidade dos cuidados infantis na fecundidade, consultar Rindfuss et al. (2007, 2010).

## **Políticas da família e fecundidade: Uma avaliação de diferentes opções de política**

Nesta recapitulação, demonstrei como os padrões de procriação na Suécia estão relacionados com a implantação do bem estar social do estado sueco. As políticas que têm por objectivo fortalecer a ligação das mulheres ao mercado de trabalho e a promoção da igualdade dos sexos faz com que se torne mais fácil para as mulheres combinar o trabalho com a vida familiar. Com este cenário, a fecundidade tem-se mantido relativamente elevada.

As políticas que se têm mostrado mais importantes na criação deste cenário são a combinação específica de impostos individuais, um plano de férias parentais baseado na reposição do rendimento, e um sistema de cuidados diários, a tempo integral, de elevada qualidade. Em conjunto, dão apoio à existência do actual modelo de ganha-pão dual na Suécia. Não prestei atenção ao plano existente para subsídios à criança, uma vez que os níveis desses subsídios não se desviam grandemente dos que existem noutros países da Europa. Embora ajudem a aliviar alguns dos custos directos de ter filhos, o assunto é susceptível de debate quanto à possibilidade de promover a procriação. Duvido que seja possível pagar simplesmente às pessoas para que tenham filhos, proporcionando vários subsídios ou deduções em impostos. O que é importante no nosso caso é que os subsídios para os filhos não dependam de nada, de forma que o plano do subsídio não entre em conflito com outros objectivos da política. No contexto sueco, a procriação é essencialmente suportada por uma estrutura que permite às mulheres e homens continuarem com os objectivos da sua vida individual, tanto em termos de vida familiar como profissional. Em termos económicos, as famílias suecas baseiam o seu bem estar nos seus próprios ganhos e não nos subsídios.

Um aspecto importante das políticas suecas é que se encontram orientadas para os indivíduos e não para as famílias como tal. Não têm qualquer intenção de apoiar certos formatos de famílias, tais como o

casamento, em detrimento de outros. Uma análise rudimentar de taxas de nascimento e vários outros indicadores incipientes da dinâmica da família nos países Europeus sugerem que isto possa ser uma estratégia criteriosa se alguém estiver interessado numa fecundidade mais elevada. Existe um padrão muito evidente de países com comportamento familiar tradicional mais rigoroso, tal como uma elevada propensão para o casamento, baixas taxas de divórcio, e baixos níveis de nascimentos fora do casamento, com as mais baixas taxas de fecundidade, enquanto os países com uma maior diversidade nas suas dinâmicas familiares possuem uma fecundidade mais elevada (Billari e Kohler 2004). Evidentemente, num contexto que limita a procriação a um conjunto restrito de formatos familiares conservadores, haverá sempre uma fracção da população que tenta evitar ser apanhada por uma tal situação de vida. Um enfoque persistente na igualdade dos sexos, tanto na vida pública como na vida privada (MacDonald 2000a, 2000b), parece proporcionar uma estratégia melhor para os criadores de política através da criação de um ambiente em que a procriação não seja vista pelas mulheres como um passo no sentido de uma redução da sua liberdade pessoal.

Uma sugestão final baseada no nosso estudo consiste em que os níveis de fecundidade dos países Nórdicos no início do século vinte e um podem ser de utilidade como uma aferição quando se fazem previsões sobre a fecundidade que poderá surgir quando uma sociedade se orienta no sentido da reconciliação da participação activa da força laboral de homens e mulheres nas actividades e responsabilidades da procriação.

## Referências

Andersson, G. 1999. Childbearing Trends in Sweden 1961-1997. *European Journal of Population* 15: 1-24.

Andersson, G. 2000. The Impact of Labor-force Participation on Childbearing Behavior: Pro-cyclical Fertility in Sweden during the 1980s and the 1990s. *European Journal of Population* 16: 293-333.

Andersson, G. 2002. Fertility Developments in Norway and Sweden since the Early 1960s. *Demographic Research* 6(4): 67-86. Available <http://www.demographic-research.org/Volumes/Vol6/4>.

Andersson, G. 2004a. Demographic Trends in Sweden: An Update of Childbearing and Nuptiality up to 2002. *Demographic Research* 11(4): 95-110. Available <http://www.demographic-research.org/Volumes/Vol11/4>.

Andersson, G. 2004b. Childbearing Developments in Denmark, Norway, and Sweden from the 1970s to the 1990s: A Comparison. *Demographic Research Special Collection* 3(7): 155-176. Available <http://www.demographic-research.org>.

Andersson, G. 2004c. Childbearing after Migration: Fertility Patterns of Foreign-born Women in Sweden. *International Migration Review* 38(2): 747-775.

Andersson, G., A.-Z. Duvander, and K. Hank. 2004. Do Child-care Characteristics Influence Continued Child Bearing in Sweden? An Investigation of the Quantity, Quality, and Price Dimension. *Journal of European Social Policy* 14(4): 407-418.

Andersson, G., A.-Z. Duvander, and K. Hank. 2005. Erwerbsstatus und Familienentwicklung in Schweden aus paarbezogener Perspektive. In A. Tölke and K. Hank, eds., *Männer – Das ‚vernachlässigte‘ Geschlecht in der Familienforschung* [Sonderheft 4 der Zeitschrift für Familienforschung]. Wiesbaden: VS Verlag für Sozialwissenschaften, pp. 220-234.

Andersson, G., J. Hoem, and A.-Z. Duvander. 2006. Social Differentials in Speed-premium Effects in Childbearing in Sweden. *Demographic Research* 14(4): 51-70. Available <http://www.demographic-research.org/Volumes/Vol14/4>.

Andersson, G., and M. Kolk. 2011. Trends in Childbearing and Nuptiality in Sweden: An Update with Data up to 2007. *Finnish Yearbook of Population Research* 2011: 21-29.

Andersson, G., and G. Neyer, eds. 2004. Contemporary Research on European Fertility: Perspectives and Developments. Edited Special Collection 3 of *Demographic Research*. Available <http://www.demographic-research.org>.

Andersson, G., M. Rønsen, L. Knudsen, T. Lappegård, G. Neyer, K. Skrede, K. Teschner, and A. Vikat. 2009. Cohort Fertility Patterns in the Nordic Countries. *Demographic Research* 20(14): 313-352. Available <http://www.demographic-research.org/Volumes/Vol20/14>.

Andersson, G., and K. Scott. 2005. Labour-market Status and First-time Parenthood: The Experience of Immigrant Women in Sweden, 1981-96. *Population Studies* 59(1): 21-38

Andersson, G., and K. Scott. 2007. Childbearing Dynamics of Couples in a Universalistic Welfare State: The Role of Labor-market Status, Country of Origin, and Gender. *Demographic Research* 17(30): 897-938. Available <http://www.demographic-research.org/Volumes/Vol17/30>.

Bergqvist, C., and A. Nyberg. 2002. Welfare State Restructuring and Child Care in Sweden. In S. Michel and R. Mahon, eds., *Child Care Policy at the Crossroads: Gender and Welfare State Restructuring*. New York: Routledge, pp. 287-307.

Bernhardt, E. 1991. Working Parents in Sweden: An Example for Europe? *In Human Resources in Europe at the Dawn of the 21st Century*. Luxembourg: Eurostat Conference, November 27-29, 1991, pp. 231-254.

Bernhardt, E. 1993. Fertility and Employment. *European Sociological Review* 9: 25-42.

Billari, F., and H.-P. Kohler. 2004. Patterns of Low and Lowest-low Fertility in Europe. *Population Studies* 58: 161-176.

Billari, F., H.-P. Kohler, G. Andersson, and H. Lundström. 2007. Approaching the Limit: Long-term Trends in Late and Very Late Fertility. *Population and Development Review* 33(1): 149-170.

Björklund, A. 2006. Does Family Policy Affect Fertility? Lessons from Sweden. *Journal of Population Economics*: 19: 3-24.

Brewster, K., and R. Rindfuss. 2000. Fertility and Women's Employment in Industrialized Countries. *Annual Review of Sociology* 26: 271-296.

Bygren, M., and A.-Z. Duvander. 2006. Parents' Workplace Situation and Fathers' Parental Leave Use. *Journal of Marriage and Family* 68: 363-372.

Duvander, A.-Z., and G. Andersson. 2006. Gender Equality and Fertility in Sweden: A Study on the Impact of the Father's Uptake of Parental Leave on Continued Childbearing. *Marriage and Family Review* 39: 121-142.

Duvander, A.-Z., and M. Johansson. 2012. What are the Effects of Reforms Promoting Fathers' Parental Leave Use? *Journal of European Social Policy* 22(3): 319-330.

Duvander, A.-Z., T. Lappegård, and G. Andersson. 2010. Family Policy and Fertility: Fathers' and Mothers' Use of Parental Leave and Continued Childbearing in Norway and Sweden. *Journal of European Social Policy* 20(1): 45-57.

Ellingsæter, A.L., and M. Rønsen. 1996. The Dual Strategy: Motherhood and the Work Contract in Scandinavia. *European Journal of Population* 12: 239-260.

Esping-Andersen, G. 1990. *The Three Worlds of Welfare Capitalism*. Oxford: Polity Press.

Frejka, T., and G. Calot. 2001. Cohort Reproductive Patterns in the Nordic countries. *Demographic Research* 5(5): 125-186. Available <http://www.demographic-research.org/Volumes/Vol5/5>.

Frejka, T., T. Sobotka, J.M. Hoem, and L. Toulemon. 2008. Childbearing Trends and Policies in Europe. Special Collection 7 of *Demographic Research*, Volume 19: Articles 1-29. Available <http://www.demographic-research.org/Volumes/Vol19/>.

Gíslason, I. 2007. *Parental Leave in Iceland: Bringing the Fathers in*. Report. Reykjavik: Ministry of Social Affairs and Jafnréttisstofa.

Haas, L. 1992. *Equal Parenthood and Social Policy: A Study of Parental Leave in Sweden*. Albany: State University of New York Press.

Haas, L., and P. Hwang. 1999. Parental Leave in Sweden. In P. Moss and F. Deven, eds., *Parental Leave: Progress or Pitfall? The Hague/Brussels: NIDI/CBGS Publications*, Vol. 35, pp. 45-68.

Hoem, B. 1993. The Compatibility of Employment and Childbearing in Contemporary Sweden. *Acta Sociologica* 36: 101-120.

Hoem, B. 2000. Entry into Motherhood in Sweden: The Influence of Economic Factors on the Rise and Fall in Fertility, 1986-1997. *Demographic Research* 2(4). Available <http://www.demographic-research.org/Volumes/Vol2/4>.

Hoem, B., and J.M. Hoem. 1996. Sweden's Family Policies and Roller-coaster Fertility. *Jinko Mondai Kenkyu (Journal of Population Problems)* 52: 1-22.

Hoem, B., and J.M. Hoem. 1999. Fertility Trends in Sweden up to 1996. *Population Bulletin (United Nations)* 40/41: 318-333.

Hoem, J.M. 1990. Social Policy and Recent Fertility Change in Sweden. *Population and Development Review* 16: 735-748.

Hoem, J.M. 1991. La standardisation indirecte améliorée et son application à la divortialité en Suède (1971-1989). *Population* 46: 1551-1568.

Hoem, J.M. 1993a. Classical Demographic Methods of Analysis and Modern Event-history Techniques. *IUSSP: 22nd International Population Conference, Montreal, Canada, Volume 3*: 281-291.

Hoem, J.M. 1993b. Public Policy as the Fuel of Fertility: Effects of a Policy Reform on the Pace of Childbearing in Sweden in the 1980s. *Acta Sociologica* 36: 19-31.

Hoem, J.M. 2005. Why Does Sweden Have Such High Fertility? *Demographic Research* 13(22): 559-572. Available <http://www.demographic-research.org/Volumes/Vol13/22>.

Joshi, H. 1996. Projections of European Population Decline: Serious Demography or False Alarm? In D. Coleman, ed., *Europe's Population in the 1990s*. Oxford: Oxford University Press, pp. 222-266.

Kreyenfeld, M., G. Andersson, and A. Pailhé. 2012. Economic Uncertainty and Family Dynamics in Europe. *Stockholm Research Reports in Demography* 2012:1.

McDonald, P. 2000a. Gender Equity, Social Institutions and the Future of Fertility. *Journal of Population Research* 17: 1-16.

McDonald, P. 2000b. Gender Equity in Theories of Fertility Transition. *Population and Development Review* 26: 427-439.

Moen, P. 1989. *Working Parents: Transformations in Gender Roles and Public Policies in Sweden*. Wisconsin: The University of Wisconsin Press.

Neyer, G., and G. Andersson. 2008. Consequences of Family Policies on Childbearing Behavior: Effects or Artifacts? *Population and Development Review* 34(4): 699-724.

Neyer, G., G. Andersson, J.M. Hoem, M. Rønsen, and A. Vikat. 2006. Fertilität, Familiengründung und Familienerweiterung in den nordischen Ländern. In H. Bertram, H. Krüger, and K. Spiess, eds., *Wem gehört die Familie der Zukunft? Expertisen zum 7. Familienbericht der Bundesregierung*. Opladen: Verlag Barbara Budrich, pp. 207-233.

Ní Bhrolcháin, M., and T. Dyson. 2007. On Causation in Demography: Issues and Illustrations. *Population and Development Review* 33(1): 1-36.

Oláh, L.S. 2003. Gendering Fertility: Second Births in Sweden and Hungary. *Population Research and Policy Review* 22: 171-200.

Oláh, L.S., and E. Bernhardt. 2008. Sweden: Combining Childbearing and Gender Equality. In T. Frejka, T. Sobotka, J.M. Hoem, and L. Toulemon, eds., *Childbearing Trends and Policies in Europe; Demographic Research* 19(28): 1105-1143. Special Collection 7 of *Demographic Research*. Available <http://www.demographic-research.org/Volumes/Vol19/28>.

Pauti, A. 1992. La politique familiale en Suède. *Population* 47: 961-985.

Pinnelli, A. 1995. Women's Condition, Low Fertility, and Emerging Union Patterns in Europe. In K.O. Mason, and A.-M. Jensen, eds., *Gender and Family Change in Industrialized Countries*. Oxford: Clarendon Press, pp. 82-101.

Rindfuss, R., and K. Brewster. 1996. Childrearing and Fertility. *Population and Development Review, A Supplement to Vol. 22*: 258-289.

Rindfuss, R., D. Guilkey, S.P. Morgan, Ø. Kravdal, and K.B. Guzzo. 2007. Child Care Availability and First Birth Timing in Norway. *Demography* 44(2): 345-372.

Rindfuss R., D. Guilkey, S.P. Morgan, and Ø. Kravdal. 2010. Child Care Availability and Fertility in Norway. *Population and Development Review* 36(4): 725-748.

Rønsen, M. 2004. Fertility and Family Policy in Norway – A Reflection on Trends and Possible Connections. *Demographic Research* 10(10): 265-286. Available <http://www.demographic-research.org/Volumes/Vol10/10>.

Sobotka, T., V. Skirbekk and D. Philipov. 2011. Economic Recession and Fertility in the Developed World. *Population and Development Review* 37(2): 267-306.

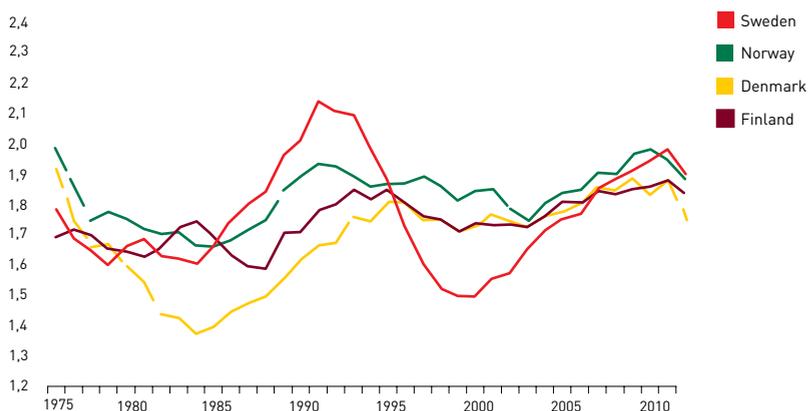
Sundström, M. 1991. Sweden: Supporting Work, Family, and Gender Equality. In S. Kamerman and A. Kahn, eds., *Child Care, Parental Leave, and the Under 3s: Policy Innovation in Europe*. Westport, Connecticut: Auburn House, pp. 171-200.

Sundström, M., and A.-Z. Duvander. 2002. Gender Division of Childcare and the Sharing of Parental Leave among New Parents in Sweden. *European Sociological Review* 18: 433-447.

Sundström, M., and F. Stafford. 1992. Female Labour Force Participation, Fertility and Public Policy in Sweden. *European Journal of Population* 8: 199-215.

Swedish Ministry of Health and Social Affairs. 2001. *Barnafödandet i fokus: Från befolkningspolitik till ett barnvänligt samhälle*, DS 2001:57. Stockholm: Fritzes.

Figura 1 – Período da taxa de fecundidade total da Dinamarca, Finlândia, Noruega e Suécia, 1975-2011



Fonte: Nordic Statistical Central Bureaus

Figura 2 – Risco relativo do primeiro nascimento, por ano de calendário. Mulheres Suecas sem filhos, 1961-2007, padronizados por idade em ano singulares. Taxas relacionadas com taxas de mulheres mais jovens em 1977

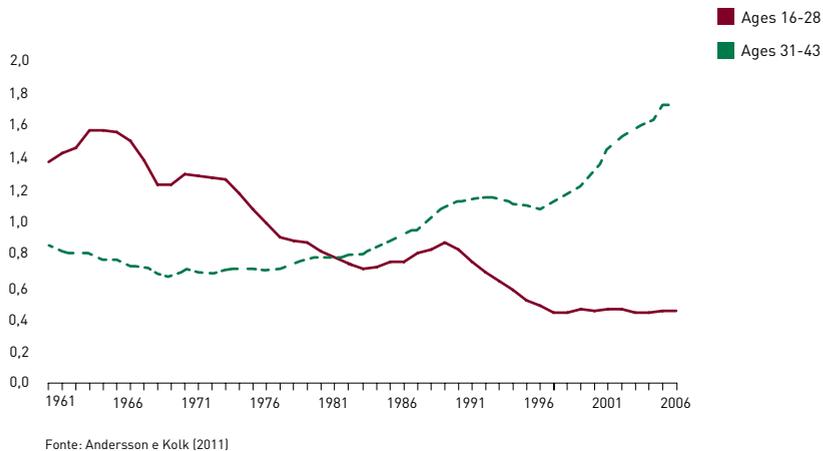


Figura 3 – Risco relativo do segundo, terceiro e quarto nascimentos, por ano de calendário. Mães suecas, 1961-2007, padronizado por idades da mãe e duração desde o nascimento anterior. Taxas relacionadas com as taxas do segundo nascimento em 1977

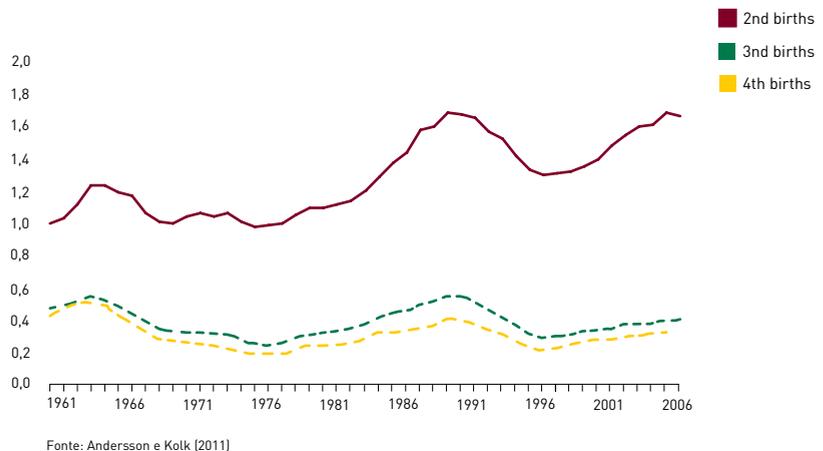
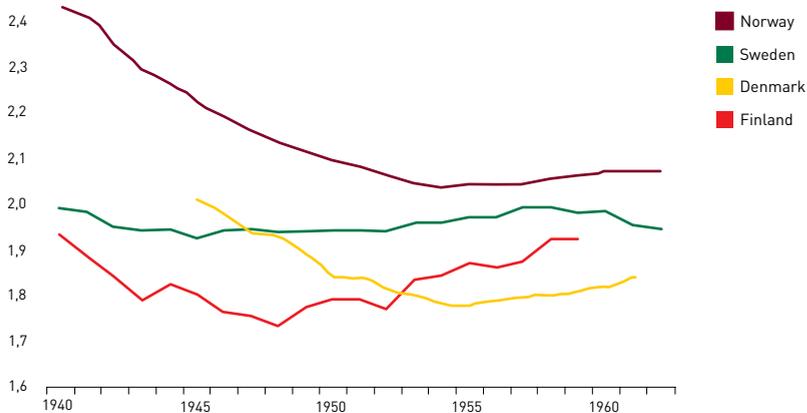
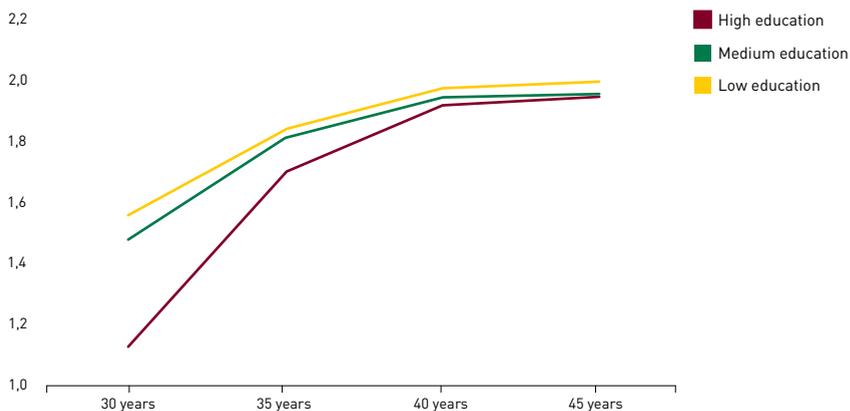


Figura 4 – *Coorte de fecundidade Total de coortes aos 40 anos, coortes de nascimentos femininos num único ano nascidos na Dinamarca, Finlândia, Noruega e Suécia, 1940-1962*



Fonte: Andersson et al. 2009

Figura 5 – *Coorte de fecundidade total aos 30 anos e acima, por nível educacional aos 30 anos, mulheres nascidas na suécia em 1950-54*



Fonte: Andersson et al. 2009





---

# COMENTÁRIO

## FECUNDIDADE E CONTEXTOS SOCIAIS: O CASO DOS PAÍSES NÓRDICOS

---

**ANA NUNES DE ALMEIDA**  
(ICS)

No meu papel de comentadora, necessariamente discreto e cirúrgico, gostaria de reter e sintetizar muito brevemente as ideias que me parecem mais interessantes na apresentação do nosso colega Gunnar Andersson. O objectivo é lançar a discussão entre os presentes.

Em primeiro lugar, sublinho as virtualidades de uma perspectiva comparativa de base científica. Isto é, a importância de abrir horizontes, de pensarmos o que se passa “cá dentro” a partir de informação credível, criteriosa e consistente sobre o que se passa “lá fora” - por exemplo relativamente aos vizinhos europeus mais próximos ou mais distantes. A investigação científica faz-se hoje num cenário internacional e a contextualização da situação portuguesa a partir de referentes externos é um desafio enriquecedor permanente.

Depois, sublinho o carácter típico do processo sueco, considerado sem dúvida um “caso de referência” para quem estuda a demografia e as políticas familiares europeias na segunda metade do século XX. Estamos perante um caso pioneiro, em matéria de transição e dinâmica demográficas, aliás quase oposto à evolução portuguesa: os suecos surgem como uns “forerunners” no domínio da modernidade demográfica, e em particular no que se refere aos comportamentos de fecundidade; pelo contrário, Portugal é nesta matéria um “latecomer” que entra bem mais tarde em ritmo de mudança. A curva da fecundidade tem uma evolução sinuosa na Suécia, com um pico máximo em 1990, e dois picos altistas nos anos de 1975 e 2005 – porém abaixo do necessário para substituir gerações, mas ainda assim bem acima da média europeia (para não falar da média portuguesa!). O que caracteriza

a Suécia no mapa europeu é realmente esta “highest low fertility”. Comparativamente, em Portugal a fecundidade entra em queda acelerada e vertiginosa a partir da década de 70, situando-se hoje em níveis baixíssimos no contexto da União Europeia. Não houve nas últimas décadas e até ao presente verdadeiras dinâmicas de “retoma” ou de “recuperação”, mas antes agravamento contínuo do declínio. Estamos perante um caso pioneiro, também, em matéria de políticas de igualdade de género. De duplo sentido ou alcance: políticas que encorajaram a participação das mulheres-mãe no mercado de trabalho, e a participação dos pais na vida familiar. Contudo, e tal como em Portugal, parece ser mais fácil favorecer o trabalho das mulheres fora de casa do que trazer os homens para a esfera doméstica, para o desempenho das tarefas parentais. O gráfico que Gunnar Andersson aqui mostrou sobre o “fathers’ uptake of parental leave” mostra bem como essa situação está a progredir mas ainda está longe de ser universal.

A Suécia conseguiu efectivamente construir um modelo sustentável que combina altas taxas de participação das mulheres na força de trabalho com altas taxas de fecundidade. Há porém um dado que gostava de ver esclarecido, pois isso permitiria um enquadramento mais rigoroso da questão: qual a natureza desse trabalho feminino? Percebemos que ele sobe de 1960 para 2000, vindo a registar-se uma taxa de actividade da ordem dos 75%. Mas constitui um trabalho a tempo integral? A tempo parcial? E, se é parcial, é-o em que medida? Por outro lado, e segunda questão: estamos a falar de que níveis de remuneração, comparativamente aos homens?.

Em terceiro lugar, é muito interessante realçar-se uma constatação: apesar de toda a prudência a colocar numa afirmação deste tipo, comprova-se o impacto específico das políticas públicas no comportamento de fecundidade, nomeadamente na sua recuperação. Como se chegou lá? Pelo caminho menos óbvio, aparentemente o menos directo. Ou seja, e ao contrário de opções de outros países, as políticas familiares suecas nunca tiveram como desígnio explícito encorajar o aumento dos nascimentos, nunca beneficiaram certos tipos da família (as de descendências numerosas, por exemplo) em detrimento de outras (famílias sem filhos, de filho único). Curiosamente, o caminho político foi construído assumindo a importância do processo de individualização nas sociedades contemporâneas (um tema muito caro aos sociólogos!), e fazendo portanto da igualdade de género (o projecto de garantir que homem ou mulher prossigam as suas trajectórias familiares e profissionais como indivíduos autónomos), o motor da mudança e da igualdade social. É através de políticas “individualistas” e não “familialistas” (estou obviamente a simplificar os termos) que na Suécia se encorajou a retoma da fecundidade, e se conseguiu obter a sua estabilização em níveis relativamente altos. Lembro alguns exemplos de medidas referidas na intervenção de Gunnar Andersson: sistemas fiscais baseados numa “individual taxation”, sistemas de segurança social baseados no indivíduo, sistemas de guarda das crianças fortemente comparticipados pelo Estado.

Quarto e último ponto. A recuperação da fecundidade produz “igualdade social”, nas palavras do nosso orador. Talvez não concorde com o termo “igualdade social”, pois é mais rigoroso falar de homogeneização e aplanamento de comportamentos de fecundidade entre grupos sociais na sociedade sueca. No passado, mulheres de níveis de instrução e idades diferentes, a residir em grandes ou pequenos aglomerados, mulheres suecas ou mulheres imigrantes a residir na Suécia registavam

perfis de fecundidade distantes. Hoje, pelo contrário, tendem fortemente a aproximar-se. Como se as variáveis de caracterização clássicas de posição social e condição de vida deixassem de ter um impacto estruturador significativo na decisão de ter filhos. Eis um repto para que as abordagens façam igualmente uso de um olhar qualitativo que dê visibilidade à dimensão subjectiva dos comportamentos, às representações e valores de homens e mulheres perante a fecundidade.

NASCER  
PORTUO

REM  
GAL

NASCER  
EM PORTUGAL



---

# FECUNDIDADE E NATALIDADE, VALORES E TENDÊNCIAS

---

MARIA JOÃO VALENTE ROSA

(PORDATA,FFMS)

Senhor Presidente da República,  
Senhor Comissário das Conferências,  
Membros do painel «Nascer em Portugal»,  
Senhoras e Senhores convidados,

Começo por agradecer o convite para participar na importante iniciativa de reflexão «Nascer em Portugal», através da preparação, com o Professor David Justino, do documento de base e, agora, nesta conferência que reúne tantos colegas peritos, nacionais e internacionais, sobre o assunto.

Tornou-se vulgar a frase «vivemos em tempos de mudança». Um sinal disso tem, precisamente, que ver com as características e as condições de nascimento, as quais não deixam de reflectir outras tendências marcantes da sociedade portuguesa durante as últimas cinco décadas.

Nascer em Portugal hoje nada tem que ver com o que sucedeu no passado não muito longínquo. Irei concentrar esta apresentação sobre a fecundidade e natalidade em factos, utilizando como fonte os dados disponíveis na Pordata, projecto da Fundação Francisco Manuel dos Santos:

- hoje nasce-se quase de certeza em ambiente hospitalar: as percentagens são, desde o início da década de 1990, próximas de 100 %, enquanto no início dos anos 60 eram inferiores a 20 %;
- as mães são mais maduras do que no passado: a idade média das mulheres ao nascimento do 1.º filho é, em 2010, de 29 anos, mais 5 anos do que em meados dos anos 80;

- as crianças têm muito menos irmãos: o número médio de filhos por mulher, de 1,37 em 2010, situa-se muito abaixo do limiar que garante a substituição de gerações (para tal seria necessário um valor médio de 2,1 filhos), capacidade que Portugal perdeu em 1982. Embora a quebra dos níveis médios de fecundidade não seja exclusiva de Portugal, a evolução foi aqui particularmente intensa e rápida. Entre 1970 e a actualidade, Portugal, no contexto do anterior conjunto de países da UE15, deixou de ser um dos países com níveis de fecundidade mais elevados para passar a ser um dos países a revelar níveis mais baixos;
- é cada vez mais frequente os irmãos serem resultado de anteriores relações dos pais com outros parceiros. Em 2010, 15 % dos pais dos nascidos não tinham filhos anteriores comuns, mais do dobro da percentagem observada no início dos anos 90;
- é cada vez mais habitual os nascidos serem filhos de pais não casados e até que não coabitam. Em 2010, 41 % dos nascimentos aconteceram fora do casamento e quase um em cada 10 nascidos tinha pais que não coabitavam;
- quem nasce hoje em Portugal tem quase a garantia de sobreviver à nascença, de ultrapassar a terrível barreira do 1.º ano de vida. A taxa de mortalidade infantil (TMI), inferior a 3 ‰, está muito longe da TMI próxima dos 80 ‰ que se verificava no início da década de 60;
- por fim, a garantia de conhecerem em vida os netos ou os bisnetos é cada vez maior para os novos nascidos, com a esperança de vida à nascença e nas idades avançadas a aumentar a ritmos sem precedentes.

Todos estes dados ilustram bem como os contextos e os comportamentos mudaram e como os tempos passaram a ser bem diferentes. Um dos exemplos mais expressivos dessa diferença diz, assim, respeito à natalidade. Portugal tem mais cerca de 1,7 milhões de residentes do que no início dos anos 60; em contrapartida, nascem agora, por ano, menos de metade das crianças que nasciam nessa altura, resultado de uma fecundidade mais reduzida e mais tardia. A pergunta habitual é: perante esta situação, pode esperar-se, a médio prazo, o regresso a descendências numerosas como no passado? A nossa resposta, alicerçada em evidências, é: provavelmente não!

Em nenhum país da União Europeia a fecundidade regressou a níveis superiores a 2,1 filhos por mulher. A perda do valor económico da criança no quadro das sociedades desenvolvidas (já não se espera que sejam os filhos a garantir a sobrevivência na velhice, nem sequer constituem uma fonte de rendimento familiar), a qualificação das mulheres e a sua maior inserção no mercado de trabalho, a maior capacidade técnica de controlo dos nascimentos e a urbanização são, entre outros, aspectos a ter em consideração para se compreender os débeis níveis de fecundidade dos países desenvolvidos.

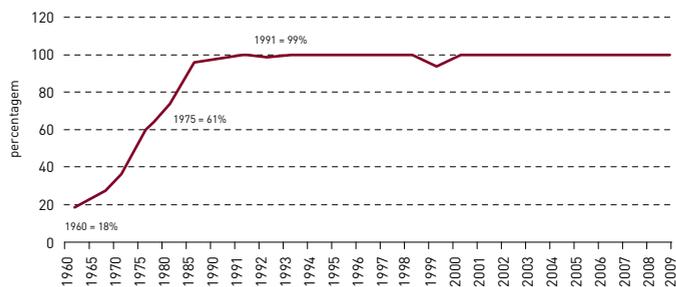
Contudo, tal não significa que os níveis de fecundidade em Portugal não possam aumentar um pouco, à semelhança do que aconteceu noutros países (como, por exemplo, Suécia e França). Por um lado, por as mulheres que adiaram o seu projecto de maternidade começarem a chegar à idade de ter os seus filhos (razão mais de tipo técnico). Por outro, pela imigração, caso estes fluxos se concentrem nas idades activas mais jovens, também elas mais férteis. Por fim, porque o número desejado de filhos é provavelmente superior ao número de filhos realizado. Com efeito, o último inquérito à fecundidade realizado em Portugal, em 1997, dava conta de que o número desejado de filhos era, em média,

de 1,97, ou seja, bem superior ao valor observado de 1,47 (no entanto, valor inferior aos 2,1 filhos necessários para a substituição de gerações).

Mas, mesmo que os níveis de fecundidade aumentem ligeiramente no futuro, importa sempre ter presente que a população de Portugal, embora de forma menos acentuada, não deixará de envelhecer do ponto de vista demográfico. E essa é a maior certeza sobre o futuro de Portugal nas próximas décadas.

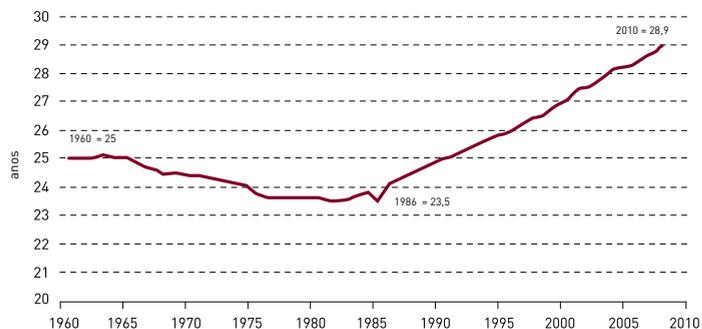
Muito obrigada pela vossa atenção!

Partos em estabelecimentos de saúde (%)



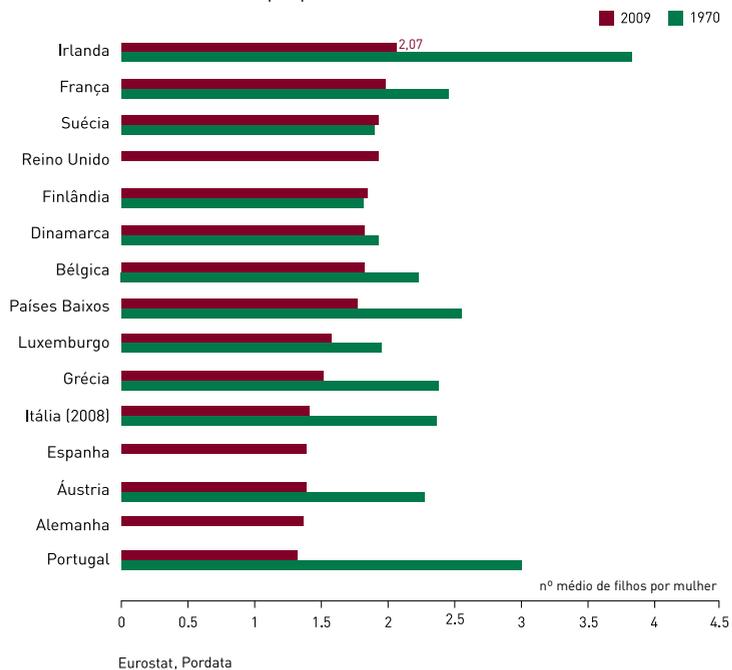
INE, Pordata

Idade média da mulher ao nascimento do primeiro filho

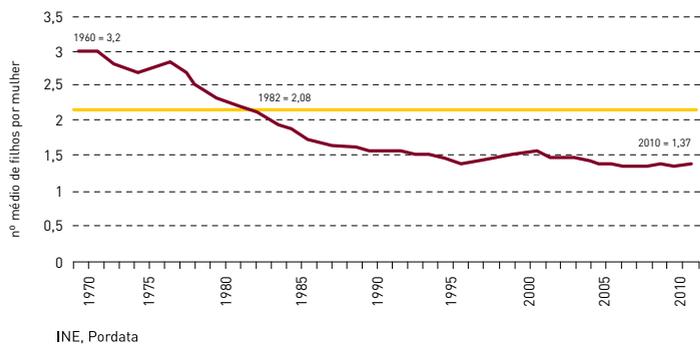


INE, Pordata

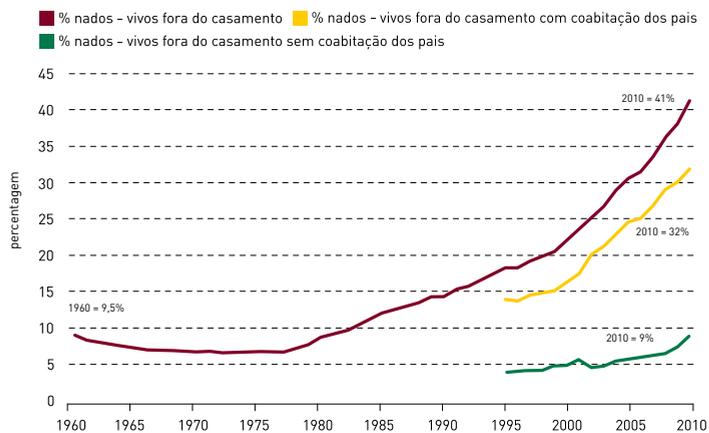
### Índice sintético de fecundidade por países da UE 15



### Número médio de filhos por mulher (ISF)

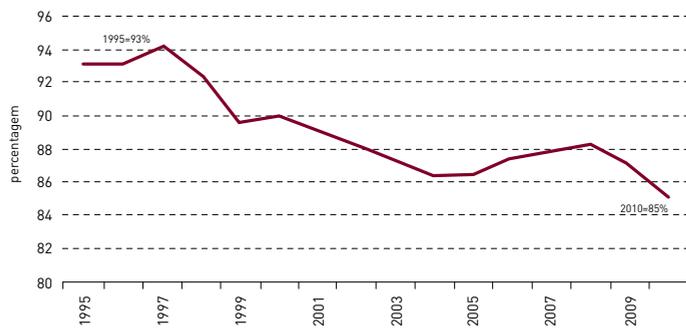


### Nados vivos fora do casamento em Portugal



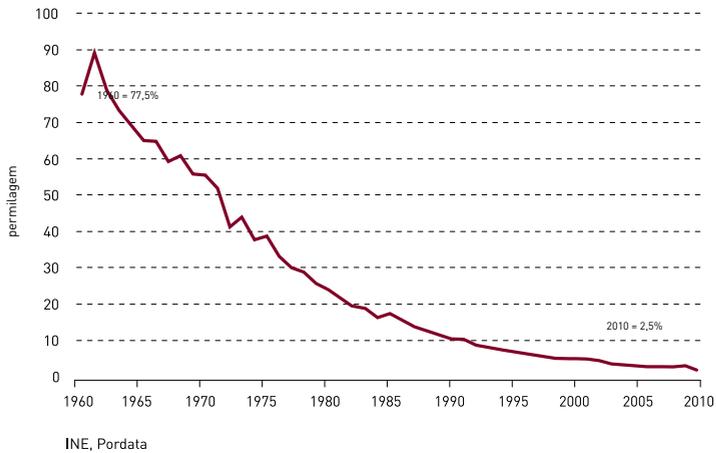
INE, Pordata

### Nascimento de pais com filhos anteriores comuns

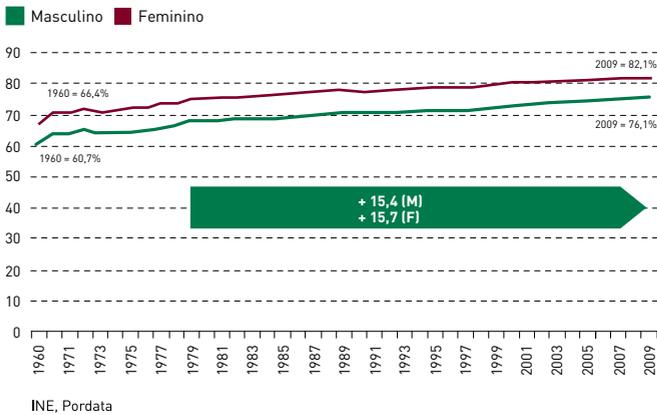


INE

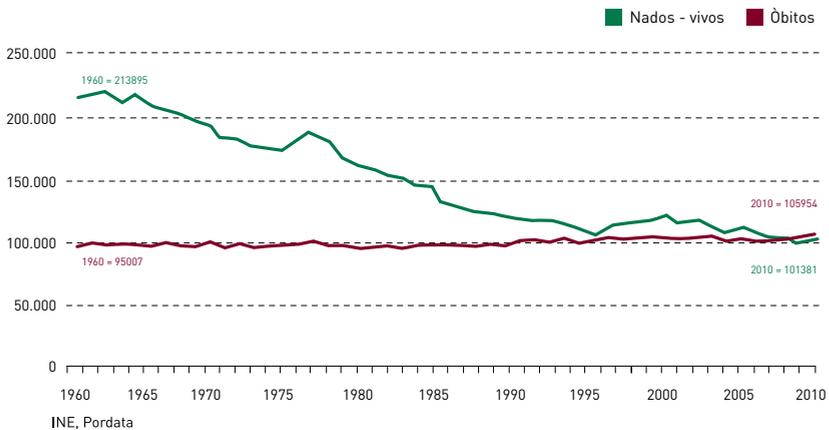
### Taxa de Mortalidade Infantil em Portugal



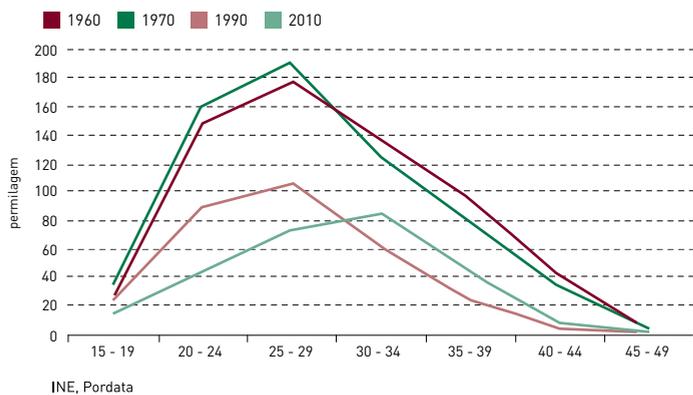
### Esperança de vida à nascença



### Número de nascimentos e óbitos



### Taxas de Fecundidade por Grupos de idade



## Portugal: o regresso a descendências numerosas?

Em nenhum país da UE o ISF regressou a níveis superiores a 2,1 filhos

No último Inquérito à Fecundidade (IFF, 1997) em Portugal a opção por uma descendência de cerca de duas crianças revela-se como o cenário mais habitual.  
ISF (97) = 1,47  
Número desejado de filhos (97) = 1,97

É quase certa a existência de uma diferença, em Portugal, entre a fecundidade realizada e desejada

Nas próximas décadas, pelo retardar do calendário de fecundidade, poderá admitir-se um aumento do valor do ISF embora, atendendo também à experiência de outros países europeus (ex: Suécia), este não deva ultrapassar o limiar da substituição de gerações

Contudo, mesmo admitindo alguma recuperação dos actuais baixos níveis de fecundidade, a população de Portugal não deixará de envelhecer a médio prazo, pelo menos!





---

# COMENTÁRIO

## NASCER EM PORTUGAL

---

ANTÓNIO BARRETO

(FFMS)

Os meus cumprimentos, Sr. Presidente da República, e parabéns pela sua iniciativa. Agradeço-lhe o convite. Agradeço igualmente o convite e felicito pela iniciativa o João Lobo Antunes, o David Justino e todos os que colaboraram nesta organização. Obrigado à Susana Toscano que preside a esta sessão. E permitam-me ainda festejar a Maria João Valente Rosa, por quanto tem feito pela divulgação e pelo debate das questões que dizem respeito à população.

Vinha esta manhã a caminho de Cascais e ouvia a rádio no carro. Os jornalistas diziam que se preparava uma reunião na Cidadela, convocada pelo Presidente da República, a fim de tratar de uma situação “dramática”, dado que a população e a demografia portuguesa se aproximavam da “catástrofe”. Além disso, era hoje o primeiro dia de um processo em que certamente iria ser desencadeado um *baby boom* dentro de alguns anos. Não estou a brincar. Tudo isto era dito com um ar sério. As expressões utilizadas eram estas. De repente, senti-me responsável por um renascimento: vou participar no recrudescimento da demografia portuguesa. Vai ser um dia absolutamente fantástico.

Depois dei-me conta que não há nada de dramático no que se está a passar. Não há absolutamente nada de dramático. Estava agora a ouvir a Maria João Valente Rosa e a pensar na história desta manhã. É verdade que se nasce muito menos em Portugal, mas nasce-se muito melhor. Não há comparação entre a maneira como se nasce hoje e como se nascia há 50 ou 60 anos. Eu tive o privilégio, há uns anos, de fazer, com a realizadora Joana Pontes, uma série de filmes documentários para a televisão. Era o “Portugal, Um retrato social”. O primeiro episódio abre com um parto que fomos filmar na Ma-

ternidade Alfredo da Costa. Foi uma coisa fantástica. Na sala de partos, um mecanismo quase espacial, parecia saído do Star Trek, chamavam-lhe uma “roda de partos”. Era uma invenção suíça e uma produção sueca. Parecia um aparelho muito complicado, mas a função era a de distribuir a força da mãe, colocando-a em posição mais confortável, a melhor possível para ela dar à luz, controlar as contracções, fazer força e melhor aproveitar a sua própria energia. Era a melhor posição para a mãe e a pior posição possível para o médico que tinha de estar de cócoras, de joelhos no chão ou sentado num banquinho minúsculo. Pensei na diferença: no passado, o parto era feito na posição mais confortável para o médico, agora é ao contrário.

Filmei a situação e o acontecimento. Fiquei comovido com a história. Lembrei-me de quando tinha 10 anos e passava temporadas na pequena quinta do meu pai na região do Douro. Eu gostava muito das vindimas e estava a trabalhar no meio da quinta (cortar uvas e acartar cestas) e, de repente, ouvi um restolho, uns barulhos vindos de um canto. Percebi que uma mulher estava a ser retirada da roga (uma roga é o conjunto de pessoas, homens, mulheres e crianças que fazem uma vindima), era arrastada por duas outras mulheres e levada para um sítio debaixo de uma grande figueira muito bonita. Não podia vir mais ninguém. O “rogador”, isto é, o capataz, impedia que mais alguém se dirigisse para ali. Mas eu era o filho do patrão, era o “menino”: podia ir, evidentemente e ninguém lhe dizia que não. Fui ver. A mulher dava à luz. Tinha estado a cortar uvas até às 11 da manhã! Foi ajudada por duas outras mais velhas que cortaram o cordão com uma tesoura de poda, fizeram mais dois gestos de limpeza e de lavagem! Essa mulher, no dia seguinte à tarde, recomeçou a cortar uvas. Eu lembro-me que chorei, ri, não acreditava, não sabia o que aquilo era, não percebia muito bem aquela história toda. Mas, quando, sessenta anos depois, fui à Maternidade Alfredo da Costa para filmar o meu documentário, foi por causa disto.

Hoje nasce-se muito melhor e com mais esperança de vida. Nasce-se em melhores condições, com melhor ideia, por parte dos pais, do que é um projecto de vida. Obrigado, Maria João Valente Rosa, por nos ter lembrado isso. O que você nos esteve a dizer é que não há drama, nem catástrofe iminente, por causa da fecundidade e por causa da natalidade. É bom que a crise económica e social desta última década não nos faça esconder nem perder de vista o que foi o progresso do bem-estar nestes trinta ou quarenta anos. Essa é a atitude necessária. Em demografia, não se fala de um ano. Hoje, aqui, de manhã, ouvi alguns dos nossos convidados estrangeiros falarem de 30, 40 ou 50 anos. É o que é preciso. Não há demografia de 6 meses ou de um ano. A Maria João mostrou-nos agora o que é a demografia dos longos períodos. E percebemos melhor que não existe um drama, como às vezes se quer tentar afirmar. Dramático é não perceber o que se passa. Dramático é não estudar o que se passa. Dramático é não termos meios para saber o que os Portugueses pretendem ser ou que Portugal seja dentro de vinte ou quarenta anos. Dramático é não pensar o futuro, qualquer que ele seja. Dramático não é o facto de hoje a fecundidade e a natalidade serem menores do que há vinte anos. Dramático é não perceber porquê. E não preparar as políticas de futuro em função do que se pretende ser.

Há uma ideia de que a quebra da natalidade ou da fecundidade é um sinal inequívoco de crise económica e social. Não partilho esta ideia. Há a ideia de que existe um declínio moral ou de civilização com a queda da natalidade. Mas, como vimos esta manhã, tal ideia não resiste à análise. Há países

muito mais ricos e mais desenvolvidos do que Portugal com natalidades e fecundidades superiores à nossa; mas também há países mais desenvolvidos e mais ricos do que Portugal com natalidades inferiores à nossa. Como também não vejo qual seja o declínio de civilização quando a maior parte dos países mais pobres e mais atrasados do que Portugal têm natalidades e fecundidades superiores à portuguesa. É neste contexto que temos de olhar para os nossos problemas e não com este preconceito terrível e mitológico, relativo à existência de uma crise profunda de valores, uma catástrofe que nos espera à esquina.

O meu interesse por estas questões, que não sou demógrafo, mas sociólogo, é o de tentar perceber porquê, procurar conhecer as causas disto tudo. E devo dizer: não sei. Eu tenho ideias, intuições, palpites e hipóteses, como todos nós temos, como vimos esta manhã. Foi aliás muito interessante ver a diferença entre os países. É muito interessante ver que os benefícios da segurança social podem ter uma influência determinada ou não, que o tempo de trabalho da mãe, o emprego, os benefícios institucionais e os benefícios educativos, tudo isso pode ter influência, mas nós, Portugueses, não sabemos. No nosso caso, não sabemos, não existem estudos suficientes para que tenhamos uma visão mais consolidada.

Não esqueçamos que as questões demográficas são internacionais e cada vez mais globais. Vistas através de uma lente macro, Portugal está na Europa, Portugal está no mundo ocidental. Ora, é com um *zoom* que percebemos que Portugal é diferente: não fez aquela inversão da curva em G de que nos falavam esta manhã. Ou não fez ou ainda não fez. Deve, portanto, haver lugar para uma situação, ou antes, um caso português, diferente da maior parte dos países europeus. No entanto, globalmente, partilhamos com os países europeus esta situação.

O meu motivo é o de tentar perceber as causas. Por isso posso anunciar que a Fundação que dirijo vai assinar um acordo ou uma parceria de cooperação com o Instituto Nacional de Estatística: pretendemos realizar um estudo sobre a fecundidade em Portugal. Há muitos anos que não é feito um inquérito deste género. Temos de perguntar às mães e aos pais, e aos pais, repito, as razões pelas quais têm os filhos que têm, quantos têm ou gostariam de ter, as condições que desejariam ter para ter mais filhos ou a situação em que preferem ter menos. Os Pais também devem responder, não apenas as Mães. Por vezes, em Portugal, há a convicção que a fecundidade é um problema das mulheres e que são as mulheres que se têm que pôr ao trabalho para fazer mais filhos e que só a mulher é que tem de fazer o que é preciso para ter mais filhos. O problema é que é exactamente também os homens. Os homens têm que responder por que é que eles querem filhos e quando querem os filhos.

Hão-de reparar que a maior parte das estatísticas sobre o nascimento se refere à idade da mãe no momento do nascimento do primeiro ou do segundo filho. Nunca se pergunta qual é a idade do pai. O pai, neste caso, é um senhor ausente que explora, aproveita, goza, observa, é um passageiro ou um turista que está por ali. O problema é exactamente igual para o homem e para a mulher. Garanto-vos, estou a falar a sério. Quando se fala de natalidade em Portugal há sempre dois perigos: é o perigo do machismo ou, noutras palavras, do preconceito anti-feminino; e é o perigo do racismo, porque a preocupação é a propósito dos Portugueses que estão a diminuir. Quem são os portugueses? Em geral, são brancos e “caucasian”, caucasianos se é que se pode dizer. Ora, é bom que tentemos tratar

destes assuntos da natalidade sem estes dois preconceitos. Ainda hoje se fala de estrangeiros a propósito de pessoas que nasceram noutros continentes, mas que vieram para Portugal há 30 anos, ou que já nasceram em Portugal, ou que se naturalizaram portugueses. Ainda hoje se chamam estrangeiros a muitos, o que é, pura e simplesmente, intolerável. São Portugueses e é como tal devem ser considerados.

Antes de terminar este breve comentário, gostava de deixar mais uma ou duas perguntas que estão por responder. A primeira é a mais simples de todas. Por que é melhor ter mais filhos? Nós estamos a partir do princípio que é melhor ter mais filhos. Porquê é melhor ter mais natalidade, ter uma fecundidade superior? Porquê? Qual é a razão? Dá mais liberdade? Mais desenvolvimento cultural? Mais desenvolvimento social e económico? Mais paz? Mais harmonia? Mais segurança aos projectos de vida? Nós temos que explicar o que queremos. Não basta dizer a fecundidade está a baixar, temos que a inverter. Não basta dizer isso. As autoridades públicas, por exemplo, se querem inverter esta tendência, têm de explicar as razões porque pretendem aumentar a natalidade. Têm de demonstrar as razões pelas quais se deve aumentar a fecundidade. Não basta dizer “é preciso”.

Em segundo lugar, convém perguntar: é legítimo que o Estado tenha uma doutrina? Muitas vezes, pensamos que sim, que o Estado pode dizer “é preciso ter mais bebés”. Parece estarmos convencidos de que o Estado tem por inteiro a legitimidade para dizer aos portugueses que façam mais bebés. Ora, eu não sei se é legítimo o Estado dizer isto. É legítimo o Estado dar benefícios acrescidos a quem tem dois bebés ou três bebés ou quatro bebés? É legítimo o Estado conferir prémios a quem tenha um segundo bebé 12 meses depois do primeiro, tal como Sr. Presidente da República e da Dra. Maria Cavaco Silva que fizeram o segundo filho 12 meses depois do primeiro e estava muito contentes por ter ganho esse prémio? O Estado pode fazer isso? Não sei se o Estado pode felicitar os casais ou os cidadãos nessas condições e se pode dar um benefício ou um prémio. E então aos outros? Para dar um prémio a um, tem de se retirar a outro. Nós temos que responder a estas perguntas. Não podemos continuar a aceitar lugares comuns e *clichés*, palavras que são ditas da boca para fora, sem explicar porquê. Palavras que são ditas com más intenções, eleitoralistas em especial. Palavras que têm um som demagógico e narcisista. Palavras cuja sinceridade e legitimidade têm de ser questionadas. Por uma razão simples: é o povo que faz filhos, não as autoridades! Só se o povo quiser é que a natalidade aumenta. E, para aceitar, o povo tem de saber, de conhecer, de poder explicar e de poder discutir, a fim de tomar parte. Porque senão temos aquela história de circo em que, de repente, um governo decidiu dar €200.00 a cada família que tinha um filho. Esse benefício durou 3 ou 4 meses, não chegou a ser regulamentado! E depois foi abolido, nunca chegou a ser dado. Haverá alguém que faça um filho por €200.00? Há em Portugal políticos que pensam que há pessoas que fazem filhos por duzentos euros? Estão a ver onde chegou a perversão moral? Tudo isto faz parte de uma mecânica de pensamento que não deve ser aceite, nem na esfera pública, nem na esfera intelectual.

Finalmente, em síntese. As questões da natalidade e da fecundidade não são problemas da mulher. Nunca esqueçamos isto. Segundo, o “problema” de não ter filhos, não é um problema. Eu não tenho filhos e não sinto ter um problema, e não me digam que eu que penso isto por não ter filhos. Tenho netos que é melhor. O “problema” de ter poucos filhos não é um problema, é uma situação, muitas

vezes uma escolha, uma decisão, quantas vezes uma condição, mas não um problema. Terceiro, a questão da natalidade e da fecundidade não é um problema da população branca, cristã e caucasiana. Vamos tentar evitar estes mitos e estes preconceitos a fim de podermos trabalhar estes assuntos com seriedade.

Muito obrigado pela vossa atenção.

FECUNDA  
E NATAL  
PROBLEMA  
POLÍTICO  
SOCIAIS  
SAÚDE

IDADE  
IDADE:  
MAS E  
AS  
E DE

FECUNDIDADE  
E NATALIDADE:  
PROBLEMAS E POLÍTICAS  
SOCIAIS E DE SAÚDE



---

# FECUNDIDADE E NATALIDADE: PROBLEMAS E POLÍTICAS SOCIAIS E DE SAÚDE

---

MARIA FILOMENA MENDES

(UNIVERSIDADE DE ÉVORA)

“Declínio da fecundidade, adiamento e número ideal de filhos em Portugal: o papel das medidas de política”

## Resumo

“Numa referência recente à recuperação da fecundidade das gerações, Goldstein et. al. (2011) mencionaram que, de um grupo de 34 países, só 5 ainda mantêm o declínio no seu nível de fecundidade: 3 pertencem à Europa do Leste (Eslováquia, Hungria e Polónia), 1 à Europa do Sul (Portugal) e 1 à Ásia (Coreia). O Relatório sobre a Situação da População Mundial, feito pelo Fundo das Nações Unidas para a População (UNFPA) e apresentado em 2011, estima para o nosso país, uma das mais baixas fecundidades do Mundo.

Face a tão preocupante diagnóstico, pretendemos reflectir sobre as razões que conduziram à situação actual em Portugal dando particular ênfase à evolução da diminuição do número de filhos por mulher e ao efeito do adiamento na idade em que, em média, as portuguesas têm os seus filhos.

Em regra, o desejo, manifestado em diversos inquéritos, de uma dimensão familiar bastante superior aos valores efectivamente verificados, conduz à expectativa de que, se forem garantidas as condições mínimas para a concretização daqueles desejos, o nível de fecundidade aumentará de

imediatamente. Aparentemente, o papel dos governos poderá ser, através de diferentes medidas de política, o de possibilitar às famílias o preenchimento daquele suposto desvio.

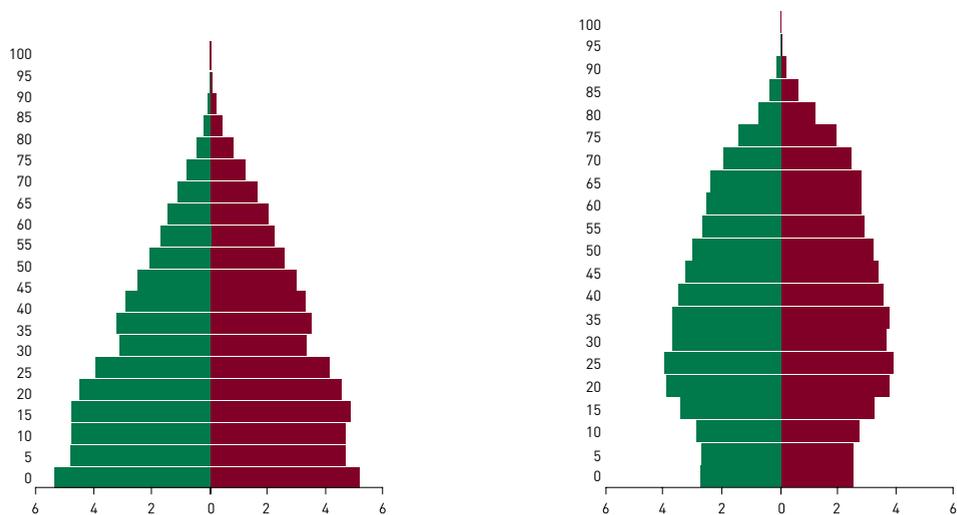
Tentaremos aqui, perante esta contextura, equacionar os eventuais efeitos da actual crise económica e financeira nas decisões de fecundidade dos portugueses.”

## Introdução

Dados os objectivos deste ciclo de conferências: (1) “promover reflexão prospectiva sobre alguns problemas da sociedade portuguesa”; (2) “Não se pretende elencar medidas ou soluções... tão só identificar os problemas na extensão e complexidade que a sua dimensão estrutural exige, situá-los no tempo longo que melhor permite perceber o devir e construir cenários verosímeis do seu desenvolvimento”, consideramos que o envelhecimento da população e a análise da sua principal causa, o declínio da natalidade e da fecundidade no nosso país, são de facto questões centrais para a compreensão do nosso futuro colectivo de médio e longo prazo.

Atendendo a este perfil de objectivos: identificar os problemas, situá-los no tempo longo e construir cenários verosímeis do seu desenvolvimento no futuro próximo, centrarei a minha reflexão na questão do declínio da fecundidade em Portugal, obedecendo ao esquema que acabei de mencionar, enquadrado pelo tema: declínio da fecundidade, adiamento e número ideal de filhos em Portugal - o papel das medidas de política.

Figuras 1 e 2 – Pirâmides de Idades, em Portugal, 1950 (esq) e 2001 (dir)



Fonte: Elaboração própria; dados dos Recenseamentos da População, 1950 e 2001, INE.

Há 60 anos, na década de 50, a distribuição da população portuguesa por sexos e grupos de idades configurava uma pirâmide etária em que os jovens com menos de 15 anos marcavam uma forte presença e em que o número de idosos, considerando nesta categoria todos os indivíduos com idade igual ou superior a 65 anos, tinha, comparativamente, uma expressão pouco significativa.

Ao longo deste período, Portugal reduziu dramaticamente a população nas idades jovens e aumentou o número de idosos, envelhecendo toda a estrutura etária (ver Figuras 1 e 2).

De acordo com o INE, em 2001, a população com 65 e mais anos, pela primeira vez, ultrapassou em valor absoluto a população com menos de 15 (1 693 493 idosos versus 1 656 602 jovens), correspondendo ambos os grupos a cerca de 16% do total da população. Porém, em 2011, segundo os dados provisórios dos Censos, o número de idosos elevou-se para 2 022 504 e o de jovens reduziu-se para 1 572 546, passando os mais velhos a representar 19,1% da população portuguesa em contraste com 14,9%, no caso dos mais jovens.

Para esta situação contribuiu, obviamente a diminuição da mortalidade registada em Portugal no período em análise. Segundo informação disponibilizada pelo Eurostat, de um valor de esperança de vida à nascença, no final da década de 50, de 64 anos (61 anos, para o sexo masculino, e 67 anos, para o feminino) passámos para um valor de 77 anos em 2001 (73,5 e 81 anos, homens e mulheres, respectivamente) e estimamos, em 2011, um valor de 79,8 anos (registando o sexo masculino, 76,7 anos, e o feminino, 82,8 anos).

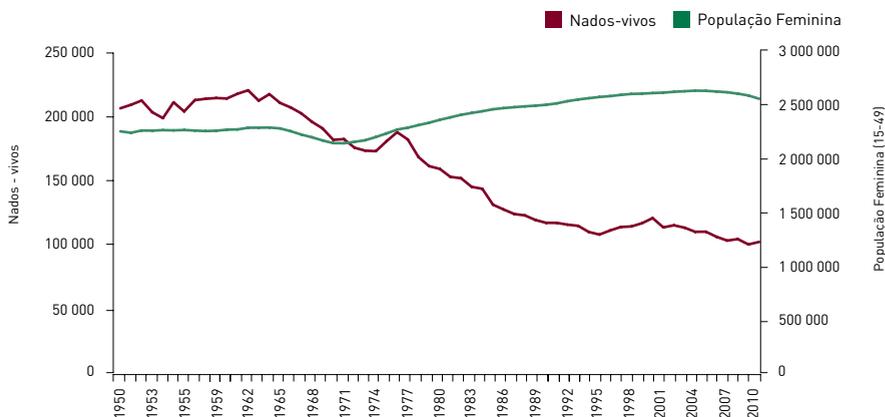
Deve ainda ser dada uma particular atenção às esperanças de vida aos 65 anos de idade, em cada um dos períodos. Ou seja, ao número de anos que um indivíduo com a idade de 65 anos pode ainda esperar viver se se mantiverem invariáveis as condições de mortalidade observadas, por sexo e por idades, no período de referência (no caso, 1960, 2001 e 2011). Logo, é importante notar que também a esperança de vida aos 65 anos (limiar da reforma) evoluiu favoravelmente, passando de 13,7 anos no final da década de 50, meados do século XX, para 17,5 anos na transição do séc. XX para o séc. XXI, e que, finalmente, atingiu os 19,0 anos no final da primeira década deste século.

Também as migrações tiveram influência na formação da estrutura populacional ao longo das várias décadas, provocando efeitos de sinal contrário: períodos de forte emigração agravaram a tendência de envelhecimento e períodos de maior imigração atenuaram-na, uma vez que quem migra fá-lo, normalmente, nas idades jovens. Contudo, no caso português, a forte emigração registada nos anos 60 e princípios de 70 do século passado, e ainda nos dias de hoje, contribuiu recentemente para um reforço do envelhecimento motivado pelo retorno ao país natal daqueles emigrantes à medida que vão atingindo a idade da reforma.

Mas foi, sobretudo, a queda da natalidade e da fecundidade, a redução do número de nascimentos, a grande responsável pelo facto de, segundo o World Population Data Sheet 2010, publicado pelo Population Reference Bureau, Portugal ser actualmente o 6º país mais envelhecido do mundo (de acordo com a o valor da proporção de indivíduos com 65 e mais anos).

## Os padrões da fecundidade em Portugal

Figura 3 – Nados vivos e população feminina, de 1950 a 2010, em Portugal



Fonte: Elaboração própria; dados das Estatísticas Demográficas e Estimativas da População, INE.

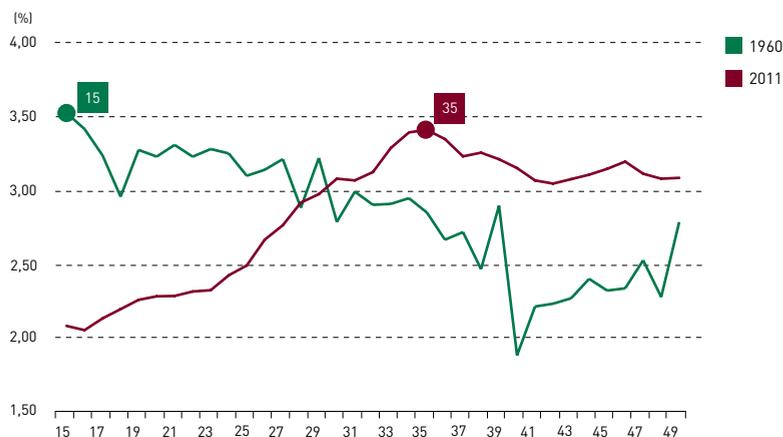
Podemos observar, na Figura 3, a evolução do número de nascimentos registados em Portugal, entre 1950 e 2010. Efectivamente, passámos de um valor de 205 077 nascimentos no início do período em análise para 101 381 em 2010, o que correspondeu a uma redução de 51%.

O declínio iniciou-se em 1964, verificando-se uma ligeira inversão da tendência em 1971, com um aumento expressivo em 1974/75, seguido por uma descida abrupta até 1995, ano a partir do qual se observou uma ligeira recuperação até ao ano 2000. A partir desta data, embora com algumas oscilações, voltámos a uma tendência de diminuição do número de nascimentos ocorridos anualmente.

Contrariamente, a partir do início da década de 70, o número de mulheres em idade fértil (com idades compreendidas entre os 15 e os 49 anos completos) aumentou substancialmente atingindo o valor mais elevado em 2004, 2,6 milhões. Poder-se-ia pensar que o envelhecimento da população portuguesa, no seu conjunto, conduziria a uma situação em que a distribuição de mulheres, no interior do período fértil, se concentraria nas idades mais avançadas o que prejudicaria “potencialmente” a fecundidade.

Na verdade, a Figura 4 que compara a proporção de mulheres, por idades, em 1960 e em 2011, mostra que a grande diminuição se observou, como seria de esperar, nas idades mais jovens – até aos 27 anos – e que a partir dessa idade, a proporção de mulheres é superior actualmente, principalmente entre os 27 e os 41 anos, com o valor mais elevado registado aos 35 anos de idade. Este é também o intervalo mais usual para ter filhos. Logo, esta distribuição, apesar de mais envelhecida, é mais favorável ao modelo de fecundidade prevalente actualmente em Portugal.

Figura 4 – Distribuição da população feminina por idades (%)

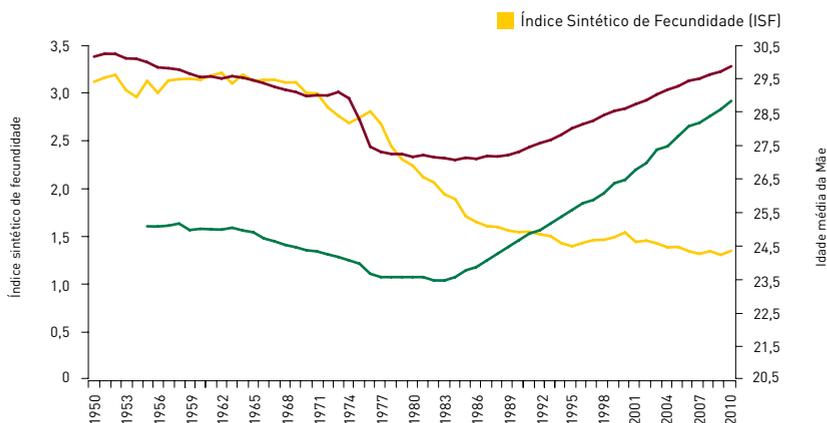


Fonte: Elaboração própria; dados das Estimativas Anuais da População Residente, INE.

## Evolução dos indicadores da fecundidade em Portugal

Analisando agora o número de filhos que cada mulher deixaria na população se se mantivessem constantes as taxas de fecundidade por idades observadas em cada ano, valor este dado pelo Índice Sintético de Fecundidade (ISF), podemos constatar, através da Figura 5, que de um valor superior a 3 filhos, em média, por mulher, em 1950, passámos para um valor pouco acima de 1 filho, em média, por mulher, em 2010 (1,36).

Figura 5 – Índice sintético de fecundidade, idade média da fecundidade e idade média ao nascimento do 1º filho, em Portugal, de 1950 a 2010



Fonte: Elaboração própria; dados das Estatísticas Demográficas (INE) e Human Fertility Data Base.

Se, a partir de 1982, deixámos de substituir as gerações (último ano em que o ISF registou o valor de 2,1, limiar mínimo que garante a renovação das gerações numa população que registre uma mortalidade baixa), foi, no entanto, a partir do ano 2000 que Portugal passou a situar-se entre os países de mais baixa fecundidade a nível mundial, dado que aquele indicador se passou a situar, pela primeira vez, abaixo do limite de 1,5 filhos, em média, por mulher. Este último valor é considerado na literatura como crítico para a sustentabilidade de qualquer população, tal como a manutenção de uma fecundidade durante um longo período abaixo deste patamar implicará consequências gravosas também em termos sócio-demo-económicos. Ao manter durante um longo período uma fecundidade tão baixa, as gerações vão tendo sucessivamente uma menor dimensão, condicionando por sua vez o número de futuros nascimentos (que mesmo num quadro de aumento da fecundidade, o número de nascimentos poderá continuar a diminuir).

Simultaneamente, à medida que reduziam o número de nascimentos, as mulheres portuguesas aumentavam gradualmente a idade em que, em média, tinham os seus filhos e, assim, surpreendentemente, registámos valores na idade média da fecundidade no final do período (2010) muito semelhantes aos do início do período (1950), respectivamente, 29,9 e 30,2 anos.

Nos 60 anos que separam estes dois momentos de observação, a idade média diminuiu até à década de 80, tendo invertido rapidamente este comportamento a partir do início dos anos 90.

Mas, eventualmente ainda mais inesperado, foi o ter-se verificado que a idade em que, em média, as mulheres tiveram o seu primeiro filho aumentou ainda mais aceleradamente, desde meados da década de 80 (em 1982, o valor era igual a 23,5 anos) até ao ano de 2010 (em que atingiu a idade de 28,9 anos). Este último valor é muito próximo do observado para o total de filhos (29,9 anos). Estes resultados podem significar que, em Portugal, as mulheres adiam consideravelmente o nascimento do primeiro filho; na generalidade, decidem ter apenas um único filho; e, para além disso, as que decidem ter mais do que um filho, na sua maioria, optam por um intervalo muito estreito entre nascimentos.

Se em toda a Europa se verificou um comportamento semelhante em termos de fecundidade, redução do número de filhos por mulher e adiamento da idade média ao nascimento dos filhos, é na conduta deste último indicador que o nosso país contrasta com os restantes, mesmo relativamente aos únicos que, a partir de 2008, não evidenciaram uma tendência de recuperação (Hungria, Eslováquia e Polónia). Seguindo um comportamento completamente distinto de todos os outros países europeus, a idade média ao nascimento do primeiro filho, em Portugal, não mostra sinais de declinar.

Como primeira ilação, resultante da análise efectuada até ao momento, podemos reter que a questão do declínio da fecundidade em Portugal deverá ser avaliada em função de quatro indicadores: da diminuição do número de filhos por mulher, do aumento não apenas da idade média da fecundidade, mas também da elevação da idade média ao nascimento do primeiro filho e, finalmente, da longa extensão do período em que o nível de fecundidade se manteve abaixo do limiar mínimo que permite garantir a substituição das gerações.

Ainda, a proximidade entre as duas idades médias, ao primeiro nascimento e para o conjunto dos nascimentos, constitui uma especificidade da situação portuguesa, um padrão diferenciador da fecundidade em Portugal.

Na medida em que utilizamos o Índice Sintético de Fecundidade como medida do nível de fecundidade e sustentamos todas as comparações entre países e épocas nesse indicador, para analisarmos correctamente as características específicas da evolução da fecundidade portuguesa torna-se imperativo avaliar o efeito da alteração da idade média no resultado do referido indicador. Como se trata de um indicador por período, calculado em transversal, e não de um indicador por coorte, construído em longitudinal, a variação (no sentido do aumento ou da diminuição) da idade média da fecundidade influencia fortemente o seu cálculo e pode conduzir a análises enviesadas. Isto porque, normalmente, se baseia toda a análise e discurso sobre a evolução (no caso, o declínio) da fecundidade como se o indicador fosse calculado para uma geração de mulheres, estudadas desde o início do seu período fértil até ao seu final, ao momento em que tivessem completado a sua fecundidade. O que significa, por sua vez, que assumimos um indicador sintético que representa a fecundidade de um conjunto de mulheres num dado momento do tempo (habitualmente um ano civil) como exactamente igual ao que iríamos encontrar no futuro, como se se tratasse de uma geração fictícia que fosse reproduzindo ao longo de todo o seu período fértil taxas de fecundidade em cada idade idênticas às observadas no ano em estudo.

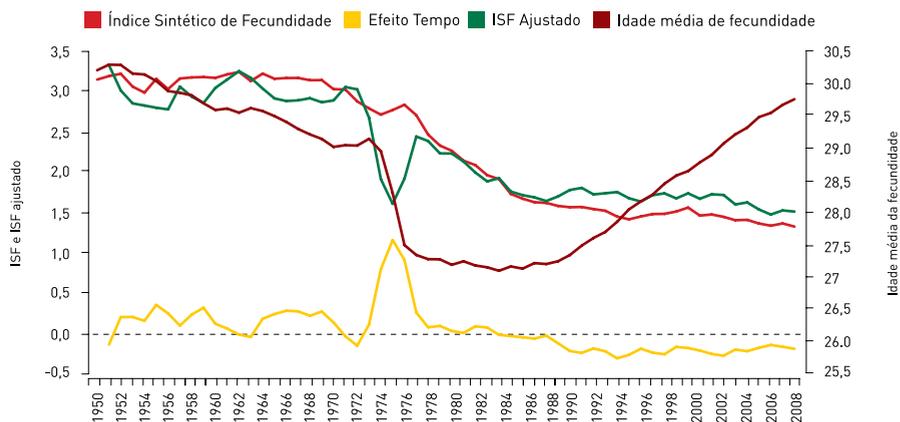
Na verdade, este pressuposto é duplamente falacioso. Por um lado, nos próximos 35 anos, as mulheres portuguesas não irão manter as taxas de fecundidade, entre os 15 e os 49 anos, observadas no ano em estudo. Apesar de este ser o princípio em que se baseia a construção de todos indicadores deste tipo (por ex: o mesmo se verifica no caso da esperança de vida à nascença) é necessário ter em conta esta condição no momento de comentar resultados e identificar comportamentos. Circunstância totalmente diferente seria se se estivesse a considerar, como medida de fecundidade, a descendência média, calculada em longitudinal. Ainda assim, mesmo admitindo que estamos a comparar, em anos consecutivos, indicadores transversais há que atender ao efeito perturbador da variação do tempo de fecundidade. Se as mulheres estiverem a adiar, não estarão a ter os filhos nas idades mais jovens mas, mais tarde, irão (provavelmente) recuperar esses nascimentos, tendo os filhos em idades mais avançadas. Um indicador do momento não consegue captar esse efeito e o indicador sintético nunca poderá ser usado como se de um indicador por geração (ou coorte) se tratasse porque apresentará um número médio de filhos claramente inferior ao que se registará quando a geração em causa concluir o seu período fértil. O inverso será verdadeiro no caso de uma diminuição sustentada durante alguns anos da idade média.

Em conclusão, não devemos basear a análise da fecundidade no índice sintético de fecundidade, confundindo-o com um indicador em longitudinal, em particular em períodos em que se registam alterações na idade média da fecundidade, a não ser que se anule o efeito perturbador daquela variação no resultado final, ou seja, na avaliação do número de filhos que, em média, uma mulher deixa na população.

Vários autores têm desenvolvido diferentes métodos com o objectivo de ultrapassar aquela limitação, nomeadamente, recalculando o índice sintético de fecundidade liberto do efeito perturbador da variação da idade média da fecundidade (Ryder, 1964, 1980; Bongaarts & Feeney, 1998, 2000, 2006; Sobotka, 2004, 2009). Utilizamos este último método para estimar o impacto da idade média (IMF) no indicador sintético (ISF), ou seja, para calcular qual o valor esperado do ISF nos diferentes anos em análise se não se tivesse verificado um aumento (ou diminuição) da IMF (designando a nova medida por ISF Ajustado (B-F)). O propósito foi separar dois efeitos, que se encontram agregados no

mesmo indicador, permitindo avaliar correctamente o número de filhos que, em média, uma mulher deixa na população (designado pelos autores por efeito quantum), nas actuais condições de fecundidade, sem estar influenciado pela idade em que em média as mulheres têm esses filhos (designado por efeito tempo).

Figura 6 – Evolução do índice sintético de fecundidade e do índice sintético ajustado (B-F), idade média da fecundidade e do efeito tempo, em Portugal, de 1951 a 2009



Fonte: Elaboração própria; dados das Estatísticas Demográficas (INE) e Human Fertility Data Base.

A Figura 6 mostra-nos que se tivemos um efeito tempo positivo nas décadas de 50 e 60, tornando-se particularmente expressivo entre 1974 e 1976, a partir de 1984 (inclusive) aquele efeito foi negativo.

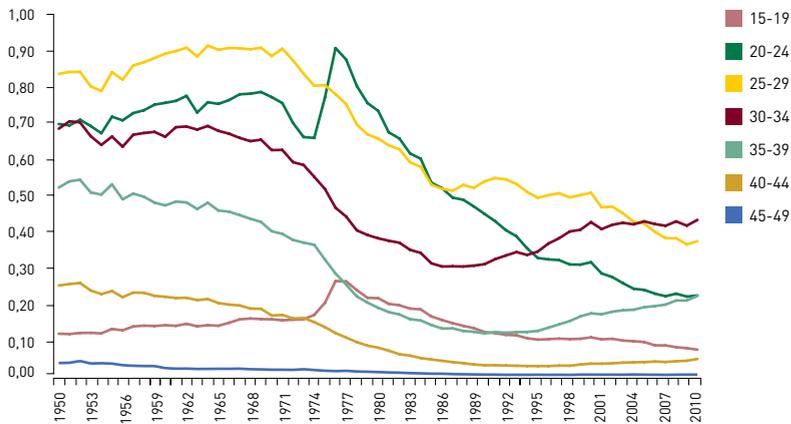
Assim, Portugal teria registado sempre, desde 1984, de acordo com este indicador corrigido, um valor de fecundidade mais elevado, ou seja, o número de filhos que cada mulher acabou por deixar, em média, no final do seu intervalo fértil, terá sido sempre superior ao dado pelo ISF estimado para cada ano de calendário.

Podemos, ainda concluir, em função destes resultados que a situação de fecundidade real, em Portugal, não será tão “gravemente baixa” como o indicador transversal indicava. É de notar que em nenhum dos anos em estudo o valor do ISF, corrigido pelo efeito do aumento da idade média da fecundidade, foi inferior ao limiar crítico de 1,5 filhos por mulher.

## Padrões de fecundidade em função da idade

Dada a relevância do adiamento na idade em que, em média, as mulheres tiveram filhos, para melhor compreendermos a evolução da fecundidade portuguesa é fundamental perceber qual o padrão registado por idades ao longo do tempo, isto é, como se comportou a fecundidade em função da idade ao longo destes 60 anos.

Figura 7 – Taxas de fecundidade específicas por grupos de idades quinquenais, em Portugal, de 1950 a 2010



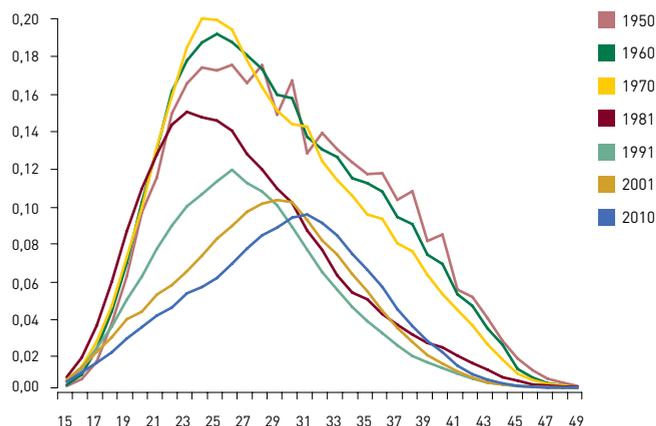
Fonte: Elaboração própria; dados das Estatísticas Demográficas (INE) e Eurostat.

Iniciando a análise pelo comportamento dos grupos quinquenais usuais em análise demográfica, de acordo com a Figura 7, verificamos:

- No grupo 15-19 anos completos – a existência de um “pico” de fecundidade entre 1974 e 1976, diminuindo gradualmente até ao momento presente;
- No grupo 20-24 anos completos – ter sido este o grupo que registou um maior aumento na sua fecundidade no período pós 25 de Abril de 1974; a revolução parece ter tido um extraordinário efeito sobre o comportamento de fecundidade dos mais jovens (15-19 e, principalmente, 20-24 anos), antecipando os nascimentos e, em consequência, reduzindo a idade média da fecundidade, nos anos subsequentes; ainda, a enorme e imparável diminuição observada desde 1977 até à actualidade;
- No grupo 25-29 anos completos – que este grupo não parece ter sido muito afectado pelo 25 de Abril de 1974 nas suas decisões de fecundidade, na medida em que manteve a tendência de declínio até ao início dos anos 90, período em que estabilizou, voltando a diminuir ainda mais a sua fecundidade a partir do ano 2000;
- No grupo 30-34 anos completos – que de forma idêntica ao anterior parece não ter sido influenciado pelas circunstâncias da revolução de Abril, uma vez que as taxas de fecundidade deste grupo etário diminuíram desde finais dos anos 60 até que a tendência se começou a inverter no início dos anos 90; notou-se, portanto, a partir desta data, alguma recuperação da fecundidade que se prolongou até 2010;
- No grupo de idades 35-39 anos completos – que as taxas de fecundidade diminuíram sucessivamente até meados dos anos 90; a partir daí recuperaram, notando-se uma subida particularmente acentuada nos últimos anos em estudo; também neste grupo etário se pode confirmar uma certa retoma da fecundidade adiada;
- No grupo de idades 40-44 anos completos – uma enorme diminuição da sua fecundidade a partir de 1974 e uma ténue recuperação a partir do final dos anos 90;

- No grupo de idades 45-49 anos completos – uma gradual diminuição ao longo do tempo. Se representarmos graficamente as taxas de fecundidade específicas em cada idade obtemos a curva de fecundidade. A forma desta curva revela-nos, também, as diferenças de comportamento fecundo ao longo de todas as idades.

Figura 8 – Curvas de fecundidade, em Portugal, 1950, 1960, 1970, 1981, 1991, 2001 e 2010

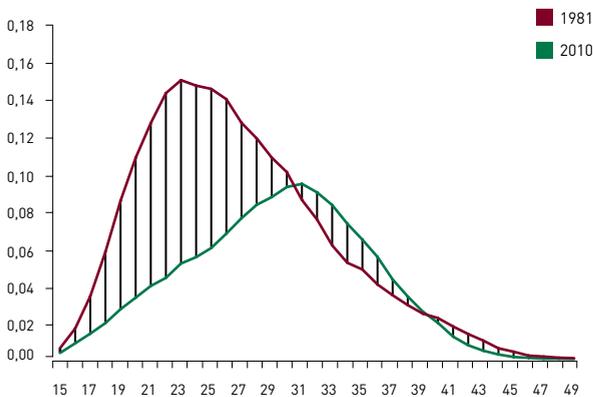


Fonte: Elaboração própria; dados das Estatísticas Demográficas (INE) e Eurostat.

A Figura 8 mostra que em 1950 as mulheres portuguesas tinham, na sua maioria, um número elevado de filhos e usavam todo o seu período fértil. Isto é, ocorria um número expressivo de nascimentos durante a maior parte do intervalo de idades férteis. Ao longo desta década, as portuguesas começaram a concentrar o nascimento dos filhos nas idades mais jovens e a reduzirem a fecundidade nas idades mais avançadas, resultando uma curva em 1960 com uma forma um pouco diferente. De acordo com o modelo da curva em 1970, podemos concluir que naquela década estas tendências se acentuaram. No espaço de tempo compreendido até ao início dos anos 80, as mulheres começaram a ter significativamente menos filhos, mas, simultaneamente, tendo esses filhos mais cedo. Começou assim a observar-se a utilização generalizada de contraceção eficaz no interior do casamento, ou seja, depois de atingida a dimensão familiar desejada. A curva correspondente a 1990, evidencia claramente que durante a década de 80 se continuou a reduzir expressivamente o número de filhos, em todas as idades e, conjuntamente, se começou a adiar o nascimento dos filhos. Iniciou-se, nesta década, a utilização de contraceção eficaz, de um modo amplamente difundido, nas idades mais jovens, ou seja, também antes do casamento. A curva relativa ao ano de 2001 comprova que as portuguesas tiveram ainda menos filhos durante a década de 90. Mas a característica dominante da fecundidade nessa década foi o adiamento: os filhos nasceram em idades cada vez mais tardias e as portuguesas utilizaram um espaço cada vez mais reduzido do seu período fértil para ter filhos. Todavia, é visível

uma deslocação da curva para a direita o que vem confirmar que alguns dos nascimentos adiados poderão estar a ser recuperados, nomeadamente, a partir dos 29 anos, estando, no entanto, a recuperação longe de ser completa. Isto é, muitos dos nascimentos adiados parecem ter sido definitivamente renunciados. Finalmente, a curva referente a 2010, mostra que, na primeira década do séc. XXI, por um lado, as portuguesas mais jovens tiveram ainda menos filhos (até aos 30 anos de idade), mas, por outro, as mais velhas recuperaram alguns dos nascimentos adiados (particularmente, nas idades compreendidas entre os 31 e os 39 anos).

Figura 9 – Representação gráfica dos nascimentos perdidos e recuperados, entre 1981 e 2010, visualizados através das respectivas curvas de fecundidade



Fonte: Elaboração própria; dados das Estatísticas Demográficas (INE) e Eurostat.

Podemos sintetizar em três ideias-chave a reflexão que esta análise nos impõe: (1) O nível de fecundidade em Portugal é dos mais baixos da Europa e do Mundo porque se conjugaram os efeitos da diminuição do número de filhos tidos (quantum) com o avanço da idade média em que as mulheres têm esses filhos (tempo); (2) A tendência de recuperação dos nascimentos adiados (fecundidade tardia) não permitiu compensar as perdas (ver Figura 9); (3) As mulheres portuguesas continuam a adiar o nascimento do 1º filho e têm, em média, apenas esse filho.

Na sequência da análise descritiva da evolução dos padrões de fecundidade na sociedade portuguesa durante os últimos 60 anos, que permitiu compreender a situação actual, impõe-se uma primeira reflexão. Portugal tornou-se, devido ao comportamento revelado nas décadas passadas, um dos países europeus com mais baixa fecundidade. Quais as implicações desta condição? Importa corrigi-la num futuro próximo? Se sim, o que fazer e como agir? Como incentivar a natalidade?

Por um lado, não podemos deixar de reconhecer que é extraordinariamente positivo que as portuguesas possam decidir não apenas qual o número de filhos que querem ter, como também o momento e o espaçamento entre o nascimento desses filhos, reduzindo assim o número de filhos não

planeados e limitando o número de falhas contraceptivas. Por outro, a diminuição do número de jovens, o envelhecimento demográfico e o seu impacto na dimensão e estrutura da própria população activa, são consequências que afectam negativamente a sociedade.

Permitimo-nos chamar a atenção para o facto de que, por vezes, se centra o debate nos efeitos negativos sobre, por exemplo, os sistemas de segurança de saúde e de segurança social, a dimensão e estrutura da força de trabalho e a própria renovação das gerações e se desvaloriza a importância dos casais, e das mulheres em particular, terem a capacidade de ajustar a sua fecundidade em função dos seus desejos, das suas preferências, das suas condições de vida e das suas expectativas de futuro. A fecundidade de um país não é senão o resultado do somatório de milhões de decisões individuais, tomadas por cada casal, por cada mulher, na privacidade da sua intimidade, condicionada pelas suas circunstâncias específicas.

Poderemos responsabilizar o desenvolvimento económico pelo declínio da fecundidade? O aumento da instrução da mulher? A sua crescente taxa de participação no mercado de trabalho? A desigualdade entre géneros quer no mercado de trabalho, quer no espaço doméstico?

O crescimento económico trouxe uma melhoria inquestionável na qualidade de vida dos portugueses que jamais se poderá pôr em causa. Parece-nos evidente que o aumento do nível de instrução é um bem civilizacional incontestado e que será impensável regredirmos em termos de educação dos portugueses e portuguesas no nosso futuro colectivo. Em Portugal, a associação entre o aumento da instrução da mulher e o incremento da sua participação no mercado de trabalho não é clara, dado que detém uma taxa de participação feminina, há bastante tempo, muito superior à da generalidade dos países europeus (Mendes, 1993).

Julgamos igualmente que a promoção da igualdade de género deverá ser um objectivo em si e não deve ser encarada como uma medida pró-natalista.

Em nossa opinião, talvez o termo correcto não seja “incentivar” a fecundidade dos casais, mas antes “criar um ambiente favorável” para que os casais possam vir a ter (mais) filhos se e quando o desejarem.

## **A fecundidade e a evolução do número ideal de filhos na perspectiva das portuguesas**

Acreditamos que a questão chave reside no número de filhos efectivamente desejado pelos casais e na explicação do desvio entre desejados e tidos: os casais tiveram efectivamente um número de filhos igual ao desejado? Ou tiveram mais filhos do que o desejado? Ou, ainda, tiveram menos filhos do que o desejado?

De acordo com os dados do World Fertility Survey realizado, em Portugal, pelo INE, em 1980, o número de filhos desejados pelas mulheres portuguesas era, em média, de 2,29 filhos (ano em que o ISF registou o valor de 2,2). Mais tarde, em 1997, o Inquérito à Fecundidade e Família, também realizado pelo INE, concluiu que o número de filhos desejados pelas portuguesas era, em média, de 1,97 (tendo nesse ano o ISF sido igual a 1,5). A partir desta data, não voltou a ser realizado oficial-

mente nenhum outro inquérito à fecundidade em Portugal. Todavia, de acordo com os dados do Eurobarómetro, em 2006, o número médio de filhos desejados, pelos respondentes portugueses, em termos pessoais, foi de 2,09, enquanto que o número médio de filhos tidos de apenas 1,11.

Anteriormente, referimos que o ISF não é a medida mais indicada para uma caracterização correcta da fecundidade. Em primeiro lugar, porque se trata de uma medida “do momento”, “por período”, calculada em transversal e não em longitudinal ou “por geração” e, por essa razão, fortemente afectada por alterações no adiamento da idade média da fecundidade. Em segundo lugar, porque não pode ser utilizada como uma medida que retrata a fecundidade completa de um dado conjunto de mulheres no final do seu período fértil.

Habitualmente, compara-se a fecundidade de um dado momento, expressa através do valor do ISF num dado ano, com o número de filhos desejados declarados pelos respondentes num inquérito sobre a dimensão familiar ideal realizado nesse mesmo ano e, invariavelmente, o resultado mostra que o ideal é claramente superior ao realizado.

É crucial não confundir estes dois indicadores. A fecundidade desejada está não só associada a um ideal, o número de filhos que teria numa situação sem restrições, económicas ou de outra ordem, mas também reflecte o número de filhos que se gostaria de ter tido no final da vida reprodutiva. Ora, numa época de baixa fecundidade, em que os nascimentos vão sendo sucessivamente adiados das idades mais jovens para idades mais avançadas, o número de filhos tido numa determinada idade (por exemplo, antes dos 30 anos) pode ser claramente inferior ao número de filhos que se espera vir a ter tido no final da vida fecunda (quando tiver 50 anos, no caso das mulheres).

Para além desta condicionante, a fecundidade desejada, ou a dimensão da família considerada ideal, em termos pessoais, vai sendo ajustada pelo próprio ao longo da vida, adaptando-se às diferentes circunstâncias que a condicionam e moldam.

Por isso, o planeamento dos nascimentos para idades mais tardias pode resultar na renúncia de alguns desses filhos, consequência de um ajustamento nas intenções de fecundidade, à medida que as dificuldades ou restrições se vão acentuando.

Gary Becker (1981), com a teoria da economia da família, teve o extraordinário mérito de demonstrar que a decisão de ter filhos é tomada pelo casal num quadro de restrições (económicas, de tempo, sociais, psicológicas, entre outras) que diferem de casal para casal. Na verdade, as mesmas restrições podem influenciar de modo diferente as tomadas de decisão individuais de cada casal. Por exemplo, o emprego e a estabilidade no emprego podem exercer uma influência diferenciada – o desemprego pode limitar a dimensão familiar no caso de alguns casais, mas pode igualmente, no caso da mulher, poder ser considerado um bom momento para engravidar, principalmente se se esperar voltar com relativa facilidade ao mercado de trabalho e se se tratar de um primeiro filho. Assim, desemprego pode ter um duplo efeito, influenciando não apenas o número de filhos mas também o adiamento. Em Espanha, adiar o nascimento dos filhos até ter um emprego estável parece ser uma estratégia muito racional, segundo Alicia Adsera (2011). A autora conclui ainda que o adiamento do segundo filho é significativo em países com elevado desemprego, principalmente no caso das mulheres desempregadas, particularmente, no caso das menos instruídas e as que têm um trabalho

temporário. O seu estudo revela ainda que o aumento da precariedade do emprego é significativo, de um modo transversal, para todos os graus de instrução e não apenas no caso das mulheres com mais baixa instrução. Se o mesmo for verdadeiro para Portugal, a crise económica e financeira, assim como as condições de austeridade, podem implicar uma renúncia do segundo filho, no caso das mulheres desempregadas ou com emprego precário.

Numa situação caracterizada pela baixa fecundidade e pelo adiamento, julgamos, mais uma vez, que a procura de explicação se deverá centrar na relação entre filhos desejados, tidos e intenções de ainda vir a ter. Será em torno desta articulação que teremos de desenvolver investigação .

Maciel et al. (2012) analisaram as diferenças entre o número de filhos desejados aos 20 anos e o número de filhos tidos, em função do sexo e da idade, usando os dados do Eurobarómetro 2006 para Portugal. Concluíram que, nas idades até aos 30 anos, o número de filhos tido era significativamente menor que o número de filhos desejados aos 20 anos, enquanto que nas idades entre os 30 e os 49 anos, o número de filhos já nascidos era significativamente mais elevado do que o desejado aos 20 anos. A partir dos 50 anos as diferenças não foram significativas.

Relativamente às intenções de fecundidade, o estudo aponta para que as mulheres jovens com idades inferiores a 30 anos teriam, pelo menos, 3 vezes mais hipóteses de tencionarem vir a ter filhos do que as mulheres com idades entre os 30 e os 49 anos; no caso dos homens, a diferença de comportamento em função da idade não foi significativa.

Liefbroer (2009) também questionou a estabilidade das intenções sobre a dimensão familiar ideal a propósito do desvio entre filhos desejados e tidos. Concluiu igualmente que os jovens adultos tendem a alterar a “dimensão familiar ideal” em resultado das suas experiências no domínio familiar e profissional. Os seus resultados mostraram que a dimensão familiar não é imutável mas que se altera à medida que o jovem envelhece. Em regra, o ajustamento é para baixo, isto é, no sentido da diminuição.

Muita desta diferença, nos padrões por idades, pode ser explicada por mudanças nos parceiros, educação e ocupação, convergindo nas alterações das carreiras profissionais dos jovens adultos.

Mas a carreira da maternidade também é importante. Se os respondentes adiaram o nascimento dos filhos até aos 30 anos e mais, é mais provável que ajustem as suas intenções de fecundidade para baixo do que se iniciaram a sua carreira de maternidade e paternidade mais cedo.

Maciel et al. (2012) mostraram que, de acordo com os dados do Eurobarómetro 2006, a um aumento de um ano no adiamento do primeiro filho corresponde um aumento de cerca de 8% na possibilidade de ter menos filhos que os desejados aos 20 anos.

Em consequência, e para posterior reflexão, podemos afirmar que existirá indubitavelmente um problema ainda maior se a dimensão familiar desejada estiver ela própria a diminuir.

Lutz et al. (2006) defenderam que os jovens socializados num ambiente de baixa fecundidade desejam também eles vir a ter uma fecundidade baixa.

Goldstein et al., (2003) sugerem que quer a fecundidade ideal, quer a actual, diminuíram ambas e mostram resultados semelhantes.

Na verdade, no respeitante à relação entre fecundidade e dimensão familiar desejada vários autores têm vindo a pronunciar-se (Bongaarts, 2001, Hakim, 2001, Goldstein et al., 2003, Testa, 2007, Ma-

ciel et al., 2012) sugerindo a necessidade de repensar a aproximação do número de filhos desejados e tidos, cada vez a mais baixos níveis, no mundo industrializado. Esta será, em nosso entender, uma condicionante da fecundidade futura dos casais, também em Portugal.

## O papel das medidas de política

O foco da discussão remete em primeira instância para a seguinte questão: o Estado deve ou não ter um papel activo, através das políticas públicas, na alteração da decisão de fecundidade dos casais e dos indivíduos?!

Deixando para um outro momento o levantamento dos argumentos a favor e contra a instauração de uma visão política incentivadora da natalidade, tendo em conta as implicações para a sociedade da manutenção de uma tão baixa fecundidade durante um tão longo período de tempo, optemos por partir do seguinte princípio: os governos têm a responsabilidade de ajudar os casais a preencher o suposto desvio entre a dimensão familiar desejada e a actual.

No entanto, se por um lado, o aumento da fecundidade só influenciará a dimensão da população activa com um desfasamento de várias décadas (o que justificaria a intervenção urgente do estado e com um foco explícito na fecundidade), por outro lado, não podemos deixar de considerar a possibilidade de que poderá (já) não existir nenhum desvio para preencher.

Habitualmente são indicadas como variáveis que influenciam as decisões de fecundidade dos casais: ao nível macro, factores económicos e sociais, como o rendimento per capita, o desemprego, a riqueza e bem-estar, a confiança na economia e no futuro, o nível de instrução das mulheres e a sua participação no mercado de trabalho e ainda a igualdade de género. Daí que seja frequente argumentar que uma intervenção que permitisse melhorar o padrão de vida das famílias, aumentar o seu rendimento disponível, diminuir o custo dos filhos, assegurar educação e saúde, tal como, promover a igualdade entre homens e mulheres no mercado de trabalho e no espaço doméstico, contribuiria decisivamente para um aumento da fecundidade.

Relativamente ao acréscimo no rendimento das famílias, enquanto medida eficaz na correcção das decisões de fecundidade dos casais, num estudo recente para Portugal, Rego et al., (2008) concluíram que, no caso do nascimento de mais 1 filho, na sua globalidade, exerce um efeito positivo, embora só existindo aumentos muito substanciais no nível de rendimento dos pais se pode esperar um efeito significativo no número de filhos. No acréscimo do primeiro para o segundo filho, o aumento de rendimento não exerce qualquer efeito. Na transição do segundo filho para o terceiro, passa a ser relevante, ainda que só aumentos muito elevados no rendimento poderão vir a ter algum efeito sobre a decisão de ter um terceiro filho. A análise desagregada mostrou ainda que este efeito se deve essencialmente ao aumento do rendimento da mãe.

Esta conclusão conduz-nos a uma maior reflexão sobre a importância não apenas das alterações do rendimento das mães, mas também dos factores que condicionam a relação no caso da mulher-mãe entre nível de instrução – participação no mercado de trabalho – nível de rendimento – decisão de fecundidade.

Aparentemente, parece existir uma margem para a intervenção e acção de políticas. Todavia é imprescindível perceber quem são os destinatários dessas políticas. As famílias? Os indivíduos? Na procura de quais as medidas eficazes é primordial identificar exactamente a população-alvo.

Torna-se urgente desenvolver mais estudos sobre as intenções de fecundidade dos portugueses. Mendes & Santos (2008), com base nos dados do European Social Survey, round 2 (2005), a partir da questão “Planeia ter filhos nos próximos 3 anos?”, concluíram que a probabilidade de vir a ter filhos aumenta se o respondente for casado, participar no mercado de trabalho, tiver um nível de instrução mais elevado e se for homem.

As decisões de fecundidade dos homens também necessitam de ser melhor estudadas e avaliadas; numa decisão negociada entre ambos os membros do casal, a sua importância mostra que deve ser tida em conta como um indicador relevante na estimação das intenções de fecundidade das gerações futuras.

Mas, não só as medidas do foro económico poderão ser elencadas como provavelmente eficazes. Billari et al. (2009) ao explicarem as intenções de fecundidade referem que estas parecem particularmente vulneráveis à pressão normativa e às redes sociais dos respondentes.

Em síntese, as medidas de política visando uma economia forte, com desemprego baixo, menor precariedade, redução da incerteza e boas perspectivas para os jovens poderão vir a estimular a fecundidade

A promoção de um ambiente amigável das famílias pode beneficiar a tomada de decisão dos casais.

## O efeito da crise económica e financeira

The Vienna Institute of Demography of the Austrian Academy of Science numa intervenção conjunta com o International Institute for Applied Systems Analysis (2011) referem que a recessão económica de nível global de 2008-2009 foi seguida por um declínio das taxas de fecundidade na Europa e nos EUA, dando fim ao primeiro aumento concertado da fecundidade no mundo desenvolvido desde 1960. Também identificaram quais os grupos específicos que estão a ser mais afectados pela recessão. Thomas Sobotka (2011) diz que os mais novos e os que ainda não têm filhos serão aqueles que, provavelmente, menos filhos terão durante a recessão. As mulheres mais educadas reagem à recessão e à incerteza do emprego adiando o nascimento dos filhos, adoptando uma estratégia de adiamento. Referem ainda que o aumento do desemprego e a instabilidade do emprego são factores decisivos desta tendência.

Apesar de ser cedo para estabelecer relações de causa-efeito, podemos adiantar algumas reflexões/ideias. Há que considerar dois tipos de efeitos: o impacto no “tempo” e no “quantum”.

No curto prazo, as mulheres que adiaram, actualmente com idades superiores 30 anos e que querem ter, pelo menos um filho, não poderão continuar, por razões biológicas, a adiar por muito mais tempo. Assim sendo, mesmo sem alteração de comportamentos e na ausência de medidas de política com esse objectivo específico, o resultado final será que o número de nascimentos irá muito provavelmente aumentar.

Num prazo mais longo, as mulheres mais jovens, com idades actualmente inferiores a 30 anos, devido ao aumento do desemprego, da precariedade, da incerteza, poderão adiar ainda mais o momento de ter o primeiro filho. Se tal se verificar, a fecundidade cada vez mais tardia poderá implicar “falhar” o número de filhos desejados. Em consequência, o número de nascimentos irá diminuir (em termos de coorte e de período).

Em Portugal, o efeito nos nascimentos anuais a serem registados nos próximos anos será visível através do resultado líquido entre o número de nascimentos adiados (ou antecipados) no caso das mães mais jovens e o número de nascimentos de mães mais velhas que tendo adiado o nascimentos dos filhos atingiram a idade limite imposta pelas condicionantes de fertilidade e apesar da incerteza e até da precariedade terão pelo menos um filho porque a questão que se colocará será entre “nascer agora” ou “renunciar a ser mãe”. A grande incógnita girará em torno de saber qual o efeito da incerteza nas mulheres mais novas?!

## Conclusão

Em síntese, quando se discute a situação de fecundidade de um país é importante ter presente que a fecundidade nacional é o resultado de milhões de decisões individuais tomadas na intimidade de cada casal.

Cada casal decide em função das suas circunstâncias específicas, circunstâncias essas que podem variar ao longo do tempo.

Essas circunstâncias particulares são influenciadas por factores distintos, que actuam com um diferente e variável grau de intensidade. As medidas de política que se pretendam eficazes na criação de um ambiente favorável à decisão de fecundidade dos casais não poderão ser estabelecidas de modo universal, mas antes tendo em conta a população-alvo que (ainda) pretende ter filhos. Deverão ainda ser mais orientadas para os factores que podem possibilitar nessas populações mudanças de comportamento. Por isso, não podem ser únicas nem universais, donde resulta à partida a sua grande variabilidade e frequentemente a sua ineficácia.

Todavia, se pretendêssemos identificar medidas macro que globalmente pudessem criar um ambiente favorável à decisão de fecundidade hoje, poderíamos indicar a diminuição do desemprego e a redução da precariedade como potenciadores desse ambiente, na generalidade.

Para os cientistas sociais, em particular, a necessidade de perceber em que medida a decisão de fecundidade está associada à noção de dimensão familiar desejada ou considerada “ideal” e às circunstâncias que, gradualmente, as vão transformando em intenções e, finalmente, em nascimentos. Esta deve, ainda, ser avaliada em termos de coorte e não usando um indicador do momento.

## Referências bibliográficas

Adsera, A., (2011). “The interplay of employment uncertainty and education in explaining second births in Europe”, in *Demographic Research*, 25 (16), 513-544.

Becker, G., (1981). *A Treatise on the Family*. Harvard University Press.

Billari, F., D. Philipov, M. R. Testa, (2009). “Attitudes, norms and perceived behavioural control: explaining fertility intentions in Bulgária”, in *European Journal of Population*, 25, 439–465.

Bongaarts, J., (2001). “The end of the fertility transition in the developed world”, New York, Population Council Working Paper No. 152.

Bongaarts, J., G. Feeney, (1998). “On the Quantum and Tempo of Fertility”, in *Population and Development Review* 24(2), 271–91.

Bongaarts, J., G. Feeney, (2000). “On the quantum and tempo of fertility: Reply”, in *Population and Development Review* 26(3): 560-564.

Bongaarts, J., G. Feeney, (2006). “The Quantum and Tempo of Life-Cycle Events”, in *Vienna Yearbook of Population Research*, 115-151.

Goldstein, J., W. Lutz, M. R. Testa, (2003). “The emergence of sub-replacement family size ideals in Europe”, in *Population Research and Policy Review*. 22 (5-6), 479-496.

Goldstein, J., M. Myrskylá, C. Schmertmann, E. Zagheni, (2011). “Recent rises in cohort fertility in the industrialized World: using bayesian methods to extrapolate trends while preserving cohort features”, extended abstract presented at Population Association of America 2011.

Hakim, C., (2001). *Work-Lifestyle Choices in the 21st Century: Preference Theory*, New York: Oxford University Press.

IIASA, (2011). “Fertility rates affected by global economic crisis”, International Institute for Applied Systems Analysis, Press Release, 28 June, Laxenburg, Áustria.

Liefbroer, A., (2009). “Changes in family size intentions across young adulthood: a life-course perspective”, in *European Journal Population* 25, 363-386.

Lutz, W., V. Skirbekk, M. R. Testa, (2006). “The low fertility trap hypothesis. Forces that may lead to further postponement and fewer births in Europe”, in *Vienna Yearbook of Population Research*, 167-192.

Maciel, A., M. F. Mendes, P. Infante, (2012). “Manutenção de uma baixa fecundidade versus alteração da dimensão ideal da família no Sul da Europa”, extended abstract a ser apresentado no VII Congresso Português de Sociologia, 19-22 Junho, Porto.

Maciel, A., M. F. Mendes, P. Infante, (2012). “Alguns contributos para a caracterização da baixa fecundidade em Portugal”, extended abstract a ser apresentado nas XIX Jornadas de Classificação e Análise de Dados, 28-31 Março, Tomar.

Mendes, M. F., (1993). *Análise Sócio-demográfica do Declínio da Fecundidade da População Portuguesa na Década de 80 - O caso particular do custo económico da criança*, PhD Thesis, Universidade de Évora, policopiado.

Mendes, M. F., J. R. Santos, (2008). “Planning to have a child: a socially conditioned decision? – New Evidence from the European Social Survey for Spain and Portugal”, in *Electronic Proceedings of the European Population Conference*, 9-12 July, Barcelona.

PRB, (2010). *World Population Data Sheet, 2010*. Population Reference Bureau, Washington, DC.

Rego, C., M. F. Mendes, A. Caleiro, (2008). “Acerca da eficácia das (recentes) políticas públicas de combate ao envelhecimento em Portugal: Algumas lições do passado”, comunicação apresentada no III Congresso Português de Demografia, Fundação Calouste Gulbenkian, 29-30 de Setembro e 01 de Outubro, Lisboa.

Ryder, N., (1964). “The process of demographic translation”, in *Demography* 1, 74-82.

Ryder, N. (1980). “Components of temporal variations in American fertility”, in Hiorns, R.W. (ed.), *Demographic Patterns in Developed Societies*, London: Taylor & Francis: 15-54.

Sobotka, T., (2004). *Postponement of childbearing and low fertility in Europe*. PhD Thesis, University of Groningen. Amsterdam, Dutch University Press.

Sobotka, T., (2009). “Sub-Replacement fertility intentions and uncertainty in Austria”, in *European Journal of Population*, 25, 387–412.

Sobotka, T., (2011). “Reproductive Decision-Making in a Macro-Micro Perspective (REPRO) - Synthesis and Policy Implications”, in *European Demographic Research Papers 1*. Vienna: Vienna Institute of Demography of the Austrian Academy of Sciences.

Testa, M. R., (2007). “Childbearing preferences and family issues in Europe: Evidence from the Eurobarometer 2006 survey.”, in *Vienna Yearbook of Population Research 2007*: 357-379.

UNFPA, (2011). *Relatório sobre a Situação da População Mundial, Fundo das Nações Unidas para a População (UNFPA)*, New York.



---

# A FECUNDIDADE EM PORTUGAL: UMA ANÁLISE SEGUNDO A ORDEM DO NASCIMENTO

---

ISABEL TIAGO DE OLIVEIRA

(ISCTE-IU)

## Resumo

Nesta análise é efectuada uma abordagem do declínio da fecundidade em Portugal segundo a ordem de nascimento com base nos indicadores disponibilizados pela Human Fertility Database.

Numa perspectiva cronológica, destaca-se a grande expressão da descida da fecundidade nos anos 80 – associada à diminuição dos segundos e terceiros nascimentos – e a menor dimensão da descida desde os anos 90 – decorrente, em grande medida, da descida dos segundos nascimentos.

Numa perspectiva de comparação com outros países, o baixo nível de fecundidade em Portugal está associado a uma menor expressão dos segundos nascimentos e seguintes e não a uma maior expressão das mulheres sem filhos.

## A Fecundidade em Portugal: uma Análise segundo a Ordem do Nascimento

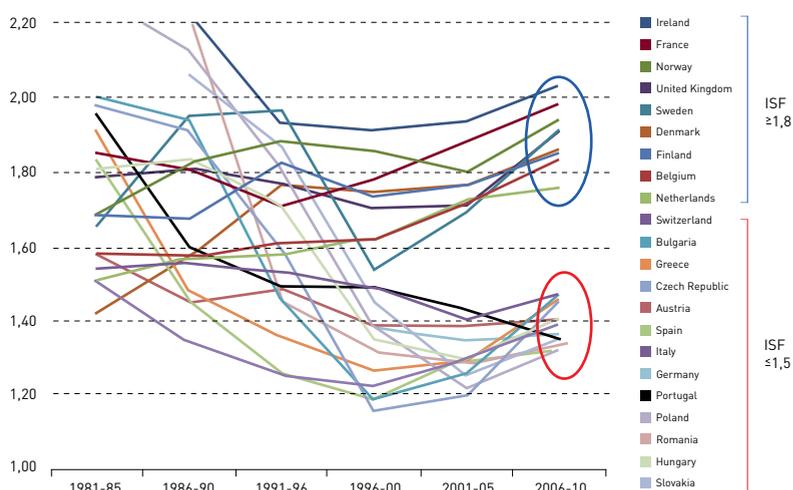
Esta análise tem como objectivo perceber a importância da variação na proporção de mulheres sem filhos, com apenas um filho, com dois filhos, com três e sucessivamente nos actuais níveis de fecundidade observados em Portugal. Esta abordagem, de âmbito estritamente demográfico, vai ser realizada segundo duas perspectivas. Na primeira etapa, de natureza cronológica, é efectuada uma avaliação

da contribuição relativa da diminuição da proporção de mulheres com um nascimento, com dois nascimentos, etc. na evolução da fecundidade. A segunda análise, centra-se sobre a situação actual, e compara a expressão da fecundidade segundo a ordem do nascimento, encontrada em Portugal, com a observada noutros países europeus.

Em suma, pretende-se perceber se a baixa fecundidade, em Portugal, se deve a uma maior proporção de mulheres sem filhos? A uma maior dificuldade na passagem para o segundo filho, para o terceiro? E assim sucessivamente.

No gráfico seguinte é possível observar a evolução da fecundidade em 22 países europeus desde os anos 80. Até meados dos anos 90, encontra-se uma grande diversidade de situações na fecundidade dos países europeus; progressivamente a situação altera-se e, desde finais dos anos 90, é possível encontrar dois grupos distintos de países. Estes dois grupos são, por um lado, bastante heterogéneos entre si e, em simultâneo, bastante homogéneos internamente.

Gráfico 1 - Evolução da Fecundidade (ISF) na Europa e em Portugal (1981-2010)



Fonte: Eurostat

No primeiro grupo encontram-se as regiões da Europa com fecundidade mais elevada: os países nórdicos e os países de língua inglesa, francesa, neerlandesa (Reino Unido, Irlanda, França, Bélgica e Holanda). O índice sintético de fecundidade (ISF) situa-se em torno, ou acima, dos 1.8 filhos por mulher, o que constitui um nível de fecundidade relativamente elevado no contexto europeu. Nesta região, para além dos maiores níveis de fecundidade, encontra-se actualmente uma tendência ascendente.

No polo oposto, encontramos as áreas de menor fecundidade: os países de língua alemã, do ex-bloco de Leste e os países da Europa do Sul. Nestas regiões a fecundidade é bastante mais baixa,

encontrando-se o ISF em torno dos 1.5 filhos por mulher, ou abaixo deste valor. Apesar dos níveis de fecundidade, na última década, serem claramente mais reduzidos, que no outro grupo de países, também aqui a fecundidade tende a aumentar.

Quadro 1 – Índice Sintético de Fecundidade (ISF) entre 2001 e 2010

	ISF - 2001-05	ISF - 2006-10	Diferença
<b>ISF ≥ 1.8</b>			
Ireland	1,93	2,03	0,10
France	1,89	1,98	0,09
Norway	1,80	1,94	0,14
United Kingdom	1,71	1,91	0,20
Sweden	1,69	1,91	0,22
Denmark	1,76	1,86	0,10
Finland	1,76	1,85	0,09
Belgium	1,71	1,83	0,12
Netherlands	1,72	1,76	0,03
<b>ISF ≤ 1.5</b>			
Switzerland	1,40	1,47	0,07
Bulgaria	1,25	1,47	0,22
Greece	1,29	1,46	0,17
Czech Republic	1,20	1,45	0,25
Austria	1,39	1,41	0,02
Spain	1,30	1,41	0,11
Italy	1,29	1,39	0,10
Germany	1,35	1,37	0,02
Portugal	1,43	1,35	-0,08
Poland	1,25	1,35	0,10
Romania	1,28	1,34	0,06
Hungary	1,29	1,32	0,02
Slovakia	1,22	1,32	0,11

Nos últimos anos, à excepção da Alemanha, da Áustria e da Hungria, onde a fecundidade sobe apenas muito ligeiramente e de Portugal onde a fecundidade desce, todos os outros países europeus vêm a sua fecundidade aumentar.

Na Europa, o declínio da fecundidade atingiu valores particularmente baixos no final do século XX. Nos anos 90, parte dos países europeus (fundamentalmente os países do ex-bloco soviético, os países de língua alemã e do Sul da Europa) viram a sua fecundidade manter-se, durante vários anos, abaixo dos 1.3 filhos por mulher. Este limite foi apontado por Kohler, Billari, e Ortega (2002), como a fronteira que definia os países com “lowest-low fertility”. Uma expressão que se constituiu como um referencial nos trabalhos de demografia sobre a Europa contemporânea. Já mais recentemente,

assistiu-se a uma inversão desta tendência encontrando-se uma recuperação da fecundidade na maioria destes países (Goldstein, Sobotka e Jasilioniene, 2009).

Comparativamente com os outros países do Sul da Europa, Portugal nunca atingiu valores tão baixos – nunca esteve abaixo dos 1.3 filhos por mulher – e, por outro lado, a fecundidade só atingiu os seus valores mínimos muito recentemente. É, por isso natural que ainda não se esteja, aqui, a assistir ao processo de recuperação da fecundidade que ocorre presentemente nos outros países europeus e que está associado ao abrandamento do ritmo de adiamento dos nascimentos. A especificidade portuguesa, no que respeita à continuidade do declínio, está dependente deste desfasamento temporal nos vários processos de declínio da fecundidade.

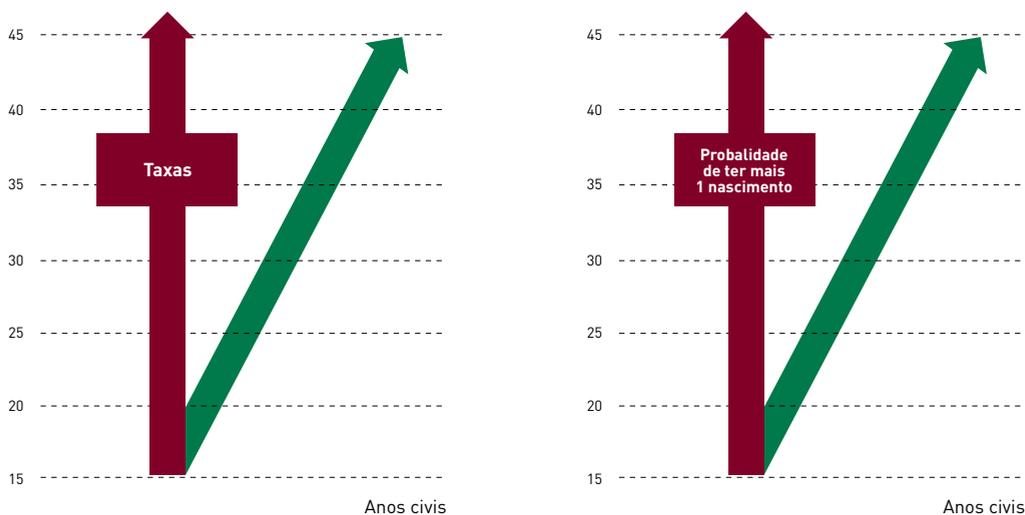
## Dados e Métodos

Nesta abordagem sobre a fecundidade em Portugal segundo a ordem do nascimento é imprescindível trabalhar com indicadores que permitam medir a importância de cada uma das ordens de nascimento isolando, em cada momento, os efeitos decorrentes da estrutura etária da população feminina e especificamente o efeito de composição da população feminina segundo o número de nascimentos anteriores.

O ISF é o indicador de fecundidade mais divulgado e mais utilizado nas análises sobre a fecundidade. A sua popularidade está associada ao facto de não exigir muitos dados para o seu cálculo. Para este indicador é necessário conhecer apenas os nascimentos segundo a idade da mãe e o número de mulheres em cada idade. Com base nas taxas específicas de fecundidade por idade, decorrentes destes dois elementos, é calculado o índice sintético de fecundidade. O seu valor corresponde à descendência final de uma geração imaginária sujeita, durante a sua vida fértil, a esta sequência de taxas específicas de fecundidade por idade. Não se trata da fecundidade final de uma geração real de mulheres, mas sim de uma geração hipotética que viveria segundo o padrão etário de fecundidade de uma dada sociedade num dado momento do tempo.

Esta translação das taxas, observadas num dado momento para uma geração imaginária, é efectuada com o objectivo de medir, em cada momento, a intensidade da fecundidade numa população, sem ser necessário esperar pelo final da vida fértil das gerações para se conhecer o nível de fecundidade. Para além de permitir medir a fecundidade com base nos valores actuais, o ISF é um indicador liberto dos efeitos de estrutura decorrentes da idade. Como se baseia nas taxas específicas de fecundidade, que resultam do rácio entre os nascimentos e o número de mulheres em cada grupo etário, este indicador não é afectado pelo envelhecimento da população feminina em idade fértil e permite análises comparativas entre diferentes populações ou momentos do tempo.

Figura 1 – Translação de taxas por idade ou de probabilidades de ter mais um filho



No entanto, o ISF apresenta algumas limitações. O adiamento dos nascimentos, que se traduz numa mudança dos padrões etários de fecundidade, induz uma subavaliação neste indicador relativamente à fecundidade das gerações. O indicador fecundidade, proposto por Bongaarts e Feeney para corrigir os efeitos decorrentes do adiamento dos nascimentos, sugere uma fecundidade subjacente superior à medida pelo índice sintético de fecundidade habitual (Bongaarts e Fenney, 1998; Sobotka, 2004; Oliveira, 2009)

Para além desta questão, as mudanças na composição da população feminina, segundo o número de filhos já nascidos, também causa distorções nos resultados deste indicador. Os nascimentos dependem não só da idade das mulheres mas também do número de nascimentos anteriores, pelo que as mudanças na composição da população feminina relativamente ao número de filhos associadas ao processo de declínio da fecundidade, se vai reflectir no ISF.

Para obviar este problema é possível utilizar a mesma técnica da translação demográfica, mas agora, com base nas probabilidades de ter mais um filho em cada uma das idades. É calculada uma tábua de fecundidade, na qual uma geração imaginária segue uma carreira reprodutiva de acordo com as probabilidades de ter um primeiro filho em cada uma das idades, de ter um segundo filho em cada idade, e assim sucessivamente.

Rallu e Toulemon (1994) propõem um indicador – o Parity and Age Total Fertility Rate (PATFR) – que se baseia na utilização destas probabilidades de ter mais um filho segundo a idade numa tábua de fecundidade. Numa primeira fase, a utilização das probabilidades de ter um primeiro filho, segundo a idade, dá origem à proporção de mulheres com um filho, em cada idade; numa segunda fase, as probabilidades de uma mulher ter um segundo filho, quando já tem um filho, são aplicadas

à série anteriormente calculada, dando origem à proporção de mulheres que têm um segundo filho; e, assim, sucessivamente para cada uma das ordens de nascimento.

Para cada uma destas ordens de nascimento pode ser medida a proporção de mulheres que atingiu essa descendência no final da vida reprodutiva. Assim, é possível conhecer a proporção de mulheres que teve pelo menos um filho (PATFR.1), que teve pelo menos dois nascimentos (PATFR.2), que teve pelo menos três filhos (PATFR.3), etc. A soma destes indicadores parciais, segundo a ordem de nascimento, dá origem ao indicador final: o PATFR corresponde à descendência final de uma geração hipotética que viveria segundo esta sucessão de probabilidades de ter mais um filho ao longo da sua vida fértil.

Mais uma vez, as probabilidades são as observadas num dado momento e o valor do PATFR não corresponde a nenhuma geração real, mas constitui a forma mais precisa de avaliar a intensidade da fecundidade de uma população num dado momento.

Trata-se de uma análise da fecundidade que mede com muito maior rigor a fecundidade num dado momento, uma vez que para além da idade da mulher é controlado o número de filhos anteriores – factor crucial na análise das probabilidades de ter mais um filho. Para além de medir com maior rigor o nível de fecundidade (como se verá diante o PATFR aponta para níveis de fecundidade ligeiramente superiores aos do ISF) permite também perceber a importância relativa das mulheres sem filhos, dos primeiros nascimentos, dos segundos nascimentos, etc.

A par das vantagens, o PATFR apresenta um problema importante: exige dados muito mais detalhados para o seu cálculo do que o índice sintético de fecundidade. Por isso mesmo, o PATFR raramente está disponível.

Foi calculado, pontualmente, em alguns trabalhos de investigação e, muito recentemente passou a estar disponibilizado, para alguns países, na Human Fertility Database (<http://www.humanfertility.org/>). Portugal é um dos países para os quais este indicador foi calculado e, é com base nesta informação, que a presente análise foi efectuada.

Dado que o cálculo destas tábuas de fecundidade decorre das taxas que relacionam os primeiros nascimentos com as mulheres sem filhos (os segundos nascimentos com as mães de um filho, os terceiros nascimentos com as mulheres com dois filhos e assim sucessivamente) é necessário que existam dados sobre os nascimentos segundo o número de filhos anteriores (e de acordo com a idade) e, em simultâneo, que existam dados sobre a população feminina em função da idade e do número de filhos. Se em relação aos nascimentos as estatísticas anuais oferecem regularmente essa informação, em relação às mulheres segundo a idade e o número de filhos, a disponibilidade é menor. Esta última informação só foi obtida nos censos populacionais de 1981 e de 1991.

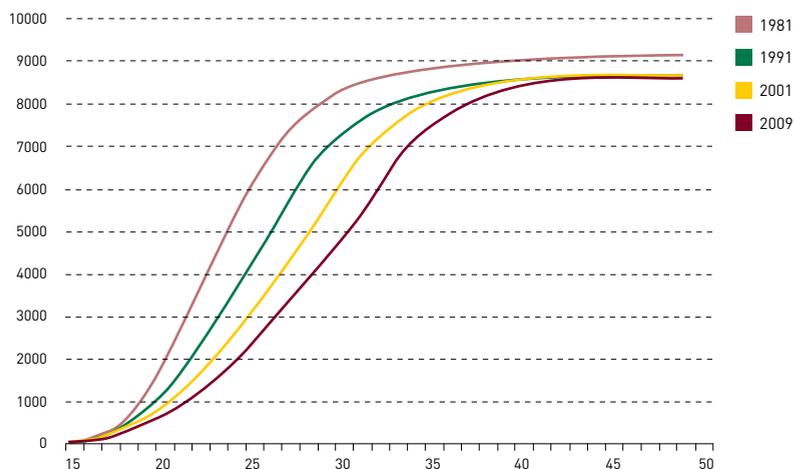
Assim, para Portugal, este indicador foi calculado para 1981 e para 1991, com base nos censos. Para além destas duas datas, a Human Fertility Database produziu estimativas para este indicador desde 1991 até 2009 com base em estimativas da população feminina segundo a idade e o número de filhos. Por este motivo, as análises aqui efectuadas para o período posterior aos anos 90 oferecem um menor grau de segurança do que a análise efectuada para os anos 80. Esta análise, sobre a fecundidade segundo a ordem de nascimento, inicia-se em 1981, porque é a primeira data para a qual existe este tipo de indicador.

## A evolução da proporção de mulheres segundo a idade e o número de filhos

O Parity and Age Total Fertility Rate (PATFR) constitui o resultado final de uma tábua de fecundidade calculada segundo a idade e o número de nascimentos anteriores. Para além deste resultado, que será analisado posteriormente, estas tábuas de fecundidade permitem a análise de cada uma das ordens de nascimento em separado, quer no final da vida reprodutiva, quer ao longo do ciclo de vida.

No gráfico seguinte pode observar-se a proporção<sup>1</sup> de mulheres que já teve pelo menos um filho, de acordo com a idade, em vários momentos do tempo.

Gráfico 2 - Mulheres com pelo menos um filho segundo a idade (Portugal, 1981 a 2009)



É possível observar uma deslocação sucessiva das curvas para a direita, o que mostra como a mesma proporção de mulheres que já foram mães é atingida progressivamente em idades mais tardias. Esta deslocação das curvas mostra o processo de adiamento dos nascimentos, que usualmente é apreciado a partir da evolução da idade média ao primeiro filho. Tal como na generalidade dos países europeus, em Portugal assistiu-se a um importante processo de adiamento dos nascimentos que tem caracterizado a fecundidade nos tempos recentes (Sobotka, 2004; Oliveira, 2009).

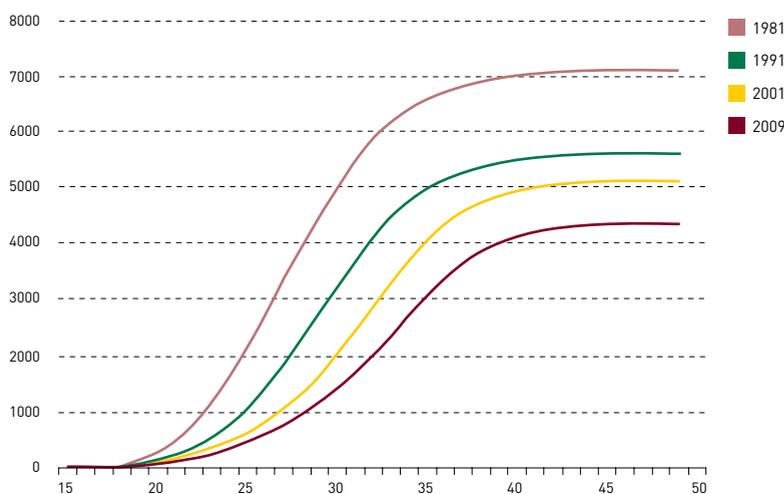
Para além deste adiamento dos primeiros nascimentos, é possível verificar o nível de fecundidade atingido no final da vida reprodutiva. É bem visível que, entre 1981 e 1991, se verificou uma diminuição da proporção de mulheres que foram mães. Em 1981, o PATFR referente aos primeiros nascimentos situa-se em 0.91. Isto significa que, de acordo com as probabilidades observadas em

<sup>1</sup> Esta proporção não se refere à população real, mas à proporção de mulheres na geração imaginária que decorre da aplicação das probabilidades de ter mais um filho numa tábua de fecundidade.

1981, 91% das mulheres seriam mães se vissem segundo este modelo de fecundidade ao longo de toda a sua vida fértil. De 1981 para 1991, o PATFR.1 desce de 91% para 87%, assim, nos anos 80, a proporção de mulheres que são mães ao longo da sua vida reprodutiva diminui 4%.

Desde aí, os níveis mantêm-se estáveis: 0.87 em 2001 e 0.86 em 2009. Pode concluir-se que, desde os anos 90, a intensidade da fecundidade dos primeiros nascimentos não mostra uma tendência significativa para diminuir. Por outras palavras, a proporção de mulheres sem filhos, no final da vida reprodutiva, não sofre nenhum aumento significativo na população portuguesa nos últimos 20 anos.

Gráfico 3 - Mulheres com pelo menos dois filhos segundo a idade (Portugal, 1981 a 2009)



Fonte: Human Fertility Database

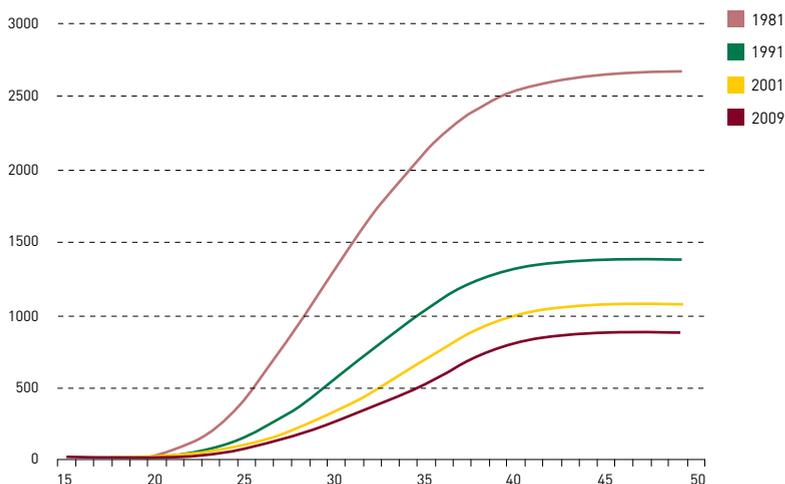
A análise dos segundos nascimentos mostra uma evolução diversa. Para além do adiamento dos nascimentos, a proporção de mulheres que tem um segundo filho no final da sua vida reprodutiva sofre uma importante diminuição e, além disso, este decréscimo não acontece apenas nos anos 80 mas prolonga-se no tempo.

O adiamento dos segundos nascimentos é visível nestas curvas. Tal como anteriormente, o progressivo deslocamento para idades mais tardias, mostra como a mesma proporção de mulheres que viveu um segundo nascimento só é atingida numa fase mais avançada da vida.

A descida na proporção de mulheres que tem um segundo nascimento é muito acentuada nos anos 80 – o PATFR.2 desce de 0.71 para 0.56. Numa década passa-se de 71% de mulheres a terem um segundo nascimento para 56%. Trata-se de uma descida muito expressiva: cerca de 15%. No entanto, ao contrário do que acontece com os primeiros nascimentos, a diminuição na proporção de mulheres que tem um segundo filho continua até 2009, quando atinge apenas 44%. Desde os anos 90 a descida continuou embora de forma menos intensa: cerca de 12% em quase duas décadas.

Os dois gráficos seguintes mostram o mesmo tipo de situação encontrada nos segundos nascimentos: um adiamento significativo dos terceiros e quartos filhos e, fundamentalmente, uma importante redução da proporção de mulheres que, no final da sua vida reprodutiva, atingiu uma descendência desta dimensão ou superior.

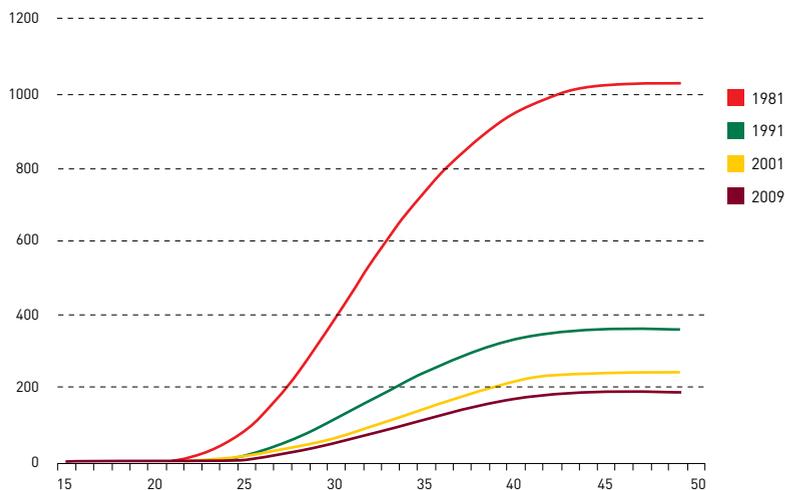
Gráfico 4 - Mulheres com pelo menos três filhos segundo a idade (Portugal, 1981 a 2009)



Fonte: Human Fertility Database

A diminuição da proporção de mulheres que têm um terceiro filho é bastante acentuada. De 1981 para 1991, a percentagem reduz-se quase para metade: de 27% para 14%. Desde aí, verifica-se uma continuação da diminuição na importância relativa destas mulheres, mas o ritmo de declínio é mais atenuado – em 2001 a proporção é de 11% e em 2009 de 9%.

Gráfico 5 - Mulheres com pelo menos quatro filhos segundo a idade (Portugal, 1981 a 2009)



Fonte: Human Fertility Database

Tal como para os segundos e terceiros nascimentos, também aqui a redução é mais acentuada nos anos 80 e mais lenta deste aí. Mas a proporção de mulheres com pelo menos quatro filhos sempre foi mais baixa e, na actualidade é muito reduzida. De 10%, em 1981, desce para 4% em 1991, passando depois para 2% nos dois momentos seguintes.

Em suma, qualquer que seja a ordem de nascimento, a maior descida verifica-se nos anos 80. Apesar de nos nascimentos de ordem superior as descidas serem proporcionalmente maiores, o seu impacto na fecundidade final não é muito acentuado, uma vez que a proporção de mulheres que atingia esta descendência sempre foi menor.

No quadro seguinte podemos observar os valores do PATFR, em 1981, 1991, 2001 e 2009, assim como a evolução observada entre estes momentos. Para além dos valores totais deste indicador, encontram-se também os valores para cada uma das ordens de nascimento.

Quadro nº2: Fecundidade segundo a ordem do nascimento (Portugal, 1981 a 2009)

Valores Observados	1981	1991	2001	2009
PATFR.1	0,914	0,866	0,869	0,861
PATFR.2	0,712	0,561	0,512	0,439
PATFR.3	0,267	0,137	0,108	0,086
PATFR.4	0,103	0,036	0,024	0,019
PATFR.5	0,097	0,020	0,010	0,005
PATFR	2,092	1,620	1,523	1,410
Descida (em valor absoluto)	1981-1991	1991-2001	2001-2009	1981-2009
PATFR.1	-0,05	0,00	-0,01	-0,05
PATFR.2	-0,15	-0,05	-0,07	-0,27
PATFR.3	-0,13	-0,03	-0,02	-0,18
PATFR.4	-0,07	-0,01	-0,01	-0,08
PATFR.5	-0,08	-0,01	-0,01	-0,09
PATFR	-0,47	-0,10	-0,11	-0,68
Descida (em percentagem)	1981-1991	1991-2001	2001-2009	1981-2009
PATFR.1	10,2	-3,1	7,1	7,8
PATFR.2	32,0	50,5	64,6	40,0
PATFR.3	27,5	29,9	19,5	26,5
PATFR.4	14,2	12,4	4,4	12,3
PATFR.5	16,3	10,3	4,4	13,5
PATFR	100,0	100,0	100,0	100,0

Entre 1981 e 2009 a fecundidade final desce de 2.09 para 1.62 filhos o que corresponde a cerca de 70% da descida total verificada nestas três décadas. Os anos 80 são, de facto, o período mais marcante na descida da fecundidade (é nesta década que se ultrapassa o limiar de substituição de gerações, na sequência de um declínio acentuado de fecundidade que se tinha iniciado em meados dos anos 60).

Desde os anos 90 até finais da primeira década do século XXI, a diminuição da fecundidade é menos acentuada que anteriormente e vai resultar de tendências homogêneas na importância relativa das diferentes ordens de nascimento.

Se considerarmos, em simultâneo, a magnitude das descidas e a composição das descidas, podemos encontrar dois subperíodos com características homogêneas.

Os anos 80, nos quais se verificou a maior diminuição da fecundidade, é um período no qual a evolução resulta de descidas em todas as ordens de nascimentos. Nesta década, a diminuição dos segundos nascimentos é responsável por cerca de 32% da descida e a diminuição dos terceiros nascimentos é responsável por 28%. A descida dos quartos e quintos (e seguintes) nascimentos têm ainda alguma expressão (14 e 16%). Mas, este período caracteriza-se por ser o único no qual se encontra

uma diminuição da proporção de mulheres que tem um primeiro filho: a descida dos primeiros nascimentos é responsável por 10% da diminuição encontrada nesta década.

Desde 1991 que a descida da fecundidade se baseia na diminuição dos segundos e terceiros nascimentos. O declínio dos segundos nascimentos contribui com 50% e 65% das descidas verificadas, na última década do século XX e na primeira do século XXI, e o dos terceiros nascimentos com 30% e 20% nos mesmos períodos.

Os segundos nascimentos, para além de constituírem a maior causa de declínio desde 1981, revelam uma tendência para aumentar a sua contribuição relativa para as descidas da fecundidade. Pelo contrário, os terceiros nascimentos, que detinham quase a mesma importância na descida verificada nos anos 80, perdem progressivamente importância como causa da descida da fecundidade.

A diminuição dos quartos e quintos nascimentos tem ainda algum peso nos anos 90, mas muito pequena expressão nos últimos anos. Os primeiros nascimentos mostram pequenas variações: assistiu-se a um ligeiro aumento entre 1991 e 2001 e depois uma diminuição (é possível que estes movimentos de sentido contrário estejam associados a pequenas oscilações anuais). Em 2009 a proporção de mulheres que são mães no final da sua vida reprodutiva é muito similar à encontrada em 1991 (86.6% e 86.1%).

Em síntese, pode concluir-se que em Portugal, o declínio da fecundidade está muito associado à diminuição da probabilidade das mulheres terem um segundo filho e um terceiro filho. De entre estes dois factores, é a importância dos segundos filhos que se destaca. Por um lado, constituem sempre a maior causa de descida da fecundidade, por outro, a importância relativa da sua descida, para o declínio global da fecundidade, tem vindo a acentuar-se.

## **Análise comparativa com outros países**

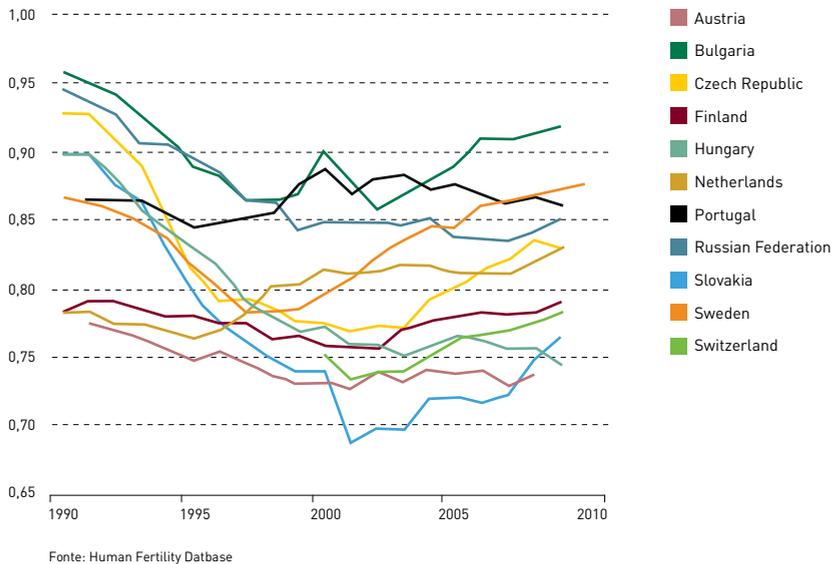
Para além desta análise cronológica sobre a evolução da fecundidade em Portugal é relevante perceber se Portugal apresenta um perfil semelhante ou diferente dos outros países, em relação à importância das diversas ordens de nascimento?

Como este tipo de indicador, decorrente das probabilidades de ter mais um filho segundo o número de filhos anteriores, não é calculado de forma sistemática pelos institutos de estatística ou por organismos internacionais, só é possível fazer esta análise comparativa com os poucos países para os quais a Human Fertility Database disponibiliza os dados.

Esta análise comparativa inicia-se nos anos 90, quando a fecundidade o percurso da fecundidade já ultrapassou o limiar do nível de substituições de gerações nos países europeus e quando se pode considerar que, na Europa, se entrou numa fase de baixa fecundidade de forma estável e consolidada.

No gráfico seguinte pode observar-se a evolução da proporção de mulheres que tiveram pelo menos um filho durante a sua vida reprodutiva (PATFR.1), isto é das mulheres que são mães.

Gráfico n.º 6 - Proporção de mulheres que tem, pelo menos, um filho

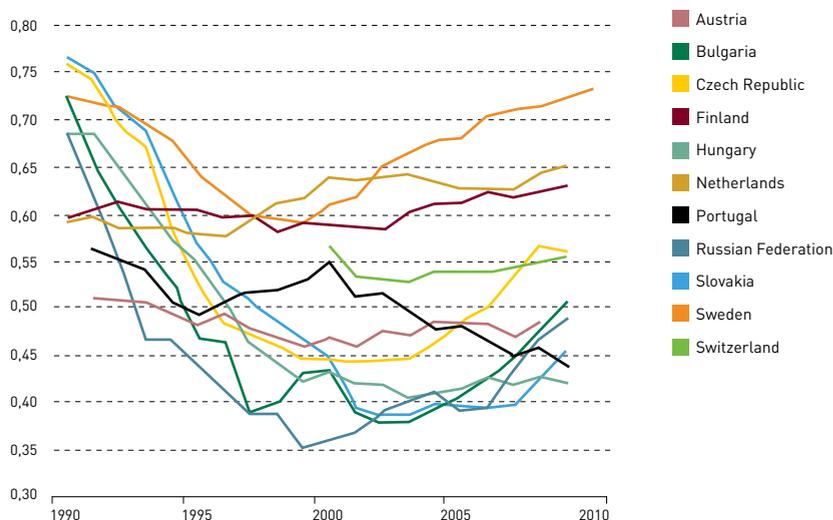


Como se pode observar, Portugal tem uma boa situação em termos comparativos no que respeita à proporção de mulheres que têm filhos. Apesar de se notarem algumas oscilações anuais, a proporção de mulheres que tem pelo menos um filho é bastante regular situando-se, na actualizada, entre os valores mais elevados neste conjunto de países europeus.

A reduzida proporção de mulheres sem filhos, resultante deste indicador, confirma a ideia apontada por Frejka e Sardon (2007) e Frejka (2008). Nestas análises, sobre a fecundidade das mulheres nascidas em meados dos anos 60, Portugal surge como o país europeu onde a proporção de mulheres sem filhos é mais reduzida - com valores muito diferentes dos restantes países da Europa do Sul, mas também das outras regiões europeias. Também uma investigação de Cunha e Gauthier (2011), onde é comparada a fecundidade das mulheres nascidas na segunda metade dos anos 30, dos anos 50 e dos anos 70, aponta para uma reduzida percentagem de mulheres sem filhos, nas gerações que já terminaram a sua vida reprodutiva e prevê a continuação deste tendência na geração mais recente.

Referindo-se a gerações que já se encontram na fase final da sua vida fértil, os resultados de Frejka e Sardon podiam, ou não, ser confirmados na actualidade. Esta análise, baseia-se nas probabilidades de ter mais um filho (de acordo com o número de filhos anteriores) observadas no presente. Apesar de não serem resultados directamente comparáveis - uma vez que os resultados desta análise não se referem a nenhuma geração real mas a uma geração imaginária que viveria segundo o modelo de fecundidade observado no presente - estes resultados confirmam a especificidade da fecundidade portuguesa no contexto europeu.

Gráfico n.º 7 - Proporção de mulheres que tem, pelo menos, dois filhos

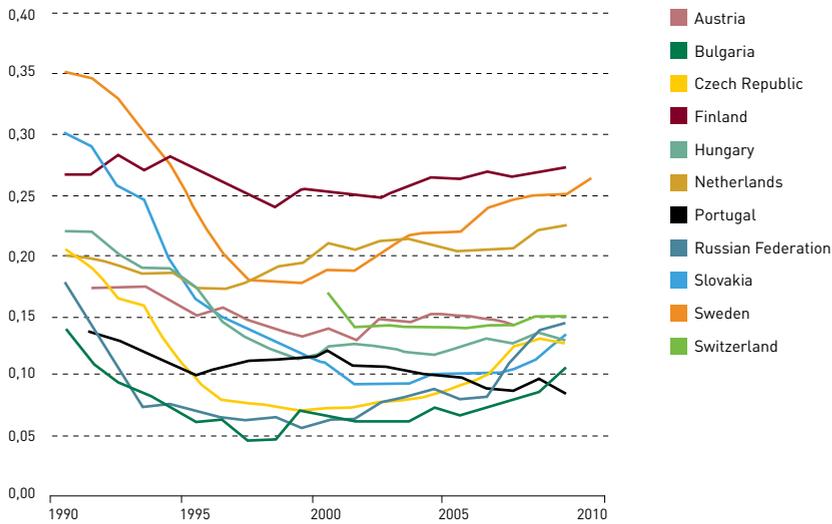


Fonte: Human Fertility Database

Em relação aos segundos nascimentos Portugal apresenta, em termos comparativos, níveis relativamente baixos nos segundos nascimentos. Nos anos 90, para além das pequenas flutuações, pode verificar-se que a proporção de mulheres que tem um segundo filho nunca se situou em níveis elevados. Nos tempos mais recentes assiste-se a uma tendência para a diminuição desta proporção e, na actualidade, Portugal ocupa os últimos lugares.

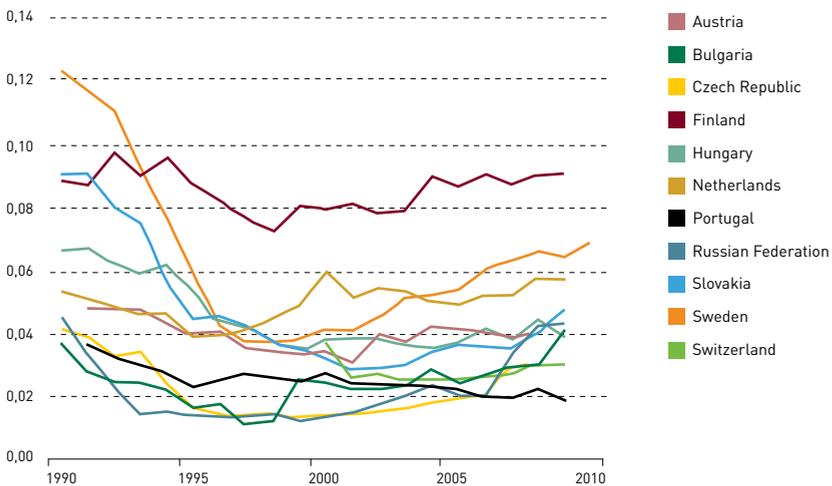
Se a tendência para uma reduzida proporção de mulheres que tem um segundo nascimento era notória no gráfico anterior, os dois gráficos seguintes mostram como os terceiros e quartos nascimentos são ainda mais reduzidos em Portugal.

Gráfico n.º 8 - Proporção de mulheres que tem, pelo menos, três filhos



Fonte: Human Fertility Database

Gráfico n.º 9 - Proporção de mulheres que tem, pelo menos, quatro filhos

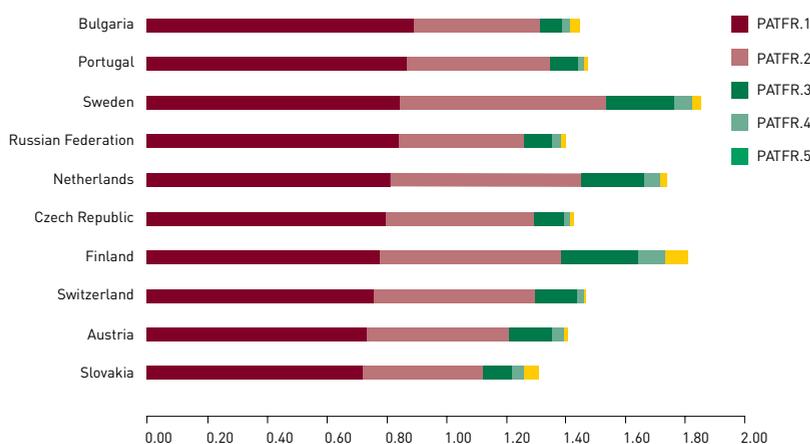


Fonte: Human Fertility Database

Tanto a proporção de mulheres que tem pelo menos 3 filhos, como a que tem pelo menos quarto filhos, apresentam, desde os anos 90, valores muito pequenos comparativamente com os outros países para os quais estão disponíveis dados. Nos últimos anos, Portugal ocupa mesmo o último lugar de entre os países em análise.

No gráfico seguinte pode observar-se, em simultâneo, o valor do PATFR total e a sua composição segundo a ordem do nascimento, para os países europeus, a partir do seu valor médio entre 2001 e 2009.

Gráfico n.º 10 – Fecundidade em alguns países europeus no início do século XXI



Fonte: Human Fertility Database

A comparação dos PATFR, segundo a ordem de nascimento, permite perceber que os países onde a fecundidade total é mais elevada – a Suécia, Finlândia e a Holanda – são aqueles nos quais a proporção de mulheres que tem um segundo filho (PATFR.2) e a proporção que tem um terceiro nascimento (PATFR.3) são mais elevadas. Pelo contrário, os países onde a fecundidade é mais reduzida são aqueles onde os segundos nascimentos são menos frequentes.

## Conclusão:

Os segundos e terceiros nascimentos parecem ser a peça chave na descida da fecundidade observada em Portugal. Os segundos nascimentos representam cerca de 40% da descida observada desde 1981, mas o seu peso acentua-se com o tempo e contribuem com quase 60% da descida desde os anos 90. A diminuição dos terceiros nascimentos é a causa de cerca de 27% da descida observada, mas o seu peso relativo foi diminuindo com o tempo.

A par desta análise cronológica, pode observar-se que, em termos de comparação geográfica, a fecundidade da população portuguesa apresenta níveis relativamente elevados na proporção de mulheres que têm filhos. Os baixos valores da fecundidade no nosso país não estão associados a nenhuma importância especial das mulheres sem filhos, pelo contrário Portugal é dos países em que a proporção de mulheres que não têm filhos é menor, tal como apontam outros estudos.

A explicação dos baixos níveis de fecundidade observados em Portugal está associada à menor probabilidade de as mulheres terem um segundo e um terceiro filho. Mas, fundamentalmente, com a menor frequência com que as mulheres portuguesas passam do primeiro para a segundo nascimento. Esta conclusão é apontada quer pela abordagem cronológica, quer pela comparação com os outros países europeus.

Como todas as análises, também esta abordagem apresenta algumas limitações. Neste caso destacam-se duas. A primeira destas limitações decorre do facto de este indicador estar disponível, de forma sistemática, para muito poucos países. Seria particularmente importante comparar Portugal com países como Espanha e Itália, pela similaridade em muitos aspectos da história demográfica recente; mas também com outros países nos quais vigoram políticas sociais orientadas, por vezes, para objectivos demográficos determinados ou, mais frequentemente, orientadas no sentido de favorecer factores considerados determinantes na fecundidade (a compatibilização entre o trabalho feminino e a vida familiar, a igualdade de género, etc.).

Para além desta limitação, importa destacar uma outra questão. Foi já referido que as probabilidades de ter mais um filho, nas quais se baseia toda esta análise, foram obtidas pela conjugação dos dados das estatísticas demográficas anuais com os dados censitários, em 1981 e em 1991, e com estimativas para a população feminina (segundo a idade e o número de nascimentos) feitas para Human Fertility Database a partir dos anos 90. Por se basear em estimativas e não em valores observados, os resultados desta análise mais recente não oferecem a mesma segurança do que os referentes à década de oitenta e devem, por isso, ser lidos com alguma precaução.

## Referências

Billari, Francesco and Hans-Peter Kohler (2004), “Patterns of Low and Lowest-Low Fertility in Europe.” *Population Studies* 58(2), 161-176.

Bongaarts, John and Griffith Feeney (1998), “On the quantum and tempo of fertility,” *Population and Development Review* 24(2): 271–291.

Cunha, Vanessa e Gauthier, Jacques-Antoine (2011), Is postponement a new pathway to childlessness? Outlining the (un)reproductive trajectories of three generations of Portuguese men and women, Lisboa: ICS-UL [working paper]

Frejka, Tomas e Jean-Paul Sardon (2007), “Cohort birth order, parity progression ratio and parity distribution trends in developed countries”, *Demographic Research*, 16:315-374.

Frejka, Tomas (2008) - Parity distribution and completed family size in Europe Incipient decline of the two-child family model” Demographic Research, 19:47-72

Goldstein, Joshua R., Tomas Sobotka e Aiva Jasilioniene (2009), « The end of « Lowest-Low Fertility ?, Population and Development Review 35 (4) : 663-699.

Kohler Hans-Peter, Francesco C. Billari e José António Ortega (2002),. "The Emergence of Low-est-Low Fertility in Europe During the 1990s." *Population and Development Review* 28(4), 641-680.

Oliveira, Isabel Tiago (2009), “O Adiamento da Fecundidade em Portugal (1980-2008)”, *Revista de Estudos Demográficos*, 46: 17-38.

Mendes, M. Filomena, Isabel Oliveira, M. Graça Magalhães, Filipe Ribeiro, Lidia Tomé e Kryštof Zeman (2011) , *Human Fertility Database Documentation: Portugal* (humanfertility.org/Docs/PRT/PRTcom.pdf)

Rallu, Jean-Louis, and Laurent TOULEMON (1994), “Period fertility measures: The construction of different indices and their application to France, 1946–89,” *Population: An English Selection* 6: 59–94.

Sobotka, Tomas (2004), “Is lowest-low fertility in Europe explained by the postponement of child-bearing?” *Population and Development Review* 30(2): 195–220.





---

# AS DECISÕES REPRODUTIVAS NA SOCIEDADE PORTUGUESA: ELEMENTOS PARA UMA REFLEXÃO SOBRE O ALCANCE E OS LIMITES DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NA NATALIDADE

---

VANESSA CUNHA

(ICS-UL)

## Resumo

O incentivo à natalidade constitui um tópico recorrente da agenda política dos países europeus que registam uma baixa fecundidade persistente, como é o caso de Portugal, pelas suas consequências na sustentabilidade demográfica e do próprio Estado Social.

No entanto, importa refletir sobre o lugar das políticas públicas de natalidade no quadro da privatização dos comportamentos reprodutivos; perceber se a preocupação política encontra eco nos interesses e nas necessidades concretas dos cidadãos, numa esfera da vida privada feita de escolhas, preferências e recusa do controlo social.

Ora, a baixa fecundidade da sociedade portuguesa encerra particularidades no contexto europeu. Ao contrário do que é já uma tendência consistente noutros países – haver uma franja expressiva da população que, por escolha ou circunstância, não tem filhos – em Portugal a transição para a parentalidade continua a ser procurada e alcançada pela esmagadora maioria da população. Em con-

trapartida, a transição para o segundo filho dá sinais de ser cada vez mais difícil de alcançar, tendo em conta a elevada proporção de filhos únicos, muito embora o ideal dos 2 filhos continue a marcar amplamente as preferências dos portugueses.

Este desacerto entre ideais e comportamentos reprodutivos constitui, assim, uma porta da entrada para as políticas de natalidade. No entanto, para apreendermos o alcance e os limites da sua influência, importa dar a palavra aos atores sociais. Só assim podemos conhecer as intenções reprodutivas e as razões que ditam ou condicionam as decisões que estão a ser tomadas presentemente na sociedade portuguesa.

A partir de resultados de uma investigação do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, vamos dar a conhecer as intenções reprodutivas de homens e mulheres da coorte de 1970-75, bem como a diversidade de razões que são pesadas numa eventual transição para o segundo filho.

O que se constata é que, se há arenas que poderão ser menos permeáveis a políticas de incentivo à natalidade, há outras que merecem uma reflexão aprofundada, pois apontam para um conjunto de condições mínimas que homens e mulheres consideram importantes na decisão de ter um filho e que não estão a ser devidamente garantidas.

## Introdução:

### Que lugar para as políticas públicas de natalidade no quadro da privatização dos comportamentos reprodutivos?

Se a inclusão do tópico da baixa natalidade na agenda política de variadíssimos países tem sido legitimada pelas suas consequências na sustentabilidade demográfica das populações, das sociedades e do próprio Estado Social como o conhecemos – assente num contrato entre gerações, a seu tempo contributivas e beneficiárias –, a verdade é que as transformações demográficas no campo da fecundidade resumem, afinal, mudanças que têm vindo a operar-se à escala micro dos comportamentos reprodutivos dos indivíduos.

E que mudanças são essas? São mudanças que exprimem a passagem de um paradigma reprodutivo que podemos designar de *exo-regulado* – no qual são instâncias exteriores (a Igreja e o Estado em primeira linha, mas também os códigos sociais) que definem quem tem o direito e dever de aceder à sexualidade reprodutiva e quem fica excluído dela, sancionado mesmo as condutas desviantes – para um paradigma reprodutivo fundamentalmente *endo-regulado* – no qual a reprodução assume um estatuto de assunto privado, sem lugar para ingerências, cabendo aos indivíduos o direito à escolha. E aqui não estamos a falar apenas da escolha entre ter ou não ter filhos. Em boa verdade, trata-se de uma sucessão de escolhas que implicam uma grande dose de agenciamento: escolher ter 1, 2 ou 3 filhos; escolher fazer uma vigilância contraceptiva cerrada e escolher suprimi-la quando chega o momento certo; escolher recorrer à interrupção da gravidez quando esta não é desejada, ou escolher levá-la adiante; escolher recorrer à procriação medicamente assistida quando, pelo contrário, a gravi-

dez é desejada mas teima em não chegar; e, até, escolher em consciência não fazer escolhas em relação ao número de filhos e ao momento certo para os ter, por parte daqueles para quem essa escolha é um projeto de vida.

Assim sendo, este novo paradigma reprodutivo abre caminho à diversidade de comportamentos reprodutivos – dentro, mas agora também fora da vida em casal – tornando as formas de constituir e viver em família também elas mais livres e plurais, pelo que é de admitir que ter apenas 1 filho, ou não ter de todo, podem configurar novos e legítimos ideais de vida privada, pelo menos em determinados setores da população.

Esta é, aliás, a ideia avançada por alguns autores, ao constatarem sinais de mudança nos ideais de fecundidade dos europeus (Goldstein et al., 2003; Lutz et al., 2006). Contrariando o que tem sido regra de há algumas décadas a esta parte na sociedade europeia – a grande estabilidade e generalização do ideal dos 2 filhos – estes autores verificaram que, nos países de língua alemã, as coortes etárias mais jovens começam a declarar ideais de fecundidade abaixo dessa fasquia simbólica. A justificação que encontram para tal, é o fato de esses países terem sido pioneiros no declínio da fecundidade para níveis muito baixos. O ambiente familiar e social no qual estas coortes jovens – que, entretanto, chegaram à idade reprodutiva – nasceram e foram socializadas, terá conduzido à idealização desse modelo de família mais pequena. Inclusivamente, estes autores arriscaram a hipótese de que esta tendência emergente iria registar-se em breve noutros países de baixa fecundidade persistente, entre os quais estariam Portugal e os restantes países da Europa do Sul.

Ora, sendo conhecido o papel catalisador das preferências no enquadramento dos comportamentos reprodutivos em contexto de *endo-regulação*, este cenário deixa pouca margem de manobra para esperar uma retoma da fecundidade nos países que, como disseram, caíram nesta “armadilha” (Lutz et al., 2006). E, assim sendo, é legítimo perguntar se há aqui lugar para políticas públicas de incentivo à natalidade, ou seja, se a preocupação política com o cenário demográfico encontra eco nos interesses dos cidadãos nesta esfera da vida privada. Vamos, portanto, tentar responder a esta interrogação.

Vários são os autores que têm pensado esta questão avaliando o alcance das medidas políticas de diferentes países nos seus níveis de fecundidade (Gauthier, 2007; Thévenon & Gauthier, 2011; McDonald, 2002/3)<sup>1</sup>. Trata-se de uma reflexão sem dúvida fundamental e que importa fazer para o caso português. No entanto, a proposta deste texto é outra, é a de iluminar a perspetiva dos atores sociais, homens e mulheres que se encontram numa faixa etária economicamente ativa e de constituição da vida familiar. Pretende-se conhecer as suas intenções reprodutivas e o modo como fazem sentido das mesmas, ou seja, as razões que determinam ou condicionam as suas decisões na esfera da reprodução. Só desta forma podemos reconhecer a diversidade de circunstâncias que sustenta a baixa fecundidade na sociedade portuguesa e identificar as medidas de incentivo à natalidade que podem ir ao encontro dos interesses dos cidadãos – dando resposta às suas necessidades concretas – mas também os seus limites no quadro da privatização das decisões reprodutivas.

---

1 Sobre a evolução, nos últimos anos, das políticas de famílias em Portugal ver Wall, Aboim & Leitão (2010).

## A baixa fecundidade portuguesa à luz das trajetórias reprodutivas das gerações

A baixa fecundidade portuguesa encerra particularidades no contexto europeu que importa sublinhar: é um dos países onde a proporção de filhos únicos é mais elevada, mas onde a proporção de mulheres sem filhos é das mais baixas, se não mesmo a mais baixa (Frejka, 2008). Se considerarmos a coorte de mulheres nascidas em meados dos anos 60, 32% tiveram apenas 1 filho e só 5% não tiveram filhos<sup>2</sup>. Para percebermos o significado deste número, importa referir que em países com níveis elevados de fecundidade no contexto europeu, como a França ou a Suécia, a proporção de mulheres que não fizeram a transição para a maternidade situou-se entre 10 e 15%; e em Itália, país com um ISF<sup>3</sup> próximo do nosso, praticamente uma mulher em cada 4 não teve filhos (Frejka, 2008). E por que é que é importante sublinhar este dado? Porque, ao contrário do que é já uma tendência consistente em vários países europeus – haver uma franja expressiva da população que, por escolha ou circunstância, não tem filhos (González & Jurado-Guerrero, 2006) – na sociedade portuguesa a transição para a parentalidade continua a ser procurada e alcançada pela esmagadora maioria da população. Em contrapartida, a transição para o segundo filho, essa sim, dá sinais de ser cada vez mais difícil de alcançar (Cunha, 2007)<sup>4</sup>, apesar de o ideal dos 2 filhos continuar a marcar amplamente as preferências dos portugueses, como comprovam dados do Eurobarómetro sobre ideais de fecundidade (Testa, 2007).

Daí a necessidade de nos interrogarmos sobre as condições que interferem nas escolhas e ditam as decisões reprodutivas dos portugueses, para tal indagando aqueles que estão numa faixa etária onde estas decisões estão a ser ou foram tomadas recentemente. E foi justamente o que fizemos, no âmbito de um projeto de investigação<sup>5</sup> que visou reconstituir os percursos de vida de mulheres e homens portugueses de três gerações específicas: nascidas em 1935-40, 1950-55 e 1970-75. Os resultados que se seguem referem-se às suas trajetórias reprodutivas, e em especial dos homens e das mulheres da geração mais nova, visto encontrarem-se numa etapa-chave do ciclo de vida onde as decisões na esfera reprodutiva estão em equação.

Importa explicar que escolhemos estas gerações porque elas nasceram, cresceram e sobretudo fizeram a transição para a vida adulta em diferentes períodos históricos e políticos da sociedade portuguesa, aos quais se associam constelações de valores muito distintas, nomeadamente a respeito da vida familiar: no quadro do Estado Novo, no período da transição democrática, e no contexto da integração europeia. No entanto, estas gerações também personificam, curiosamente, a passagem de

2 Para uma análise demográfica aprofundada da fecundidade das gerações ver Oliveira (2008).

3 Índice Sintético de Fecundidade: número médio de filhos por mulher em idade fértil (15-49 anos) num dado ano.

4 Sobre esta questão ver também a contribuição de Isabel Tiago de Oliveira na presente publicação: “A fecundidade em Portugal: uma análise segundo a ordem do nascimento”.

5 “Trajetórias Familiares e Redes Sociais: percursos de vida numa perspetiva intergeracional” (Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2008-2011, coordenação de Karin Wall). No âmbito deste projeto foi aplicado um inquérito em Portugal Continental, entre final de 2009 e início de 2010, a 1500 portugueses (500 de cada geração).

um paradigma reprodutivo exo-regulado, para um paradigma reprodutivo *endo-regulado*, como se pode deprender do quadro seguinte.

Quadro 1 – Elementos das trajetórias reprodutivas das gerações

	1935-40	1950-55	1970-75 actual	1970-75 Potencial**
Filhos				
0	7%	9%	22%	13%
1	22%	23%	35%	24%
2	34%	43%	31%	44%
3 ou +	37%	25%	13%	20%
Nº médio	2,7	2,0	1,4	1,7
Idade ao 1º nascimento				
←=20 anos	11%	14%	-	14%
21-25 anos	41%	49%	-	31
26-30 anos	35%	27%	-	33%
→=31 anos	13%	10%	-	23%
Intervalo dos nascimentos*	3,8	4,3	4,9	-

\* Entre 1º e 2º nascimento (em anos)

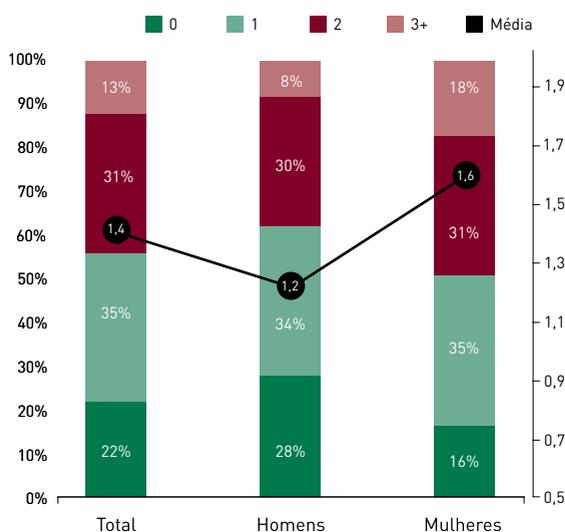
\*\* Valores estimados a partir das intenções reprodutivas reportadas

A trajetória reprodutiva da geração de 1935-40 caracterizou-se, então, pela extensiva transição para a parentalidade e pelos nascimentos numerosos que se sucederam rapidamente, sintoma de uma sexualidade conjugal pouco protegida. A trajetória reprodutiva da geração de 1950-55 também se caracterizou pela extensiva transição para a parentalidade, aliás ligeiramente mais precoce em relação à geração anterior devido à antecipação da idade ao casamento de que esta geração foi protagonista. Mas, apesar disso, regista-se a quebra das descendências numerosas aliada ao adiamento do 2º nascimento (e mais ainda do 3º), o que é consistente com um planeamento familiar mais eficiente. De facto, esta é a geração que teve acesso à contraceção hormonal e que consolidou a descendência de 2 filhos na sociedade portuguesa. Já a trajetória reprodutiva da geração de 1970-75, não só amplifica as tendências de diminuição e adiamento dos nascimentos de segunda ordem, mas também se caracteriza, então, pelo aumento das descendências de filho único e pelo adiamento da transição para a parentalidade para idades mais tardias.

## As intenções e as decisões reprodutivas da geração de 1970-75

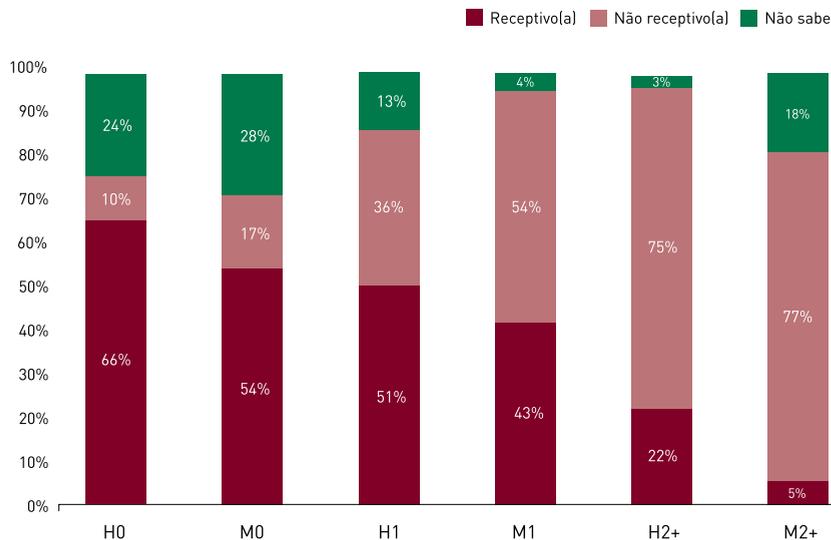
Quando consideramos o número de filhos dos homens e das mulheres da geração mais nova – que tinham à data da inquirição entre 35 e 40 anos -, verificamos que 22% ainda não tinham filhos e 35% tinham apenas 1 filho (gráfico 1). O adiamento da parentalidade é ainda mais expressivo no caso dos homens: 28% ainda não tinham filhos contra 16% das mulheres. E este desfasamento dos calendários reprodutivos reflete-se nas diferentes intensidades da fecundidade, que é menor para os homens nesta faixa etária (em média 1,2 filhos vs. 1,6 para as mulheres).

Gráfico 1 – Nº atual de filhos (% e média): total, homens e mulheres



Significa isto que os homens estão menos interessados em ter filhos ou trata-se efetivamente apenas de uma questão de adiamento? Responder a esta interrogação implica conhecer as intenções reprodutivas que esta geração de 1970-75 ainda acalenta (gráfico 2).

Gráfico 2 – Intenções reprodutivas presentes, segundo o nº de filhos tidos (%): homens e mulheres



Antes de mais, o número de filhos já tidos é um indicador-chave para compreender as intenções presentes, pois enquanto os homens e as mulheres que já têm pelo menos 2 filhos em regra não estão receptivos à ideia de ter mais, já aqueles que ainda não têm filhos, ou têm apenas 1, ainda equacionam essa possibilidade. Contudo, os homens desta faixa etária estão sempre mais receptivos do que as mulheres à ideia de ter filhos. De tal modo assim é que, no caso daqueles que têm apenas 1 filho, ainda são mais aqueles que estão receptivos do que aqueles que já não estão, o contrário acontecendo com as mulheres. Por conseguinte, eles não estão a recusar a parentalidade. O que se passa é que, embora adiem mais, à medida que se aproximam dos 40 anos também são mais optimistas em relação à possibilidade de virem a ser pais ou de terem mais filhos. E este é um resultado interessante, na medida em que levanta a ponta do véu em relação a uma desigualdade de género que tem lugar na esfera da reprodução: se as mulheres são mães tendencialmente mais cedo, recuperar de um adiamento voluntário ou involuntário em idades mais tardias constitui uma oportunidade que não é igual para homens e mulheres, pois é condicionada por uma agenda de fertilidade que é, em regra, mais generosa (longa) para os homens.

A transição para a parentalidade da geração de 1970-75 é, portanto, uma questão que se coloca para 22% de indivíduos, mas a disponibilidade para realizá-la ainda é grande, como acabámos de constatar. Já a questão da transição para o segundo filho parece ser mais fraturante e coloca-se para 35% dos homens e das mulheres que têm no momento 1 filho único. Conhecer as razões que os levam a adiar a vinda do segundo filho quando ainda estão receptivos (mais os homens), assim como as razões para não darem esse passo (mais as mulheres), é a nossa proposta para compreendermos as decisões reprodutivas que estão a ser tomadas presentemente na sociedade portuguesa.

O inquérito contemplava uma série de afirmações recobrando diferentes circunstâncias e constrangimentos, mas também preferências, que podem intervir nas decisões reprodutivas. Os inquiridos foram chamados a posicionar-se em relação a cada uma delas identificando o grau de importância que cada uma tem ou teve na sua decisão. Deste modo tornou-se possível aferir a diversidade das razões que sustentam as decisões reprodutivas, mas também perceber as que mais contribuem na decisão de adiar e na decisão de recusar a vinda de um segundo filho (quadro 2).

Ora, a primeira constatação prende-se com a evidente preponderância de considerações de ordem económica nas decisões tanto de adiar como de recusar a transição para o 2º filho. Assim, pesam sobremaneira nestas decisões os custos ligados à educação – que podem ir muito além do custo da educação formal, pois há hoje um leque de bens e serviços socioculturais e lúdicos que muitos pais se esforçam por proporcionar aos seus filhos. No entanto, mesmo os custos inerentes à educação formal, num quadro de instabilidade, precariedade ou mesmo rutura laboral e financeira – como estes dados também espelham – podem ser difíceis de suportar pelas bolsas das famílias.

Outras causas, que pesam em ambas as decisões, prendem-se com a (tantas vezes) precária conciliação entre a vida familiar e a vida profissional, como se fosse *um trapézio sem rede*: sem oferta suficiente de rede pública e de apoios financeiros para as necessidades da procura; sem rede pessoal, quando falha a família para ajudar na gestão do quotidiano; e sem o devido equilíbrio entre o que se investe – com ou sem escolha – no trabalho e na família.

Outro tipo de razões – que pode não estar, aliás, muito distante dos anteriores – aponta, justamente, para a necessidade de proteger um certo equilíbrio que se alcançou na vida familiar e que só é sustentável, na perspetiva dos inquiridos, com o filho único. Esta pode ser uma motivação para não avançar para o segundo filho: definitivamente, quando o equilíbrio é frágil, ou pelo menos enquanto o primeiro ainda representa um encargo avultado e requer tempo e energia.

Quadro 2 – Razões que contribuem para adiar e recusar a transição para o 2º filho

	Adiar	Recusar
<b>Incerteza financeira e profissional</b>		
Despesas elevadas com a educação dos filhos	76%	81%
Situação profissional pouco estável	58%	73%
Dificuldades financeiras (presentes e/ou antecipadas)	78%	68%
<b>Conciliação família &amp; trabalho</b>		
Falta de incentivos públicos para ter filhos (creches, apoio financeiro)	57%	66%
Trabalho muito exigente (falta de tempo, disponibilidade)	51%	42%
Falta de ajudas familiares para ter filhos (ter alguém com quem contar)	47%	39%
<b>Equilíbrio familiar</b>		
A vida pessoal/familiar está bem assim, um filho viria destabilizar	24%	55%
Já tem o nº de filhos que queria*	-	62%
O(A) filho(a) ainda é muito pequeno(a)**	44%	-
<b>Desvantagens internas (psicológicas, biológicas, saúde)</b>		
Idade avançada para ter filhos	8%	32%
Problemas de saúde	3%	26%
Problemas de fertilidade	14%	18%
Não se sente capaz de tomar conta de outra pessoa	5%	4%
Má experiência com um aborto***	0%	11%
Não se sente preparada para passar pela gravidez/parto***	5%	11%
<b>Dinâmica conjugal</b>		
Cônjuge não quer ter filhos	19%	34%
Problemas na relação com o cônjuge	4%	9%
Não está com a pessoa certa OU não encontrou a pessoa certa	9%	8%
<b>Dinâmica parental</b>		
Os filhos perturbam a relação íntima do casal	17%	12%
Ser pai/mãe não é/era um objetivo na vida	30%	7%
Ser pai/mãe não tem sido uma experiência muito positiva	4%	7%
Problemas na relação com o(a) filho(a) (difícil, deficiente)	1%	5%

\* Só para quem não quer ter mais filhos

\*\* Só para quem ainda quer ter mais filhos

\*\*\* Só para mulheres

Mas há outras circunstâncias que também são equacionadas nas decisões, algumas das quais marcando mais a decisão de não ter um 2º filho do que a de adiar. São as desvantagens de foro pessoal – como os problemas de saúde e o sentimento de que a idade já não é adequada para ter filhos –, mas também a posições desencontradas no casal, ou seja, quando a oposição do cônjuge funciona como uma força de bloqueio.

Por outro lado, há motivos que parecem ditar mais o adiamento, e esses dizem respeito a uma dinâmica parental nem sempre gratificante. A ambivalência em relação à maternidade/paternidade, ou o efeito desorganizador que uma criança pode ter na vida conjugal, pode implicar que é preciso tempo para recuperar a vontade *abalada*.

Uma chamada de atenção para os problemas de fertilidade, para dizer que a incidência reportada pelos inquiridos ronda os 16%. Se bem que este seja um problema com que homens e mulheres se confrontam também em idades jovens, a verdade é que os sucessivos adiamentos – do 1º filho, do 2º filho – podem inviabilizar, sem mais, as intenções reprodutivas.

Importa ainda juntar um último elemento de reflexão à luz dos resultados. Se a incidência do filho único nesta geração é um fenómeno bastante transversal que não diferencia grandemente grupos sociais, já o mesmo não se pode dizer em relação à maior ou menor receptividade à vinda de um 2º filho, pois a decisão de *fechar a porta* ou de *deixá-la entreaberta* não está distribuída de modo assim tão uniforme. Tal revela que chegar à faixa etária dos 35-40 anos apenas com 1 filho, embora comum, não tem necessariamente o mesmo significado para todos os que se encontram nessa situação, como podemos ver pelos dados que se seguem (quadro 3).

Quadro 3 – Elementos sociodemográficos e intenções reprodutivas presentes

	Receptivo (a)	Não receptivo (a)	Não sabe
Situação conjugal			
Está em casal	50%	42%	9%
Não está em casal	42%	52%	6%
Nível de escolaridade			
Baixo	44%	50%	7%
Médio	49%	39%	12%
Superior	55%	41%	5%
Condição perante o trabalho			
Trabalha	55%	35%	10%
Não trabalha	16%	82%	2%

Assim, a situação conjugal presente é um elemento decisivo, pois não estar a viver em casal liga-se a uma menor abertura para fazer a transição para o 2º filho. E o nível de escolaridade também introduz algum efeito, pois a abertura aumenta com os capitais escolares. Efetivamente, na sociedade portuguesa, os indivíduos com baixas qualificações escolares acumulam desvantagens na conciliação entre a vida familiar e a vida profissional, pois aos fracos recursos económicos, que se associam em regra à sua baixa formação escolar, tende a somar-se a falta de apoios familiares na organização quotidiana dos cuidados às crianças (Karin et al, 2001), sem dúvida um elemento-chave para ponderar a transição para o 2º filho. Mas a variável mais determinante na decisão de adiar o 2º filho ou ficar pelo filho único é, como se constata, a relação com o mercado de trabalho: estar fora do mercado de trabalho, em especial por desemprego, é, no fim de contas, um dado decisivo para *fechar a porta* à parentalidade. O emprego – estável, com remuneração condigna – constitui, assim, uma das condições mais importantes nesta equação.

## Reflexões finais:

### As políticas públicas enquanto garante do direito à escolha

Regressando agora à interrogação de fundo que se trouxe para esta reflexão – se a preocupação política com a baixa natalidade encontra eco nos interesses privados dos cidadãos – o ponto da situação feito por este estudo não podia ser mais categórico: as decisões reprodutivas que estão a ser tomadas presentemente na sociedade portuguesa reflectem bem mais o difícil acesso ao 2º filho, do que o livre exercício do direito à escolha na esfera da reprodução. E porquê? Porque há um “pacote mínimo de condições” (González & Jurado-Guerrero, 2006), aliás bastante consensual, que, hoje em dia, homens e mulheres sentem que precisam de reunir para tomar a decisão de ter um filho. E se elas não estão garantidas, os filhos que se desejam, ou se adiam, ou não se têm, pura e simplesmente. Nem todas as condições parecem estar – pelo menos directamente – sob a alçada das políticas, e certamente também mereceriam uma reflexão em outros fóruns. Refiro-me às situações de natureza mais relacional, como a desadequação ou a divergência conjugal, nomeadamente em relação às intenções reprodutivas, ou a deceção com a experiência parental e com a criança que pode deter um papel disruptivo na vida pessoal e conjugal. Estas são razões que também pesam.

Mas grande parte das condições cabem, afinal, nessa alçada de uma política pública multifacetada de promoção da natalidade, pois prende-se, como vimos, com a salvaguarda do acesso dos cidadãos: ao emprego e a rendimentos condignos, a uma rede de equipamentos educativos compatível com os orçamentos e as necessidades das famílias, a uma cultural laboral mais respeitadora do direito à vida privada; a benefícios que aliviem os custos directos que uma criança representa. O papel do Estado na garantia deste “pacote de condições” consubstancia, em grande medida, o reconhecimento público do valor social da parentalidade. E passa a mensagem de que ter filhos é um direito individual (e já

não um dever), mas igualmente um bem social, pelo que o Estado tem uma quota-parte de responsabilidade na promoção do seu bem-estar em sentido lato.

Dito isto, facilmente se depreende que mesmo em contextos de grave recessão económica e crise de emprego, como é o atual<sup>6</sup>, arrear caminho neste contrato implícito de co-responsabilidade entre o Estado – que tem interesse em incrementar a natalidade – e os cidadãos – que querem ter um acesso digno à parentalidade – é passar uma mensagem contraditória, senão mesmo pouco natalista. O desemprego, a precariedade e a incerteza laboral e a diminuição dos rendimentos, aliados a cortes de benefícios, nomeadamente dirigidos às crianças, constituem para as famílias com filhos uma sobrecarga pouco sustentável nos seus equilíbrios já precários; e promove um clima de incerteza e insegurança, propício a estratégias reprodutivas defensivas – adiar para melhores dias, *encolher* as intenções iniciais – ou, como diz judiciosamente Livi Bacci (2001), a comportamentos de “anorexia reprodutiva”. Importa ainda sublinhar a ideia que nos contextos de adversidade, na ausência da *almofada* amortecedora das políticas públicas, há um forte risco de agudização das desigualdades sociais. Neste caso muito em concreto, a desigualdade no acesso à parentalidade. E isto significa que o direito à escolha nesta esfera – consagrado, aliás, na Constituição – passa a ser um privilégio de alguns cidadãos.

Em suma, e mesmo para rematar, é a coerência das políticas públicas, a sua estabilidade no tempo e sua a capacidade de reduzir a incerteza, que constituem, como referiram Thévenon & Gauthier (2011), elementos-chave para criar nos cidadãos a confiança necessária para fazerem as suas escolhas reprodutivas, sem receio de que o contrato implícito de co-responsabilidade seja quebrado.

## Referências bibliográficas

Cunha, V. (2007), *O Lugar dos Filhos: Ideais, Práticas e Significados*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.

Frejka, T. (2008), “Parity distribution and completed family size in Europe: incipient decline of the two-child family model?”, *Demographic Research*, 19 (4): 47-72.

Gauthier, A. (2007), “The impact of family policies on fertility in industrialized countries: a review of the literature”, *Population Research and Policy Review*, 26 (3): 323-346.

Goldstein, J., Lutz, W. & Testa, M. R. (2003), “The emergence of sub-replacement family size ideals in Europe”, *Population Research and Policy Review*, 22: 479-496.

González, M.-J. & Jurado-Guerrero, T. (2006), “Remaining childless in affluent economies: a comparison of France, West Germany, Italy and Spain, 1994–2001”, *European Journal of Population*, 22: 317–352.

<sup>6</sup> Importa reforçar que o inquérito foi aplicado entre final de 2009 e início de 2010, refletindo o cenário macroeconómico e os níveis de confiança de então, não os atuais.

Livi Bacci, M. (2001), “Comment: Desired Family Size and the Future of Fertility”, *Population and Development Review*, 27 (supplement): 282-289.

Lutz, W., Skirbekk, V. & Testa, M. R. (2006), “The low fertility trap hypothesis: forces that may lead to further postponement and fewer births in Europe”, *Vienna Yearbook of Population Research* 2006: 167-192.

MacInnes, J. & Díaz, J. P. (2009), “The reproductive revolution”, *The Sociological Review*, 57 (2): 262-284.

McDonald, P. (2002/3), “Sustaining fertility through public policy: the range of options”, *Population*, 57: 417-446.

Oliveira, I. T. (2008). “Fecundidade das populações e das gerações em Portugal, 1960-2005”, *Análise Social*, 186: 27-51.

Testa, M. R. (2007), “Childbearing preferences and family issues in Europe: evidence from the Eurobarometer 2006 survey”, *Vienna Yearbook of Population Research*: 357-379.

Thévenon, O. & Gauthier, A. (2011), “Family policies in developed countries: a ‘fertility-booster’ with side-effects”, *Community, Work & Family*, 14 (2): 197-216.

Wall, K., Aboim, S., Cunha, V. & Vasconcelos, P. (2001), “Families and Informal Support Networks in Portugal: the Reproduction of Inequality”, *Journal of European Social Policy*, 11(3): 213-233.

Wall, K., Aboim, S., & Leitão, M. (2010), *Observatório das Famílias e das Políticas de Família. Relatório 2010*, Lisboa, OFAP/ICS-UL ([http://www.observatoriofamilias.ics.ul.pt/images/pdf/ofap\\_relatorio\\_familia\\_e\\_mudana\\_e\\_politicas\\_de\\_familia](http://www.observatoriofamilias.ics.ul.pt/images/pdf/ofap_relatorio_familia_e_mudana_e_politicas_de_familia)).



---

# FECUNDIDADE E NATALIDADE: PROBLEMAS E POLÍTICAS SOCIAIS E DE SAÚDE

---

MARIA DO CÉU MACHADO

(PEDIATRA, EX ALTA COMISSÁRIA DA SAÚDE)

25 anos, jurista, casada: ... *quero ter filhos, 3, mas agora tenho estágio e mestrado. Quando tiver estabilidade no emprego, vamos pensar nisso...*

42 anos, gestora de sucesso, casada: ... *agora que tenho estabilidade, não consigo engravidar. Já estamos numa consulta de infertilidade...*

44 anos, economista, 1º filho: ... *fiquei desempregada. Pensei ... vou ter um filho...*

A baixa da natalidade e do índice sintético de fecundidade, definido como o número médio de crianças vivas nascidas por mulher em idade fértil, esteve na origem da Conferência Presidencial NASCER EM PORTUGAL, integrada nos *Roteiros do Futuro* como *forum* de discussão entre demógrafos, sociólogos e profissionais de saúde.

Esta situação observa-se nos países desenvolvidos no contexto da tendência para uma maternidade mais tardia, largamente influenciada por factores socioeconómicos e pelas escolhas parentais, condicionadas pela difícil conciliação entre a família e o emprego.

Os três pilares demográficos de uma nação são a natalidade, a mortalidade e as migrações. Paralelamente à queda da natalidade, também a mortalidade tem diminuído em todas as idades, devido à melhoria das condições de vida e aos progressos da medicina, com ganhos de 2 anos por década mas mostra agora tendência para estabilizar.

Os movimentos migratórios influenciam as alterações demográficas de forma directa mas também indirecta, pela sua contribuição para o aumento da natalidade. A imigração foi responsável nos anos

90 por um quarto do crescimento da população nos países industrializados mas também tem decrescido nos países europeus devido à crise financeira.

Em Portugal, a taxa de crescimento migratório decresceu de 5,1 para 0,9, o que significa um balanço negativo de 83,1. Houve 50 mil novos imigrantes em 2005 mas apenas 8 mil, em 2008<sup>1</sup>.

Em 2007, a UNICEF considerou Portugal como o 6º melhor país para a saúde das crianças e os ganhos em saúde materna e infantil são saudados pela Organização Mundial de Saúde como uma história de sucesso<sup>2</sup>. A taxa de mortalidade infantil caiu de forma consistente e rápida de 77,5 em 1960 para 2,45 por mil em 2010, resultado da melhoria das condições socio-económicas dos portugueses e das reformas globais na saúde com intervenção específica naquelas áreas.

Na década de 80, verificou-se importante evolução social, com generalização do saneamento básico e das comunicações, aumento significativo dos salários e das condições de nutrição. A criação do Serviço Nacional de Saúde (1979) e da rede nacional de Centros de Saúde (1983) permitiram o acesso generalizado aos cuidados. O planeamento estratégico da Comissão Nacional de Saúde Materna e Infantil (1987), com a requalificação das maternidades, regionalização dos cuidados através das redes de referência e articulação com os Cuidados Primários, melhorou substantivamente a organização dos cuidados perinatais<sup>3</sup>.

Mais tarde, o Plano Nacional de Saúde 2004-2010 para Portugal Continental, monitorizado pelo do Alto Comissariado da Saúde, definiu, como prioritárias, as estratégias centradas na família e no ciclo de vida, o que garantia a sustentabilidade dos resultados conseguidos.

As condições de educação e saúde consideradas essenciais para a decisão da parentalidade não são, no entanto, suficientes. A queda da natalidade tem progredido rapidamente pelo que se torna imperativo reflectir sobre causas e propor soluções.

Há uma verdadeira revolução social no que respeita ao perfil das famílias. A mulher tem acesso a educação universitária, maior participação no mercado de trabalho e a uma contracepção eficaz mas os valores também mudaram, com o feminino a suplantarem o materno e alterou-se a estrutura familiar com difícil equilíbrio entre a vida pessoal e profissional, pela incerteza económica e ausência de políticas de suporte às famílias<sup>4</sup>.

Tough e VeKved, através de inquérito telefónico a mulheres canadianas na semana do nascimento do primeiro filho, identificaram três factores *major* que influenciam o planeamento da gravidez: ter uma relação estável (97%), ter controlo da vida (82%) e sentir-se preparada para a maternidade (77%). No entanto, verificaram diferenças estatisticamente significativas no grupo com idade su-

- 
- 1 Machado MC, Couceiro L, Alves I, Almendra R, Cortes M. A morte e o morrer em Portugal. Edição Almedina, 2011
  - 2 World Health Organization. The World Health Report 2008: Primary Care Now More Than Ever. Genève: World Health Organization; 2008.
  - 3 Machado MC. Saúde Infantil: uma história de sucesso. In: Sakelarides C, Alves MV, editores. Lisboa, Saúde e Inovação. Do renascimento aos dias de hoje. Lisboa: Edição Gradiva; 2008; 197-203.
  - 4 Mills M, Rindfuss RR, McDonald P, Te Velde E, ESHRE Reproduction and Society Task Force. Why do people postpone parenthood? Reasons and social policy incentives. Hum Reprod Update 2011;17(6):848-60

perior a 25 anos que valorizavam a estabilidade de emprego, a segurança financeira e os objectivos profissionais definidos.<sup>5</sup>

A conciliação entre família e trabalho depende, entre outros, dos horários de trabalho, da existência de creches e da ajuda dos avós. De facto, igualmente se modificou o papel dos avós com as reformas antecipadas a gerar alternativas profissionais e reestruturação familiar. O estudo SHARE que caracteriza a saúde, o estatuto económico e os laços familiares e sociais em 28000 pessoas com idade superior a 50 anos, em 11 países europeus, conclui que o cuidar regularmente dos netos e as actividades de voluntariado são protectores da saúde e bem-estar<sup>6</sup>. No Reino Unido, os avós são responsáveis por 60% dos cuidados adicionais, após o período escolar, um exemplo que valia a pena reproduzir entre nós.

O estudo comparativo de Liefbroer evidencia que há diferenças entre a família desejada e a real mas, apesar de tudo, 42% das mulheres e 48% dos homens com mais de 25 anos, alcançam as expectativas criadas. Os que não as atingiram, referem mecanismos de controlo compensatórios, primários ou secundários em situações como mudança de parceiro, oportunidade de mais educação ou carreira e emprego em risco que determinaram ajustamento dos planos. As mulheres justificam desvios do cenário familiar esperado por não encontrarem o parceiro ideal ou viverem uma carreira interessante e promissora<sup>7</sup>.

O projecto de ter filhos depende ainda das experiências familiares e educacionais. Adiar a intenção do primeiro filho, condiciona menor número de subsequentes assim como se reduz a taxa de fertilidade para metade, se não houver consenso entre o casal pois é sentido como insegurança no casamento.

A decisão da parentalidade é condicionada fortemente pelas condições socioeconómicas e pela opção do casal, mas um factor importante a considerar é uma aparente diminuição da fertilidade biológica devida ao adiamento da idade da primeira gestação e que vai também diminuir a probabilidade de ter mais do que um filho<sup>8</sup>.

Nos países desenvolvidos, a primeira gestação é cada vez mais tardia seja por opção ou circunstância. Para além dos estilos de vida e das escolhas profissionais já referidas, pode ser consequência directa duma contracepção eficaz e da terapêutica da infertilidade<sup>9</sup>.

A idade materna ou paterna é o determinante mais importante de subfertilidade ou de infertilidade natural ou em tratamento.

A mulher com mais de 40 anos, tem diminuição do património folicular e portanto da reserva ovárica mas está falsamente segura por convicções populares de que os progressos das novas técnicas reprodutivas compensam o declínio da fertilidade pela idade<sup>10</sup>.

5 Tough SC, Vekved M, Newburn-Cook C. Do factors that influence pregnancy planning differ by maternal age? *J Obstet Gynaecol Can* 2012;34(1):39-46

6 Borsch- Supan A. Health, ageing and retirement in Europe (2004 - 2007), Mannheim 2008

7 Liefbroer A. Changes in family size intentions across young adulthood: a life-course perspective. *Eur J Population* 2009;25:363-86

8 Joffe M, Key J, Best N, Jensen TK, Keiding N. The role of biological fertility in predicting family size. *Hum Reprod* 2009; 24(8):1999-2006

9 Kausar S, Bewley S. Pregnancy after the age of 40. *Women Health* 2006;2(6):839-45

10 Balasch J, Gratacós E. Delayed childbearing: effects on fertility and the outcome of pregnancy. *Fetal Diagn Ther* 2011;29(4):263-73

A realidade das consultas de infertilidade mostra que, entre os 40 e os 44 anos, a resposta à estimulação hormonal é fraca, reduzindo a capacidade de intervenção para cerca de 10%. E quando é eficaz, a gestação termina com frequência em aborto espontâneo.

Noutro estudo, em mulheres com mais de 35 anos, 88% das inquiridas considera que o início do declínio da fertilidade acontece 5 a 10 anos mais tarde do que a evidência científica demonstra e 18% não tinham noção do impacto da idade na infertilidade<sup>11</sup>.

A subfertilidade e a infertilidade não surgem apenas em função da idade. Mulheres que são mães mais precocemente mantêm um período de fertilidade mais longo medido por uma menopausa mais tardia. Tanto a biologia evolucionista como a de reprodução, embora em diferentes perspectivas, mostram perdas regulares seja dos ovócitos preparados para a fertilização seja dos ovócitos potenciais. Sugere-se que a perda de fertilidade por actividade procriativa tardia pode originar uma resposta não adaptativa no controlo da apoptose<sup>12</sup>.

A idade paterna é um indicador que não é habitualmente estudado na maioria dos países mas, por exemplo, no Canadá, a percentagem de pais depois dos 35 anos<sup>13</sup> aumentou de 25 para 40%, entre 1993 e 2003, embora sejam 2 vezes mais inférteis do que aos 25 anos. Tem sido descrito, como fenómeno universal, a perda da qualidade do esperma, situação que se acentua a partir dos 50 anos. Joffe considera que a elevada fertilidade na Finlândia pode estar relacionada com a concentração de esperma dos finlandeses que é o dobro da encontrada em homens ingleses mas também com o facto de as mulheres finlandesas serem significativamente mais férteis, o que parece ser resultado de baixo consumo de tabaco<sup>14</sup>.

Por outro lado, a idade paterna avançada foi relacionada com o aumento do risco de autismo (Reichenberg 2006), esquizofrenia (Malaspina 2001), anomalias, mutações (Yang 2006), prematuridade (Astolfi 2006), baixo-peso, aborto e morte fetal (de la Rochebrochard 2002) na descendência embora estes estudos sejam de rigor variável quanto à evidência científica.

Para além da idade, o tabagismo e a obesidade são também factores de risco para a fertilidade/concepção e na gestação, para a mãe e para o feto, nomeadamente prematuridade e baixo-peso. O tratamento da infertilidade gera gestações múltiplas e prematuridade mais frequente.

Em Portugal, a média de filhos por mulher em idade fértil desceu de 3,0 na década de 60, para 1,3 em 2009. A idade média da mãe ao nascimento do primeiro filho passou de 24,8 para 28,7 anos, no período 1990-2009 e as mulheres com 35 ou mais anos, de 14,0% para 20,6% de 2001 a 2009<sup>15</sup>, taxa superior a alguns países da UE15 como a Dinamarca (15%) mas inferior à Irlanda (27%).

11 Hamarberg K, Clarke VE. Reasons for delaying childbearing—a survey of women aged over 35 years seeking assisted reproductive technology. *Aust Fam Physician* 2005;34(3):187-206

12 Moore PJ, Sharma S. A/Delay in age at first mating in the loss of future reproductive potential via apoptosis. *Evol Dev* 2005;7(3):216-22

13 Roberts E, Metcalfe A, Jack M, Tough SC. Factors that influence the childbearing intentions of Canadian men. *Hum Reprod* 2011;26(5):1202-8

14 Joffe M. Decreased fertility in Britain compared with Finland. *Lancet* 1996;347(9014):1519-22

15 Machado MC, Alves I, Couceiro L. Saúde infantil e juvenil: indicadores do Plano Nacional de Saúde. *Acta Pediatr Port* 2011;42(5):195-204

Como seria de esperar, os nascimentos pré-termo aumentaram em muitos países na última década. Em 2004, os valores deste indicador variaram entre 5,5% na Irlanda e 11,4% na Áustria<sup>16,17</sup>, apresentando Portugal um valor intermédio (6,7%) que subiu para 8,8%, em 2009, o que representa um aumento de 54,4% relativamente a 2001.

O mesmo se passa com o baixo peso à nascença (inferior a 2500g) que pode estar relacionado com prematuridade ou com restrição ao crescimento intra-uterino por patologias como hipertensão ou pelo tabagismo<sup>18</sup> e é determinante de doença crónica na idade adulta como obesidade, hipertensão arterial e doença cardiovascular<sup>19</sup>.

Em Portugal, também a percentagem de recém-nascidos com Baixo Peso ao Nascer (inferior a 2500g) tem mostrado tendência crescente, com o aumento de 7,2% em 2001 para 8,2% em 2009.

Não há informação recente quanto ao consumo de tabaco na gravidez mas o 3º (1998/99) e 4º (2005/06) Inquéritos Nacionais de Saúde mostram um aumento de 40% de mulheres fumadoras entre os 15-24 anos, de 13,7% para 16,1%. Quanto à prevalência da obesidade na população feminina, no mesmo período, subiu de 7,2% para 9,3%, dos 18 aos 44 anos.

O baixo índice sintético de fecundidade com tendência negativa obriga a desenvolver políticas de apoio à natalidade. É certo que alguns observadores consideram que a população mundial é excessiva e coloca em risco a sobrevivência deve notar-se que o crescimento se faz ainda à custa dos países africanos e asiáticos e que a Europa necessita de uma estabilização que permita um equilíbrio intergeracional.

Tal como definido por Ilona Kickbusch (WHO 1998), as políticas sociais e de saúde que podem determinar aumento da natalidade são um exemplo paradigmático de *Saúde em todas as Políticas*, da responsabilidade de todas as áreas de governação incluindo Finanças, Economia, Trabalho, Agricultura, Ambiente ou Justiça. Cada medida terá indicadores e metas definidas, a monitorizar anualmente.

Que tipo de sociedade queremos para promover prosperidade e desejo de parentalidade aos jovens casais? Os apoios financeiros na gravidez e ao segundo e terceiro filho (Espanha, Itália e Portugal) não parecem suficientes. No entanto, políticas concertadas envolvendo subsídios, licenças parentais alargadas, estabilidade e flexibilidade no emprego, creches e infantários, gratuitos ou subsidiados e com horários alargados, têm mostrado resultados em França, Suécia e Noruega<sup>20</sup>.

Na Suécia, as políticas individualistas foram mais eficazes do que as dirigidas às famílias embora intervenções como o imposto para jovens sem filhos, sistemas de guarda das crianças e prémios para intervalos curtos entre 2 filhos sejam bidireccionais.

16 Keller M, Felderhoff-Mueser U, Lagercrantz H, Dammann O, Marlow N, Huppi P et al. Policy benchmarking report on neonatal health and social policies in 13 European countries. *Acta Paediatr* 2010;99(11):1624-9.

17 Beck S, Wojdyla D, Say L, Betran A, Merialdi M, Requejo J et al. The worldwide incidence of preterm birth: a systematic review of maternal mortality and morbidity. *Bull World Health Organ* 2010;88:31-8.

18 Harville EW, Boynton-Jarrett R, Power C, Hypponen E. Childhood hardship, maternal smoking and birth outcomes: a prospective cohort study. *Arch Pediatr Adolesc Med* 2010;164(6):533-9.

19 Gluckman PD, Cutfield W, Hofman P, Hanson MA. The fetal, neonatal, and infant environments - the long-term consequences for disease risk. *Early Hum Dev* 2005;81(1):51-9.

20 BBC News: Map - Parenthood policies in Europe. Acessível em: [news.bbc.co.uk/2/hi/europe](http://news.bbc.co.uk/2/hi/europe)

O motor é a igualdade de género, de que são exemplos, o encorajar a mulher no mercado de trabalho e valorizar o papel do homem na vida familiar. *The changing face of the motherhood* é um estudo sobre a evolução da maternidade ao longo do século XX, em 10000 mães de 13 países europeus que conclui que o envolvimento dos homens nos trabalhos domésticos e nos cuidados aos filhos cresceu 52% dos anos 20 para os anos 90 mas é diferente a percepção do tempo gasto para a mesma tarefa. Os homens avaliam o tempo real como o dobro daquilo que efectivamente despendem e as mulheres metade. As mães actualmente passam cerca de 3,9h por dia com os filhos e dispõem apenas de 29 minutos (média diária) para si próprias<sup>21</sup>.

Os interesses competitivos dos patrões, dos pais que trabalham e das crianças pequenas colidem nas decisões que envolvem o esquema de trabalho, os cuidados à criança, as promoções, as doenças infantis e o trabalho fora de horas. Tem havido progresso na atitude das empresas, e as que protegem a família acham que há menos absentismo, mais satisfação e compensação das horas perdidas. Podem ser criados incentivos fiscais para as empresas que apoiam e são *amigas das famílias* e têm práticas de gestão compatíveis<sup>22</sup>

A flexibilidade de horário é mais fácil nos empregos do que nas escolas. A legislação portuguesa atribui tempo para cuidar na doença mas também é necessário tempo para as consultas de seguimento, vacinas e reuniões na escola. Os trabalhadores não qualificados têm horários mais curtos mas são mal pagos o que obriga muitas vezes a emprego duplo e mais facilmente são estigmatizados e penalizados. Os qualificados são mais bem pagos mas têm horários incompatíveis com a família. Uma, em cada 4 licenciadas em Direito, não tem filhos. Será porque trabalha num mundo sem horas, masculino e de competição feroz?

A conciliação entre trabalho e família não tem solução única porque não é um problema único: uns precisam de mais trabalho e mais dinheiro; outros de tempo para a licença parental sem prejuízo da carreira e outros, de apoio durante um período de tempo para ultrapassar a crise familiar. Esta multiplicidade e diversidade constituem um desafio social complexo<sup>23</sup>.

Como conclusão, pode enfatizar-se que, para além das políticas de incentivos aos jovens casais já referidas, nomeadamente licenças parentais adequadas, segurança de emprego, garantia de não interrupção de carreiras e creches e jardins-de-infância em número adequado e com apoio social, são fundamentais a flexibilidade de trabalho, a possibilidade de trabalhar em casa e a criação de bolsas de horas para mãe e pai<sup>24</sup>.

Quanto à infertilidade resultante do adiamento da idade do 1º filho, do tabagismo e da obesidade, é urgente aumentar a informação e melhorar a literacia em saúde nos jovens, para o que têm papel importante os profissionais de saúde e de educação.

21 The Social Issues Research Centre. *The changing face of Motherhood*, Oxford 2011

22 Friedman DE. Employer supports for parents with young children. *Future Child* 2001;11(1):62-77

23 Bianchi SM. *Changing*

24 Christensen K, Schneider B, Butler D. Families with school-aged children. *Future Child* 2011;21(2):69-90

Segundo o conceito da Organização Mundial de Saúde, de cuidados compreensivos, oportunistas e de proximidade, é um imperativo para todos os profissionais de saúde, nomeadamente os médicos especialistas em Medicina Geral e Familiar e em Obstetrícia assim como enfermeiros entender o contexto familiar e fazer promoção da saúde nestas áreas, em episódios de procura dos serviços de saúde.

Desenvolver actividades educacionais nas escolas, universidades e locais de trabalho, sobre as consequências sociais e para a saúde, do adiamento da parentalidade. O adiamento tem custos a médio e longo prazo que devem ser pesados relativamente à promoção do emprego nos casais e à flexibilidade de trabalho <sup>13</sup>.

Nas escolas portuguesas, o conteúdo curricular da disciplina Educação para a Saúde contempla vários temas mas a sexualidade é debatida como risco de gravidez precoce e/ ou de doenças sexualmente transmitidas. A educação sobre problemas da maternidade/paternidade tardia, causas de infertilidade e, não menos importante, a prevenção em idades precoces, do tabagismo e da obesidade, não têm o relevo que merecem.

É urgente, ainda, um jornalismo proactivo, conteúdos educativos em filmes e telenovelas, e *mHealth* ou seja mensagens através de redes móveis com linguagem adequada aos adolescentes que os sensibilize. O tabagismo e a obesidade são problemas de saúde pública que importa controlar, independentemente das consequências na natalidade.

Ter filhos não é mais uma obrigação geracional, mas uma opção racional em que o individualismo, o direito a ser feliz, o filho pensado, a enorme expectativa e ansiedade e a impaciência para a gravidez, têm um peso enorme. O impacto do adiamento da parentalidade não pode ser subestimado e deve estar na agenda das políticas públicas nos próximos anos.



---

# O DIREITO DE PROCRIAR E ALGUMAS PARTICULARIDADES DA POPULAÇÃO PORTUGUESA

---

MÁRIO LESTON BANDEIRA

(ISCTE,IU)

A história da população portuguesa durante os últimos 200 anos apresenta particularidades que merecem reflexão.

Primeiro motivo de interesse. Durante o séc. XIX, época em que, com a excepção da França, todas as populações europeias tinham natalidades muito elevadas, a natalidade portuguesa era relativamente moderada.

Como mostrou Livi-Bacci, nessa época, a taxa bruta de natalidade na maioria dos países europeus variava à volta de 40 nados-vivos por mil habitantes, enquanto que em Portugal ela não ultrapassava os 33 nados-vivos <sup>1</sup>.

Segunda particularidade portuguesa: na narrativa demográfica europeia, a transição demográfica em Portugal salienta-se por ter sido muito tardia, tendo a queda da fecundidade começado com quase 100 anos de atraso, quando comparada com a generalidade das populações europeias.

Último sinal distintivo, que é o que mais nos interessa porque tem a ver com a situação actual: em apenas trinta anos, contados a partir de 1982, a população portuguesa deixou de estar em crescimento natural moderado, e entrou num processo de acelerado envelhecimento e declínio.

O crescimento natural português era tradicionalmente moderado por causa do sistema de casamento praticado em Portugal, principalmente no Norte, e no Centro, que eram as regiões mais populosas.

---

1 Massimo Livi Bacci, 1971. *A Century of Portuguese Fertility*, Princeton, Princeton University Press.

Este sistema, que foi descrito em 1965 por John Hajnal<sup>2</sup>, era praticado desde, pelo menos, o séc. XVII pelas populações europeias situadas a ocidente de uma linha imaginária que descia de S. Petersburgo para Trieste. Consistia na imposição de fortes restrições no acesso ao casamento, ou seja, elevado celibato, principalmente entre as mulheres, e casamento tardio.

Portugal foi um dos exemplos mais expressivos deste modelo europeu, que subsistiu entre nós até à década de 1950.

Tais restrições matrimoniais tinham uma lógica social e económica, cuja principal finalidade era a auto-regulação da natalidade.

As populações que o praticavam não ficaram à espera das recomendações do sr. Thomas Malthus, que veio defender em 1798 que os pobres deviam adiar o casamento e praticar o celibato e a abstinência sexual, porque não tinham recursos para criar filhos<sup>3</sup>.

Na realidade, Malthus, que, além de economista, era um respeitável clérigo, não percebeu a lógica daqueles que, sendo pobres, teimavam em ter filhos. Ele que, mais do que demógrafo, era economista, percebia o sofrimento dessa pobre gente, mas não via qualquer racionalidade económica nos seus comportamentos.

Em 1976, passados duzentos anos sobre a publicação da 1ª edição do *Ensaio sobre o Princípio de População* de Malthus, um demógrafo australiano de nome Caldwell veio explicar aquilo que Malthus não tinha percebido.

Caldwell demonstrou que o facto de a alta ou a baixa fecundidade serem ou não racionais é determinado “por condições sociais: principalmente pela direcção da circulação de riqueza entre gerações”<sup>4</sup>. Assim, segundo Caldwell, a alta fecundidade é uma prática justificada pelo facto de os filhos trazerem, através do seu trabalho, riqueza para a família.

A passagem desta estratégia de livre fecundidade para uma estratégia de fecundidade limitada implica uma mudança da direcção dos “fluxos de riqueza” familiares, passando os rendimentos familiares a ser canalizados para a educação dos filhos.

Apliquemos, então este raciocínio aos factos particulares da particular história demográfica portuguesa. Na época da revolução industrial, os excedentes naturais da população portuguesa resultantes do seu moderado crescimento nunca constituíram um verdadeiro exército industrial de reserva, porque Portugal não tinha indústrias.

Até ao princípio da década de 1960, grande parte desses excedentes eram incorporados num exército de emigrantes principalmente comandado em direcção à imigração brasileira, a qual, como mos-

---

2 John Hajnal, 1965. “European Marriage Patterns in Perspective”, D. V. Glass and D.E. C Eversley (ed.), *Population in History*, Edward Arnold, London: 101-143.

3 Thomas R. Malthus, *An Essay on the Principle of Population*, first edition, 1798.

4 J. C. Caldwell, 1976. “Toward a Restatement of Demographic Transition Theory”, *Population and Development Review*, 2 (3-4): p. 355.

trou Miriam Halpern Pereira, era uma imigração rural, imigração para as grandes roças, em muitos aspectos aparentada ao escravagismo <sup>5</sup>.

Para muitos jovens adultos e para muitas famílias, face à pobreza e à falta de emprego em que viviam, a emigração constituía a única saída para a sua sobrevivência.

Era gente moderada, paciente, trabalhadora e pouco ambiciosa. Não tinham grandes expectativas de mudança de vida. Como escreveu Afonso Costa em 1911, a emigração era a quase “forçada expulsão “ de uma população agrícola” reduzida “à mais cruciante miséria” que optava “pelo êxodo para não morrer <sup>6</sup>.

Realmente nesta interminável época, os homens e mulheres portugueses não tinham muitas razões para ter muitos filhos.

A partir do início da década de 1960, os emigrantes de Portugal vão finalmente integrar um exército industrial, o dos países europeus em plena expansão económica das *trente glorieuses*. De camponeses passaram a assalariados industriais.

Tendo abandonado as terras onde trabalhavam, esse abandono contribuiu para que se começasse a criar um vazio que se vai amplificando até a situação actual de desertificação humana e de envelhecimento demográfico de quase dois terços do território nacional.

A emigração foi o meio através do qual muitos rurais acederam ao estatuto de trabalhadores assalariados e à autonomia económica que lhes dava liberdade e meios para se casarem. Ao mesmo tempo descobriram que, no interesse da sua família e do futuro dos seus descendentes, deviam ser previdentes e recorrer à contracepção.

Deste modo, os emigrantes portugueses europeus foram também agentes de uma grande mudança social e demográfica, a revolução contraceptiva.

No início da década de 1960, nasciam regularmente em Portugal 220.000 nados-vivos. Em 1960, o indicador conjuntural de fecundidade era ainda de 3 filhos por mulher. Mas, em 1982, passámos pela primeira vez abaixo de 2,1 filhos e em 1986 o indicador fixou-se por algum tempo à volta de 1,6.

Em 2009, pela primeira vez, nasceram menos de 100.000 nados-vivos e em 2007, também pela 1ª vez – se excluirmos o parêntesis de 1918, devido à pneumónica – o crescimento natural foi negativo.

Desde 2007, o número médio de filhos por mulher fixou-se em 1,3.

Se, numa primeira fase, a revolução contraceptiva exprimia sobretudo uma nova atitude dos casais, preocupados com a educação e o futuro dos seus filhos<sup>7</sup>, posteriormente ela teve sobretudo como resultado incentivar as mulheres a entrarem para o mercado do trabalho, que era tradicionalmente território quase exclusivamente masculino.

---

5 Miriam Halpern Pereira, 1971. “Demografia e desenvolvimento de Portugal na segunda metade do século XIX”, *Análise Social*, vol. VII (25-26): 85-117.

6 Afonso Costa, 1911. *Estudos de Economia Nacional*. I – O problema da Emigração, Lisboa, Imprensa Nacional:74-75.

7 Mário Leston Bandeira, 1996. *Demografia e Modernidade. Família e Transição Demográfica em Portugal*, Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda.

Inevitavelmente, a principal transformação ocorrida no mundo do trabalho nas últimas décadas foi a feminização da população activa.

Esta nova relação das mulheres com a economia é uma consequência natural da generalização da revolução contraceptiva.

O recurso a métodos de contraceção eficazes, com a consequente limitação do número de filhos, libertou as mulheres do peso das maternidades frequentes e aumentou a sua disponibilidade para o trabalho assalariado. Mas, nesse mercado, as mulheres ainda não conseguiram ultrapassar um forte *handicap* que é o estigma da maternidade.

Exemplo flagrante das discriminações baseadas nesse estigma é o facto de que a generalidade das empresas em Portugal não se preocupam em arranjar horários mais flexíveis para as suas trabalhadoras que têm filhos. São também muito poucas as grandes empresas que se preocupam em criar creches.

Mais grave ainda, muitas empresas discriminam as mulheres jovens que desejam ter ou têm filhos pequenos. Discriminam estas mulheres das mais variadas maneiras. Uma delas é despedir mulheres que ficam grávidas. Mulheres jovens que estão grávidas são pura e simplesmente despedidas.

Não existe nem legislação mais severa nem a correspondente intervenção dos órgãos de justiça contra estas discriminações.

Do mesmo modo, estranha-se que as boas práticas, que existem, de empresas amigas das famílias não sejam valorizadas e apontadas como modelos de referência.

Em síntese, pode-se concluir que o problema da baixa natalidade é agravado pelas dificuldades das mulheres trabalhadoras pertencentes às classes médias urbanas em conciliarem a sua actividade profissional com responsabilidades maternas e familiares.

Os incentivos materiais aos casais e à maternidade aprovados pelo primeiro Governo de José Sócrates foram positivos, mas penso que, guardadas as devidas distâncias, assentam na filosofia primária que presidiu à criação em 1942 do abono de família, destinado a “minorar as dificuldades que a carestia de vida trazia para os chefes de famílias numerosas”.

Filosofia que, face à gravidade e complexidade da actual baixíssima natalidade que hipoteca o futuro do país, se revela completamente desajustada.

As lógicas familiares mudaram radicalmente, os filhos deixaram de ser um investimento para o presente e uma espécie de apólice para o futuro e passaram a ser um investimento principalmente afectivo.

Sendo o acto de procriar cada vez mais motivado apenas pelo amor maternal e paternal, resulta que na relação custos-benefícios da procriação, para muitas mulheres e muitos homens a decisão de ter um filho é cada vez mais contrariada pelos excessivos custos e dificuldades inerentes à responsabilidade de ser pai e de ser mãe.

Keynes explicou bem, em 1914, os dilemas dos candidatos a pais e mães: “O amor dos filhos é muito poderoso e muitas pessoas comuns continuarão a desejar ter filhos, desde que tenham capacidade para se ocupar deles e sustentá-los”<sup>8</sup>.

---

8 J. M. Keynes, 1914, *Population*, King's College Library

Continuando a ser verdade que a grande maioria das pessoas pobres ou remediadas aspiram a ter filhos, esse direito a procriar continua a ser e é cada vez mais limitado por razões económicas, principalmente pelo desemprego e precaridade dos jovens que não conseguem constituir uma família, pelas discriminações das mulheres no acesso ao trabalho, pelos baixos salários.

A baixa fecundidade que prevalece principalmente nos países europeus do leste e do sul parece confirmar a justeza das teses malthusianas: quem não tem emprego, quem não tem recursos não pode, não deve, não pode ser autorizado a ter filhos; os filhos dos pobres e remediados não estão convidados para o grande banquete da natureza.

Mas Malthus não previu as consequências desse eugenismo socialmente demográfico: os países que reservam aos ricos e à gente com recursos o direito de procriar, esses países estão condenados no imediato ao envelhecimento e ao declínio demográficos e, a longo prazo, à extinção.



---

# FECUNDIDADE E NATALIDADE: PROBLEMAS E POLÍTICAS SOCIAIS E DE SAÚDE

---

MANUEL VILLAVERDE CABRAL

(ICS)

Apesar do adiantado da hora, não posso deixar de começar por saudar o Sr. Presidente da República por esta iniciativa. Do ponto de vista do Instituto do Envelhecimento da Universidade de Lisboa, a questão da fecundidade em Portugal tem tudo a ver com aquilo que ali estudamos e com as missões que nos estão confiadas. A baixa natalidade é como que o outro lado do envelhecimento. Agradeço ao Prof. Lobo Antunes e ao Prof. David Justino terem-me envolvido neste painel excelente, na companhia do Mário Leston Bandeira, velho companheiro que está também a trabalhar agora connosco no estudo, ao qual está igualmente ligada a Prof<sup>a</sup> Filomena Mendes, sobre as dimensões retrospectivas e prospectivas do envelhecimento em Portugal. Com efeito, todas as estimativas que se possam fazer acerca da natalidade terão um efeito enorme nas projecções demográficas. Aprendi imenso durante o dia de hoje e, para terminar este painel, pelo que não é possível resumir de forma breve tudo o que aqui foi dito de relevante. Sou assim tentado a concluir chamando a atenção para o que não foi dito.

Aludiu-se, por exemplo, à questão da imigração. Ora, faltou dizer que em todos os países com os quais nos comparamos, incluindo a Espanha, a recuperação ou, pelo menos, uma diminuição da quebra da fecundidade que teve lugar na última década do século passado se ficou a dever, precisamente, ao *input* dos imigrantes, de alguns grupos mais do que outros; actualmente, em Portugal, são 13% os nascimentos em que pelo menos um dos progenitores é imigrante ou de origem imigrante. Por outro lado, a nossa já de si baixíssima taxa de fecundidade ainda conta com uma contribuição elevada da chamada maternidade adolescente, na ordem dos 35-40% de que se falou. Ora bem, no

médio prazo, com a contribuição dos/das imigrantes previsivelmente a diminuir, assim como a das maternidades precoces, o número de nascimentos poderá também diminuir cerca de 10%. Hoje, como sabem, foi anunciado o número de nascimentos para o mês de Janeiro, que acusou 9% menos do que em Janeiro do ano passado.

Naturalmente, é importante repetir que temos que ver o que se passa em concreto. Se bem que as intervenções da Doutora Vanessa Cunha ou da Prof.<sup>a</sup> Isabel Tiago de Oliveira pareçam resistir um pouco a essa ideia, eu estou persuadido de que os «zeros», isto é, o número de mulheres sem filhos, está a aumentar. E como é evidente, por cada «zero», vai ser preciso uma mulher com mais de quatro filhos para atingir a fasquia dos 2.1, o que é altamente improvável que venha a ocorrer, sejam quais forem as condições oferecidas às mães.

Portanto, o prognóstico nesta altura é que os «zeros» irão aumentar, bem como os filhos únicos, já que as circunstâncias económicas, sociais e culturais adversas prevalecerão na sociedade portuguesa, embora não seja de excluir que possam surgir circunstâncias especiais em que, por exemplo, algumas mulheres desempregadas aproveitem, por assim dizer, para ter um filho e ocupar-se dele enquanto pcoram arranjar novo emprego.

No fundo, trata-se de uma balança muito delicada entre as condições económicas, sociais e, sobretudo, culturais adversas à fecundidade em Portugal e na Europa do Sul, tipicamente, porque as convergências com a Europa de leste bem como com os países de língua alemã serão algo que lhe está espuriamente associado, a situação na Europa do Sul está trabalhado e é pena que isso não tenha sido aqui aventado, apesar de ser uma boa notícia para os cientistas sociais: haja alguns recursos para aprofundar essas pistas.

Portanto, dizia eu, se são as circunstâncias que vão prevalecer ou não sobre o desejo de ter um filho, pelo menos um, o futuro dirá, mas o filho único era considerado mau, estando agora essa representação social adversa a ser vencida por uma prática. A perspectiva, de facto, vai no sentido de, se hoje temos 100 bebés, nós temos ali uns 15 que são para desaparecer no curto ou médio prazo; a nossa perspectiva é, portanto, de 85 bebés a 3 ou 4 anos de distância. As políticas públicas – e julgo que isso vale tanto para a Suécia como para a Alemanha – não substituem um crescimento económico susceptível de atrair emigrantes. E, se é certo que sou inteiramente favorável à intervenção das políticas públicas, tendo ainda por cima uma longa experiência francesa da qual beneficiei como pai, considero que estas últimas, as da França, constituem de facto um modelo muito interessante para nós, penso eu, do que propriamente o modelo escandinavo, pois para isso teríamos de quebrar, na Europa do Sul, uma longa *path dependency*, o que representa uma improbabilidade altíssima. Em contrapartida, continuo a pensar que a melhor pista para the *lowest-low fertility* nesta parte da Europa meridional é talvez o artigo do Peter McDonald da Australian National University.

Um artigo intitulado *Gender Equity, Social Institutions and the Future of Fertility* de 2000, onde Macdonald (pág. 5) constata que, embora tenham acesso às mesmas instituições e *facilities* do *Welfare State* australiano, as mulheres das comunidades italiana e grega da Austrália têm comportamentos muito semelhantes às da Itália e da Grécia, e não à Austrália em geral, estando portanto o efeito do *welfare state* controlado. Conclui então que: *countries differ on the extent of movement to gender equity*

*in each of the social institutions, but the overall picture is that very low fertility countries have lower gender equity on average than do the countries that do not have very low fertility.*

Eu penso que estas são variáveis independentes, muito profundas naturalmente, que estão por assim dizer ainda enraizadas nas relações entre homens e mulheres no sentido vertical e horizontal, entre marido e mulher e entre, enfim, pais e mães. As relações entre os pais dos actores da conjugabilidade parecem permanecer ainda dominadas por um familismo contrariado mas forte, uma espécie de catolicismo antropológico que produz a ilusão, inclusivamente ao nível do papel da família, que os netos vão tratar dos avós. Ora, a verdade demográfica é que, nestas condições supra-culturais, não vai haver netos que cheguem para os avós sobreviventes... É uma questão estatística!

Portanto, eu seria a favor de complementar todos estes estudos quantitativos, nos quais tenho a maior confiança, com a necessidade, de facto, de romper um silêncio ou uma falsa consciência, acerca das relações entre homens e mulheres, mas também das expectativas das famílias, das sogras em relação, quer dizer, às noras, em suma, todas essas coisas que fazem com que as australianas de origem grega e italiana se sintam espartilhadas entre as oportunidades educativas e de trabalho e, digamos, os constrangimentos de natureza sociocultural no seio do próprio casal e na família no sentido vertical.

Trata-se, aliás, de uma boa maneira de terminar um colóquio muito interessante e extremamente oportuno como este, ou seja, apontar para a pesquisa futura, de um ponto de vista que não pode deixar de ser o meu mas que é absolutamente solidário com todas as perspectivas que aqui foram trazidas. Temos grandes expectativas ali como o Prof. Pita Barros, no SHARE (Survey of Health, Ageing and Retirement in Europe), o estudo que foi conduzido agora em Portugal pela primeira vez e que nos vai permitir situar o nosso país na questão das relações intergeracionais.

Neste momento, seguramente que as taxas de desemprego que temos entre os jovens e que em Espanha são ainda mais elevadas só são possíveis, primeiro, porque há um escape de emigração que não tem a configuração antiga e que, frequentemente nem sequer é registado; em segundo lugar, porque tanto essa emigração como muitíssima da espera diante de melhores empregos/salários sobretudo sustentadas pelos *baby boomers* e a geração sucessiva de pais que terão de algum modo beneficiado do sistema de ascensão social, que estão agora a proceder a redistribuição interna às famílias que irá agravar as diferenças ao nível das desigualdades sociais. Constitui isso um grande risco e é preciso acautelá-lo de qualquer maneira.

Muito obrigado pela vossa atenção.

HOMEN  
SENADO  
PRO F. MA  
LIVEL BAC

HOMENAGEM  
AO SENADOR  
PROF.  
MASSIMO  
LIVI BACCI

HOMENAGEM  
AO SENADOR PROF.  
MASSIMO LIVI BACCI



---

# DECLÍNIO DA FERTILIDADE EUROPEIA E PORTUGUESA

---

MASSIMO LIVI BACCI

Sua Excelência, Presidente da República Portuguesa Professor David Justino, minhas Senhoras. e meus Senhores participantes da “Conferência de Lisboa sobre o Declínio da Fertilidade europeia e portuguesa – Nascer em Portugal”.

Em primeiro lugar, gostaria de expressar os meus agradecimentos a Sua Excelência, a minha profunda gratidão pela honra que me foi hoje concedida e minha satisfação por esta homenagem inesperada e, tenho de reconhecê-lo - imerecida ao meu trabalho na qualidade de investigador e de professor. Permitam-me também acrescentar que recebo e interpreto esta homenagem como um reconhecimento da importância da demografia e dos estudos da população na área das ciências sociais e humanas e da importância dos resultados da nossa disciplina para uma melhor compreensão do funcionamento da sociedade. Tal permite uma melhor e mais informada definição das decisões que, aos mais diversos níveis, dizem respeito ao indivíduo e à família, aos sectores privado e público, às instituições e aos responsáveis pela tomada de decisão política. Isto poderá soar a retórica, mas não o é. Quando terminei a minha licenciatura na Faculdade de Ciências Políticas – há mais de meio século atrás – a demografia e os estudos da população não eram disciplinas que estivessem “na moda”, pelo menos na Europa. Na melhor das hipóteses, eram consideradas como uma disciplina “subserviente”, auxiliar, um subproduto da estatística, algo desprezioso que se dedicava à recolha e organização de dados. A demografia era considerada útil, na medida em que recolhia e preparava os materiais de trabalho para disciplinas já bem estabelecidas – a economia, a geografia humana – ou para novas

áreas de estudo em rápido crescimento como a sociologia ou a antropologia. Mas, a demografia “não estava na moda” por outra razão mais grave: a sua associação a ideologias da política da família, social, populacional levadas a cabo por regimes totalitários, em Itália e na Alemanha, nos regimes de Mussolini e Hitler, em Espanha e em Portugal, sob o regime de Franco e Salazar, em França, sob o regime de Vichy, do General Pétain, e na União Soviética, sob o regime de Estaline. Regimes que manipularam a demografia para apoiar as suas ideologias ultranacionalistas e políticas ultraconservadoras no que diz respeito à reprodução e ao casamento, à família e à comunidade; à migração e à mobilidade. De tal forma que na Europa do pós-guerra, a culpa destas ideologias e políticas caiu não numa utilização abusiva da demografia, mas na própria demografia.

Todos nós sabemos como as coisas mudaram e como é que a demografia conquistou um lugar de destaque nos estudos sociais, no mundo académico, no debate público. Caso contrário a Conferência de hoje – sob o alto patrocínio da máxima instituição portuguesa – não teria lugar.

Quando visitei Portugal pela primeira vez, nos anos 60, o país ainda era a *Finis Terrae* da Europa. De costas voltadas para a Europa e virado para o mar e o ocidente, conforme prescrito pela sua história milenar, mas sem o dinamismo dos séculos passados.

Sob determinados aspectos, a demografia portuguesa tem sido deveras excepcional. A enumeração cadastral de 1527, realizada durante o Reinado de D. João III, contava 290.000 agregados familiares, que correspondiam a uma população total que não estava muito longe dos 1,5 milhões de habitantes. Em menos de três séculos, em 1801, a enumeração do Conde de Linhares, registava 2,9 milhões de portugueses, o dobro em comparação com 1527; e mais 9 milhões antes de 1864, data do primeiro censo moderno. Este ritmo de crescimento foi algo normal, pois a população portuguesa cresceu em sintonia com o crescimento da população europeia. O facto excepcional foi o facto de durante estes três séculos e meio, o país ter enviado para além mar um número significativo de migrantes que não pode ser avaliado com precisão, mas era provavelmente na mesma ordem de grandeza da sua população total (média). Prodigioso é o facto destes migrantes terem “gerado”, na massa territorial da América do Sul continental, conhecida como Brasil, uma população branca, que, de acordo com o primeiro Censo do Império Brasileiro, em 1872, era igual aos números do país de origem à mesma data (3,8 milhões, quase na totalidade de origem portuguesa), e sem contabilizar a contribuição do processo de mestiçagem. Ainda mais prodigioso é o facto de mais de metade dos dois milhões que agora habitam o Brasil – o quinto país mais populoso do mundo – é de origem europeia e predominantemente de origem portuguesa. Não há outro país europeu que tenha contribuído tanto para o crescimento dos “overseas offshoots” europeus - para utilizar uma expressão de Angus Maddison - tal como Portugal. Um grande número das crianças que nascem neste país “Nascer em Portugal” têm “vivido e morrido fora de Portugal”.

Outros países europeus têm dado um contributo semelhante – mas proporcionalmente definitivamente menor – para a formação de novas nações ou para o crescimento de nações antigas: as Ilhas Britânicas, a Alemanha e a Espanha, e, desde o século XIX, grande parte da Europa periférica – Itália, Grécia, muitas regiões da Europa de Leste, Escandinávia. Mas, à medida que o século XX foi avançando, o declínio sustentado da fertilidade e as enormes perdas humanas devido a conflitos armados, esgotaram o capital humano da Europa. Os países mediterrânicos, nos quais o declínio da

fertilidade se verificou mais tarde e onde as condições de vida eram pobres, ainda tinham capital humano para exportar. Os cohorts nascidos em Portugal, nos anos trinta e quarenta do século passado, eram bastante numerosos, pois a taxa de natalidade nestas épocas ainda era de 25-30 por mil, dez pontos acima da Europa ocidental e central e a oferta de trabalho – vinte ou trinta anos depois – era muita. Entre 1950 e 1970 a migração líquida de Portugal era 1,8 milhões, contra 1,2 milhões da Espanha e de Itália, cujas populações eram respectivamente três, cinco vezes maiores do que a população portuguesa. Ou, por outras palavras, Portugal, com apenas 8 por cento da população da Europa mediterrânica, contribuiu com 30 por cento da migração líquida de toda a região.

Mas concentremo-nos em períodos mais recentes. A taxa de convergência dos países europeus para comportamentos reprodutivos similares tem sido realmente rápida: no início dos anos 80 a fertilidade portuguesa caiu para valores inferiores aos de substituição e, nos últimos vinte anos, a fertilidade total permaneceu abaixo de 1,5 crianças por mulher, acompanhando o padrão estabelecido – até mesmo a níveis mais baixos – de Itália e de Espanha. A Europa – que durante meio milénio nunca tinha sido um exportador líquido de recursos humanos – transformou-se no destino de influxos cada vez maiores de imigrantes. Se as estimativas das Nações Unidas estiverem correctas, a migração líquida no período de 1990-2010 foi perto de 700.000, proporcionalmente um pouco menos do que em Espanha ou em Itália, que tiveram 9 milhões, com uma população combinada, que em 2010 era dez vezes maior do que a população portuguesa. A profunda crise económica que nos últimos quatro anos tem assolado a Europa mediterrânica pôs, provavelmente, fim a este ciclo de migração de massa, mas se tudo voltar ao normal, os desequilíbrios criados por uma depressão persistente da fertilidade ressuscitarão uma procura social e económica da migração.

A fertilidade – o tema de hoje – e a migração estão intimamente relacionadas com a determinação do funcionamento básico de todas as sociedades, ou seja, do seu processo fisiológico contínuo de renovação; e a renovação, em qualquer população, é simultaneamente biológica e social. Os nascimentos são a componente biológica, os migrantes são a componente social. Os migrantes são como “crianças adoptadas”, que nas nossas culturas e legislações são assimilados como crianças biológicas: de facto, os migrantes podem ser pensados como “crianças” que são adoptadas pela sociedade numa idade mais avançada (aos 20 anos de idade ou à volta desta idade, por isso a idade normal de migração) em vez de serem adoptados na infância. É verdade que as populações humanas se renovam sobretudo através da reprodução biológica, mas a componente social é uma opção em aberto, assumida a vários níveis. Se considerarmos a migração líquida como a expressão do número de pessoas que são permanentemente acrescentadas à população através da migração (é verdade que a “migração líquida” não existe, sendo uma construção algébrica que utilizamos por razões práticas), então o rácio entre migração líquida e o número total de indivíduos acrescentados à população num determinado período de tempo (nascimentos mais “migrantes líquidos”) dá-nos a medida da renovação social. Utilizando este indicador, a renovação da população portuguesa, durante os últimos cinco séculos, tem sido quase exclusivamente biológica, pois a migração líquida tem sido sempre negativa. O mesmo se aplica à maioria da Europa. Mas, houve mudanças e a componente social tem estado a crescer rapidamente. Se considerarmos o mundo desenvolvido (América do Norte, Europa, Japão, Austrália e Nova Zelândia), a renovação social

esteve consideravelmente abaixo dos 5 por cento da renovação total nos anos 50 e 60; foi cerca de 10 por cento nos anos 80 e perto de 20 por cento na primeira década deste século. Neste último período – de 2000 até 2010 – a renovação social foi entre 18 e 22 por cento na América do Norte, na Europa Ocidental, na Europa do Norte e na Europa do Sul (23 por cento em Portugal); cerca de 30 por cento na Austrália e Nova Zelândia, menos de 2 por cento no Japão, o único país de grandes dimensões e rico em que a renovação social ainda é insignificante. Por outras palavras, a reprodução social, ou migração, transformou-se numa componente estrutural e significativa da renovação das sociedades ricas. Para além disso, a renovação social elevada implica também que uma parte crescente da reprodução biológica seja devida aos próprios imigrantes: tendo em conta o exemplo de Itália – em que o número de estrangeiros é superior a 5 milhões ou 8 por cento da população total – os nascimentos de crianças cujos pais são estrangeiros representam 15 por cento do total de nascimentos; não consegui descobrir qual era a proporção em Espanha e em Portugal.

Por isso, cada vez mais, as nossas sociedades dependem da imigração: para compensar uma população em declínio, para conter o envelhecimento populacional, para repor o rácio desequilibrado entre gerações, para mitigar a depressão da fertilidade. E para garantir uma renovação adequada da população e da sociedade. São muitas as implicações neste processo e hoje abordarei apenas dois aspectos que se revestem de alguma relevância para o tema desta Conferência, com uma premissa geral. A premissa é a seguinte: dado que a relevância da imigração e a sua função estrutural de reequilibrar a sociedade nesta fase histórica (as coisas podem mudar no futuro), políticas ambiciosas deveriam ter como objectivo a conversão dos imigrantes numa componente de pleno direito da sociedade, com direitos e oportunidades iguais.

Caso tal não aconteça só fará com que haja uma parte crescente da população que corre o risco da marginalização, exclusão e potencial conflito, e uma agudização da fractura entre os chamados “outsiders” – os imigrantes e os seus filhos – e os “insiders”, os cidadãos e os nacionais que pertencem de pleno direito ao país.

O primeiro aspecto, consequentemente, é o estatuto das crianças que nascem no país cujos pais são estrangeiros, assim como o estatuto das crianças cujos pais são estrangeiros e que são criadas na cultura do país anfitrião, onde vão à escola, fazem os seus amigos, partilham a língua e os valores. O mundo está, em termos gerais, dividido entre países que reconhecem o “jus sanguinis” e países que reconhecem o “jus soli”. O “jus soli” prevalece no mundo anglo-saxónico e na América Ibérica, o “jus sanguinis” prevalece na Europa, excepto em França. Os países anteriormente referidos, na América, foram formados e têm-se desenvolvido, através da imigração e, consequentemente, por razões históricas estiveram interessados em estabelecer laços estreitos com os imigrantes, transformando-os o mais rapidamente possível em cidadãos. Os últimos países mencionados, na Europa, são países de emigração, mais inclinados para manter laços o mais estreitos possíveis com as suas diásporas. Actualmente, esta diferenciação tornou-se obsoleta. Consideremos o caso de Itália, com milhões de descendentes de emigrantes para a Europa, as Américas e a Austrália, onde os emigrantes de segunda ou terceira geração podem facilmente obter a cidadania e o passaporte italianos e onde prevalece o “jus sanguinis”. Mas, Itália – tal como anteriormente referido – também tem milhões de imigrantes cujos

filhos – nascidos em Itália – são estrangeiros. Em Itália deveria prevalecer a história? Ou será que o presente e o futuro deveriam determinar uma reforma no que diz respeito ao acesso à nacionalidade e à concessão da cidadania aos filhos de estrangeiros nascidos no país?

O segundo aspecto que gostaria de sublinhar é a necessidade de investir nos filhos dos imigrantes, na segunda e na terceira geração de imigrantes. Todos os estudos traduzem um perfil preocupante em toda a Europa no que diz respeito ao rendimento, condições de habitação e outras condições materiais de vida desta população. Os estudos da OCDE demonstram que as competências cognitivas adquiridas dos adolescentes imigrantes estão claramente abaixo dos seus pares nacionais; a lacuna na educação transforma-se ela própria numa acumulação de capital humano, rendimentos ao longo da vida inferiores, maiores riscos de marginalização e de exclusão. Os países europeus que, apesar da profunda crise económica, ainda possuem um sistema de providência público robusto, com uma elevada cobertura da educação pública e dos sistemas de saúde, têm a possibilidade de combater a desvantagem dos filhos dos imigrantes. É crucial, na actual fase de redução das despesas públicas, que esta componente do crescimento das nossas sociedades não sofra ainda mais desvantagens. E entretanto, enquanto aguardamos por tempos melhores, os recursos disponíveis deveriam ter devidamente em conta o destino dos filhos dos imigrantes.

Eu não abordei o tema controverso de uma possível inversão da fertilidade e das políticas que podem induzir ou promover uma inversão. Limitar-me-ei, à guisa de conclusão, a duas considerações. Existe um precedente histórico de uma inversão da fertilidade: cohorts nascidos no início do século passado, em dez países ocidentais ricos, tinham descido claramente para valores inferiores aos de substituição com um número de crianças por mulher de cerca de 2; trinta anos depois, os cohorts nascidos por volta de 1930, e que mais contribuíram para o baby boom do pós Guerra, nos anos 60, tinham em média 2,7 filhos por mulher. Uma inversão clara: por isso, a experiência diz-nos que uma fertilidade baixa pode não durar para sempre. A segunda consideração é que as políticas públicas podem certamente ajudar – a fertilidade na Europa é mais elevada onde há mulheres a trabalhar e onde as transferências sociais para as famílias são relativamente generosas – mas, têm de ter em conta as especificidades sociais de cada país. E numa fase histórica, como a actual, quando as políticas públicas têm falta de munições financeiras, os objectivos têm de ser claramente definidos caso se tenha de evitar o desperdício. E é este o desafio para a nossa disciplina.

Obrigado.



---

# SESSÃO DE ENCERRAMENTO

---

SUA EXCELÊNCIA O PRESIDENTE  
DA REPÚBLICA, ANÍBAL CAVACO SILVA

Discurso do Presidente da República na Sessão de Encerramento da Conferência “Nascer em Portugal” Palácio da Cidadela, Cascais, 17 de fevereiro de 2012

Cabe-me encerrar esta primeira Conferência de um ciclo que designámos por Roteiros do Futuro. Fiz questão de assistir a todas as comunicações e debates que tiveram lugar ao longo deste dia de trabalho. Pude registar sinais de preocupação, mas, simultaneamente algumas notas de esperança.

O declínio da fecundidade não é uma inevitabilidade, mas há que reconhecer que, muito provavelmente, teremos de nos habituar a níveis que não correspondem à reposição das gerações.

Como demonstrou a obra do Prof. Livi Bacci, a fecundidade no Portugal pré-moderno nunca foi muito elevada, não obstante as diferenças regionais que identificou.

As alterações profundas a que se assistiu nas últimas décadas projetam-se nos estilos de vida, nas estruturas familiares, no próprio sistema de valores sociais, o que orienta condutas e cria expectativas muito diferentes das que estavam habituadas as gerações mais velhas.

O papel da organização do mercado de trabalho e das condições económicas de distribuição do rendimento foi destacado por vários dos participantes.

O caso português foi muito bem identificado e permite-nos compreender o impacto de uma mudança relativamente rápida sobre uma sociedade que mantinha, até há bem pouco tempo, algumas características dos regimes demográficos tradicionais.

Correspondendo aos objetivos a que esta Conferência se tinha proposto atingir, identificaram-se várias problemáticas para investigação futura.

A abordagem comparada do caso português com os de outros países europeus deixa-nos pistas importantes e oportunidades de estudo e reflexão para os próximos anos.

A produção científica portuguesa sobre esta temática recomenda-se, mas seria bom que os jovens investigadores, alguns dos quais aqui presentes, assumissem a responsabilidade de prosseguir e de desenvolver esse esforço de reflexão científica.

Estou convencido de que a riqueza dos contributos desta Conferência animará os mais jovens a aceitar este desafio.

Por fim, cumpre-me assinalar a feliz oportunidade de contarmos entre nós com o Prof. Massimo Livi Bacci.

Senhor Professor, é para mim uma grande honra ter aceite o convite que lhe dirigi para partilhar connosco a sua vasta experiência e o seu profundo conhecimento sobre os problemas demográficos da Europa e do Mundo.

Em 1971, o Professor Livi Bacci publicou na Universidade de Princeton um dos estudos pioneiros sobre a fecundidade em Portugal. A *Century of Portuguese Fertility* representou muito para a nova geração de demógrafos e cientistas sociais que em Portugal se afirmou a seguir à instauração do regime democrático.

Tornou-se numa obra de referência e incentivou muitos jovens investigadores, à época, a refletirem sobre os processos de mudança social num país que havia mantido até então estruturas tradicionais, ainda que coexistindo com ilhas de modernidade.

Senhor Professor Massimo Livi Bacci, Portugal e a sua comunidade científica não esquecem o seu interesse pelo nosso país e o contributo analítico que nos trouxe.

Acontece, além do mais, que de então para cá, sempre acolheu com a maior simpatia e dedicação os muitos pedidos de ajuda e de aconselhamento de jovens investigadores portugueses.

A sua carreira de investigação, entretanto, representou um inestimável avanço na história da população europeia.

A forma como consegue colocar os problemas da transição demográfica, no quadro da diversidade da Europa e numa ótica de longo prazo, abre perspetivas extremamente enriquecedoras para o desenvolvimento dos estudos demográficos, em particular, e para a reflexão sobre a identidade e o futuro da Europa, em geral.

É pelo reconhecimento da sua obra, mas também pela carreira de cientista, de cidadão, e mais recentemente, de homem de Estado que decidi agraciá-lo com as insígnias de Grande Oficial da Ordem do Infante D. Henrique.





ROTEIROS  
DO FUTURO  
*Previdência da República*





